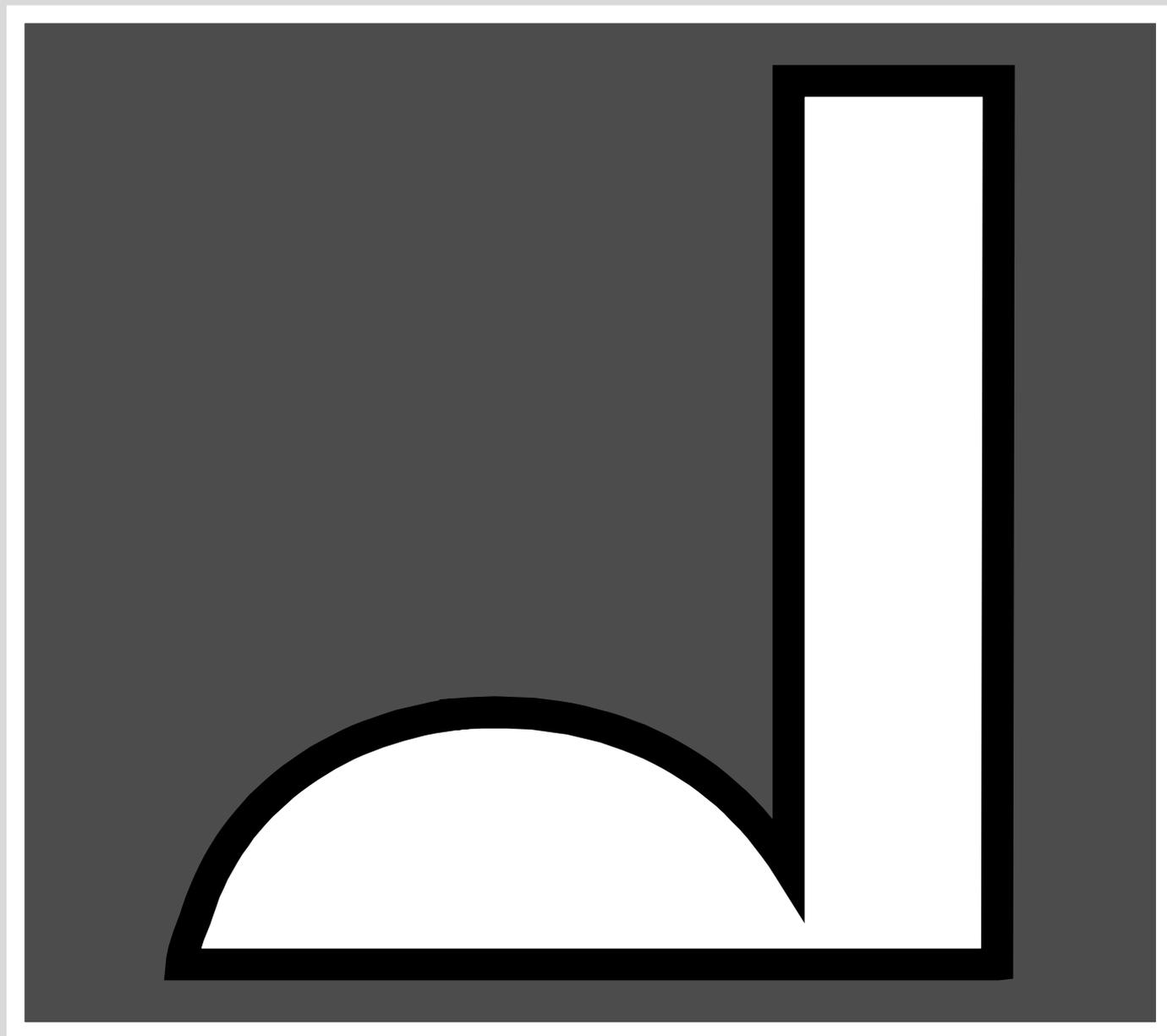




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 101 – SÁBADO, 19 DE JUNHO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 85ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE JUNHO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 20, de 2004 (nº 179/2004, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o XIV Relatório de Progresso do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – Pnafe, relativo ao 2º semestre de 2003, bem como o quadro demonstrativo dos montantes financeiros liberados para cada Estado integrante do Programa..... 18792

Recebimento do Ofício nº 1.480/2004, de 16 do corrente, do Banco Central do Brasil, informando as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de janeiro a março de 2004..... 18792

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2003 (nº 6.015/2001, na Casa de origem), que denomina “Presidente JK” a rodovia BR-040..... 18792

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2004 (nº 177/2003, na Casa de origem), que denomina “Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves” a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul..... 18792

1.2.2 – Leitura de pareceres

Nºs 547 e 548, de 2004, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 18792

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 18819

1.2.4 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 193/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 82, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 18819

Nº 154/2004, de 7 de maio último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.128, de 2003, do Senador Antero Paes de Barros..... 18819

Nº 194/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 336, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 18819

Nº 195/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 180, de 2004, do Senador Demóstenes Torres..... 18819

Nº 196 /2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 301, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 18819

Nº 197/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 200, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 18819

Nº 198/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 186, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 18819

Nº 199/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 323, de 2004, do Senador João Capiberibe..... 18819

Nº 282/2004, de 9 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 883, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa..... 18819

Nº 403/2004, de 4 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 102, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 18819

Nº 407-A/2004, de 4 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 16, de 2004, da Senadora Lúcia Vânia.

18819

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

18819

1.2.6 – Ofício

Nº 28/2004, de 15 do corrente, da Liderança do PPS no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Especial Temporária criada pelo Requerimento nº 511, de 2004, destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações pelo Ano da Mulher – 2004. Designação da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Mozarildo Cavalcanti para comporem a referida Comissão.

18821

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESARENKO* – Derubada de preconceitos contra a mulher. Solidariedade ao presidente do Instituto de Tecnologia da Informação, Sérgio Amadeu da Silveira, no processo que enfrenta contra a Microsoft em razão da decisão do governo brasileiro de migrar do software proprietário para o software livre. Necessidade de investigar denúncia de assédio sexual envolvendo o Ministro Paulo Medina, do Superior Tribunal de Justiça.

18821

SENADOR *PAULO PAIM* – Análise, pelo Senado Federal, de diversas questões sociais e do salário mínimo, cuja medida provisória foi votada ontem.

18823

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Comentários sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim e a respeito da votação do salário mínimo ocorrida ontem, nesta Casa.

18827

SENADOR *MÃO SANTA* – Expectativa de que a Câmara dos Deputados mantenha o valor do salário mínimo aprovado ontem nesta Casa. Críticas ao governo federal na condução da política econômica.

18829

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Necessidade de que a Câmara dos Deputados confirme a vitória dos trabalhadores brasileiros conquistada ontem no Senado, com a aprovação do novo valor do salário mínimo.

18832

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Considerações sobre propostas do Ministério da Educação.

18835

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Votação da medida provisória do salário mínimo no dia de ontem. Homenagem aos Senadores Paulo Paim, Serys Slhessarenko e Flávio Arns. Crises geradas por integrantes do governo.

18837

SENADORA *HELOISA HELENA* – Satisfação diante da aprovação do salário mínimo de R\$ 275,00. Homenagem aos Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim.

18841

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral a respeito do número de vereadores no País.

18843

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Votação da medida provisória do salário mínimo no dia de ontem. Utilização do biodiesel em ônibus no Estado do Acre.

18848

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Argumentos utilizados pelo governo federal para afirmar que o Programa Bolsa Família complementa o salário mínimo. Saudação ao Prefeito de Formosa/GO pelo trabalho desenvolvido na erradicação do trabalho infantil.

18851

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 788, de 2004, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 18 do corrente, para participar da palestra a ser proferida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal na Escola Superior de Advocacia do Amapá – SAAP, na cidade de Macapá. **Deferido.**

18853

Nº 789, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 21 do corrente, para participar da 4ª Feira Nacional do Livro, que será realizada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. **Deferido.**

18853

1.2.9 Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAULO PAIM* – Mobilização dos trabalhadores metroferroviários, ligados à CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, em torno da campanha salarial.

18853

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Visita ao Estado de Rondônia da Comissão Externa do Senado que examina conflitos fundiários em terras indígenas.

18854

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Comentários ao artigo “Populismo no ensino superior”, de autoria do ex-Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 30 de maio último.

18856

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Comentários às matérias “Não importa quanto foi doado, diz Delúbio” e “Os laboratórios deram veneno ao PT”, publicadas no jornal **Folha de S. Paulo**, e ao artigo intitulado “Não vamos encobrir nada, diz tesoureiro do PT”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**.

18857

SENADOR *ALVARO DIAS* – Decisão do governo de aplicar um redutor de R\$ 100,00 na base de cálculo do Imposto de Renda.

18863

SENADOR *TEOTÔNIO VILELA FILHO* – Comentários ao artigo “Desafio do emprego”, de autoria da jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal **O Globo**, edição de 26 de maio último.

18870

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Comentários ao artigo “Será que agora vai mesmo? Como?”, de autoria do jornalista Marco Antonio Rocha, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 31 de maio último. 18870

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Transcurso, hoje, do Dia da Imigração Japonesa no Brasil. 18872

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.042 a 1.050, de 2004. 18873

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 85ª Sessão Não Deliberativa, em 18 de Junho de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Paulo Paim, da Sra. Serys Slhessarenko,
e dos Srs. José Jorge, Eduardo Siqueira Campos e Alberto Silva*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 20, de 2004** (nº 179/2004, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 5º da Resolução nº 91, de 1997, o XIV Relatório de Progresso do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – Pnafe, relativo ao 2º semestre de 2003, bem como o quadro demonstrativo dos montantes financeiros liberados para cada Estado integrante do Programa.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 38, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o **Ofício nº 1.480/2004**, de 16 do corrente, informando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23, de 1996, do Senado Federal, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de janeiro a março de 2004.

O expediente, anexado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2003** (nº 6.015/2001, na Casa de origem), que *denomina* “*Presidente JK*” a rodovia BR-040; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2004** (nº 177/2003, na Casa de origem), que *denomina* “*Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves*” a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 547 E 548, DE 2004

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003-Complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

PARECER Nº 547, DE 2004

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, que acrescenta à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, os arts. 48-A, 48-B, 48-C, 73-A, 73-B, bem como dá nova redação ao parágrafo único do art. 48 da mesma lei, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Na sua justificativa, o ilustre Senador João Capiberibe sustenta que as alterações propostas visam a dar maior eficácia e efetividade ao princípio da publicidade previsto no art. 37, **caput**, da Constituição Federal, de sorte a possibilitar maior transparência à gestão da coisa pública e, assim, prevenir e combater a corrupção.

II – Análise

Conforme dispõe o art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, e, ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União.

De início, vejo que foram respeitadas todas as disposições regimentais previstas no Regimento Interno do Senado Federal.

Sob o aspecto meramente jurídico, não há, no seu cerne, óbice à aprovação da matéria, que julgo oportuna e conveniente. No entanto, alguns reparos devem ser feitos, como demonstro a seguir.

O autor do projeto afirma, em sua justificativa, que já é tempo de os Municípios e Estados-membros se modernizarem e com isso propiciar maior transparência na gestão financeira e patrimonial. Reconhece que a maioria dos Municípios não possui serviços informatizados, mas “que nenhuma Administração é tão paupérrima a ponto de não poder adquirir alguns poucos microcomputadores e o **software** necessário, como, por, exemplo, o Siafem, já elaborado pelo Serviço de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda (SERIPRO)”.

De fato, o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, mencionado pelo autor do projeto, é, como se sabe, um **software** que contém um sistema de processamento eletrônico de dados, baseado no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira, utilizado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito federal – que tem por objetivo simplificar e uniformizar a execução orçamentária, contábil e financeira dos Estados e Municípios, de forma integrada, para minimizar os custos, obter maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos e possibilitar maior transparência.

Permite o referido sistema dotar as administrações estaduais e municipais de uma moderna ferramenta de trabalho, com processos informatizados na gestão dos recursos públicos. Serve como instrumento de informação, e com isso empresta apoio às funções gerenciais de planejamento, tomada de decisão – através da extração de relatórios – e controle operacional, abrangendo os órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta, como autarquias, fundações e empresas públicas, atendendo a Lei nº 4.320, de 1964.

O Siafem limita os documentos da contabilidade pública a sete espécies: Nota de Dotação (ND), Nota de Crédito (NC), Nota de Empenho (NE), Nota de

Lançamento (NL), Programação de Desembolso (PD), Ordem Bancária (OB) e Guia de Recebimento (GR). Registra, por meio desses documentos produzidos eletronicamente, a dotação orçamentária, o empenho, a liquidação e o pagamento da despesa, assim como o depósito ou recolhimento de algum pagamento efetuado ou restituição devida, com atualização permanente dos balanços e demonstrativos da execução da despesa e acompanhamento **on-line** das contas bancárias.

O sistema permite a realização de operações somente ao usuário cadastrado, logicamente para evitar transtornos que decorreriam da utilização indevida e fraudulenta de seus mecanismos por pessoas estranhas às unidades gestoras.

Possibilita ao usuário cadastrado quatro tipos de consultas: 1) a orçamentária, a qual permite verificar o saldo das células orçamentárias com relação à dotação inicial, suplementações, contenções, anulações, empenhado, reforço e anulação do empenhado, liquidado e o disponível para empenhar; 2) as de documento orçamentário, que permitem consultar um documento específico ou todos os documentos de Nota de Dotação, Nota de Crédito e Nota de Empenho; 3) as financeiras, a saber: a de montante da Conta Única, a de movimento bancário, a de saldos **on-line** da conta “C” de todas unidades gestoras, a de programações de desembolso, a de ordens bancárias e a de notas de lançamento; 4) e as contábeis, sendo as principais as consultas a espelho contábil, balancetes e balanço sintético.

Sem muito conhecimento científico sobre informática, é possível intuir-se que os **softwares** contábeis que servem à Administração Pública têm, em geral, o mesmo perfil do Siafem e uma característica comum: somente usuários cadastrados podem realizar os lançamentos contábeis e as operações orçamentárias, isto para a segurança de sua inviolabilidade. A vantagem que adviria se os Municípios, voluntariamente, aderissem ao Siafem, seria a padronização.

Deve ser possível a qualquer do povo consultar o sistema público de contabilidade, mas com a garantia da sua inviolabilidade contra eventuais tentativas de fraudes, e, por isso, a possibilidade de consulta concomitante à operação de lançamento, como está previsto no art. 48-A que o projeto pretende inserir na Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser modificada.

Ademais, conquanto seja necessário criar mecanismos para que o cidadão possa ter acesso às informações constantes do sistema que digam respeito à gestão do dinheiro público, cumpre obter que boa parcela dos municípios brasileiros não possui um sistema eletrônico próprio de contabilidade pública, operado por servidores que integram os seus quadros

administrativos. Comumente são contratados escritórios de contabilidade especializados na área e que têm sede nas capitais dos estados. Para esses escritórios são encaminhados os documentos contábeis preenchidos manualmente, a máquina de escrever ou impressos em formulários adaptados para impressoras, e lá são processados para confecção dos balancetes e demais documentos que devem ser encaminhados ao respectivo Tribunal de Contas.

Esses esclarecimentos preliminares são necessários para que se possa proceder à análise do projeto, no contexto da execução orçamentária transparente que se deve tentar implementar.

O ilustre autor do projeto inspira-se na experiência frutuosa da gestão orçamentária transparente implantada em seu Estado, onde, por meio do sítio www.amapa.gov.br, é possível fiscalizar minuciosamente os gastos públicos, chegando-se ao ideal de se poder consultar, por exemplo, um simples pagamento de diária a um servidor, com acesso ao histórico da ordem de pagamento do valor, onde está explicitada a justificativa do dispêndio.

A liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, à qual se pretende obrigar os municípios e Estados-membros pela nova redação da parte final do parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal é possível de ser viabilizada sem ônus insuportável e traduz-se em extraordinário instrumento de combate à malversação do erário. Investir em transparência e facilitação do controle da sociedade sobre os gastos públicos redundam em sensível redução dos níveis de corrupção e lesão aos cofres públicos e, assim, aumenta o volume dos recursos públicos para o atendimento das demandas sociais.

Entendo, todavia, que a instalação obrigatória de dois terminais de leitura em cada unidade gestora revela-se excessiva. Imagine-se um pequeno Município, com população de 30.000 habitantes, cuja Prefeitura, em sua estrutura administrativa, tenha seis secretarias, redundando em um total de sete unidades gestoras. No caso aventado, ter-se-ia que disponibilizar e dar manutenção a um mínimo de catorze terminais de leitura, nos termos do que propõe acrescentar o art. 48-A à LRF. A quantidade de terminais e o local de sua instalação devem ficar à discricionariedade do administrador, que certamente procurará instalá-lo em local de fácil acesso e intensa movimentação.

Além disso, a vinculação da instalação dos terminais de leitura às dependências físicas da unidade gestora nem sempre será a melhor solução, pois os locais, em boa parte dos casos, não terão uma mo-

vimentação de público que a justifique. É melhor deixar a cargo do administrador escolher o local onde o público terá mais facilidade de acesso ao terminal de leitura (penso, inclusive, que a expressão melhor seria “terminal de consulta”).

Creio ser de melhor alvitre, outrossim, substituir o termo “Internet” no parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A, pela expressão meios eletrônicos de acesso público”, não apenas para manter a simetria em relação ao **caput** do art. 48, que a utiliza, mas também porque – deve-se reconhecer – em algumas localidades o cumprimento do preceito seria impossível, pelo fato de não existir provedores de acesso à Internet. O fundamental para o cidadão que fará a consulta no terminal é que dele constem as informações, atualizadas, sobre a gestão financeira dos entes públicos.

De seu turno, o artigo 48-C, **caput**, é uma superfetação, tendo em vista já estar previsto, no artigo 73 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que as infrações aos seus dispositivos serão punidas segundo o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), além das demais normas da legislação pertinente. Portanto, desnecessário o acréscimo do referido dispositivo, cujo propósito único, parece-me, é o de especificar em qual tipo legal, da Lei de Combate à Improbidade Administrativa, a conduta infratora das regras contidas nos arts. 48, parágrafo único, 48-A e 48-8 se enquadraria.

Por outro lado, a previsão contida no parágrafo único do mesmo art. 48-C, cujo teor autoriza a suspensão temporária, enquanto durar a infração aos comandos do art. 48, 48-A, e 48-8, do repasse das cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respectivamente, quando o infrator for gestor de órgão da Administração Direta de Estado, Distrito Federal ou Município, afronta o texto da Constituição Federal.

Vejo, inclusive, que a suspensão temporária é desproporcional à infração, tendo em vista que, não obstante a singular importância do princípio da publicidade como mecanismo de controle da administração pública, se, eventualmente, um Governador ou um Prefeito vier a infringir os referidos dispositivos constantes do projeto de lei, isto não implicará na aniquilação daquele princípio. Há outros meios de divulgação dos atos de gestão da coisa pública que estão em sintonia com o princípio da publicidade, como, a título exemplificativo, a publicação nos **Diários Oficiais** dos atos de maior relevo praticados pelo administrador

público (minutas de editais de licitação, nomeação e exoneração de servidores, as próprias leis orçamentárias, os decretos orçamentários, etc.), e até mesmo nos veículos de comunicação. Daí que o princípio da publicidade, em tais casos, ainda que venha a sofrer agressão por não se possibilitar, a qualquer do povo, o acesso aos dados orçamentários via internet terá sido em parte atendido.

Outrossim, como já assinalado, o parágrafo único do art. 48-C é flagrantemente inconstitucional, pois as hipóteses da medida drástica de suspensão dos repasses dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) só podem estar previstas na Constituição Federal, em obediência à regra contida no art. 160, parágrafo único, incisos I a III, da Carta, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, cujo teor é o seguinte:

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, II e III.

A seção da Constituição Federal a que se refere o **caput** do art. 160 é onde estão previstas normas relativas à repartição de receitas tributárias, inclusive mediante o Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Não pode, portanto, Lei Complementar ampliar o rol da medida extrema de suspensão de repasse dos valores desses fundos.

O art. 198, § 2º, incisos II e III, referido acima, diz respeito às parcelas tributárias que serão destinadas ao financiamento do Sistema Único de Saúde pelas três esferas de governo.

Melhor, portanto, prever o bloqueio das transferências voluntárias, que, somada à punição dos infratores pelos retrocitados diplomas legais, resultará em um conjunto de medidas eficientes para intimidar os gestores recalcitrantes e estimular a observância aos preceitos que se pretende introduzir na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por último, embora se possa, em última análise, defluir seu conteúdo da interpretação aberta do direito de petição previsto no art. 50, inciso XXXIV, alínea

a, da Carta Política, segundo a qual é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, reputo salutar o art. 73-A, pelo qual se pretende inserir na Lei de Responsabilidade Fiscal previsão de que “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar”.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se ao parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar a seguinte redação:

“Art. 48.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, bem como pela liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. (NR)”

EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescentado pelo Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, a seguinte redação:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o parágrafo único, **in fine**, do art. 48, serão instalados, pelos entes da Federação, em locais de livre e intensa circulação do público, terminais de computador para consulta de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, instantaneamente após sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

EMENDA Nº 3-CCJ

Substitua-se a expressão “da unidade gestora”, constante do art. 48-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescentado pelo Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, pela expressão “das unidades gestoras”.

EMENDA Nº 4 – CCJ

Renumere-se o art. 48-C da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescentado pelo Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, para art. 73-C, dando-se-lhe a seguinte redação:

Art. 73-C. O não atendimento, até o encerramento do prazo previsto no art. 73-B, das determinações contidas nos arts. 48, parágrafo único, 48-A e 48-B, sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23.

EMENDA Nº 5 – CCJ

Dê-se ao art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescentado pelo Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, a seguinte redação:

Art. 73-B. Os entes com procedimentos de execução de despesas já informatizados terão o prazo de um ano, para adaptar-se às determinações dos arts. 48-A e 48-B, fixando-se o dobro desse prazo, para idênticas providências, àqueles ainda não informatizados ou em processo de informatização.

Sala da Comissão, 3 de março de 2004. – **Edison Lobão**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Tião Viana** – **Antonio Carlos Valadares** – **Fernando Bezerra** – **Marcelo Crivella** – **João Batista Motta** – **Antonio Carlos Magalhães** – **César Borges** – **João Ribeiro** – **Álvaro Dias** – **Tasso Jereissati**.

PARECER Nº 548, DE 2004

(Da Comissão de Assuntos Econômicos.)

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 130, de 2003-Complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, pretende difundir, ampla e detalhadamente, informações sobre as receitas e despesas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dando visibilidade aos atos da administração pública. Isso ajudaria a coibir a corrupção, os atos danosos ao interesse coletivo e a gestão fiscal ruinosa.

Apresentado em 14 de abril de 2003, o projeto foi enviado, nessa mesma data, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para posterior encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em 30 de abril de 2004, a CCJ designou o Senador Demóstenes Torres para relatar a matéria. O seu parecer, favorável ao projeto com as Emendas nºS 1 a 5 – CCJ, foi aprovado em 3 de março de 2004.

A CAE recebeu o PLS no 130, de 2003, em 4 de março de 2003. No dia 10, coube a mim a designação para relatar este projeto.

A proposição, em sua versão aprovada pela CCJ, é composta por três artigos. O art. 1º altera o parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), acrescentando que a transparência nos atos de gestão pública se dará não apenas pela “participação popular” e “realização de audiências públicas”, como já constava da LRF, mas também pela ampla divulgação, por meio eletrônico, de informação pormenorizada quanto às receitas e despesas do ente público. Trata-se, portanto, de colocar **on line**, provavelmente utilizando-se a Internet, informações fiscais e orçamentárias, que ficariam a disposição de qualquer cidadão que se dispusesse a analisá-las.

O art. 2º introduz dois novos artigos na LRF que detalham como as informações pormenorizadas devem ser disponibilizadas: os arts. 48-A e 48-B. Assim, os seguintes dados deverão ser tomados públicos, instantaneamente após a realização de despesa:

- a) o número do processo;
- b) o bem fornecido ou serviço prestado;
- c) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento;
- d) o procedimento licitatório realizado;
- e) o lançamento e o recebimento de toda receita das unidades gestoras, inclusive a referente a recursos extraorçamentários.

Ainda no art. 2º são introduzidos mais três artigos na LRF: os arts. 73-A, 73-B e 73-C. O art. 73-A estipula que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta lei complementar.

O art. 73-B trata do prazo para cumprimento das determinações contidas no projeto. Assim, os entes com procedimentos de execução de despesas já informatizados terão o prazo de um ano para adaptar-se às determinações dos arts. 48-A e 48-B, fixando-se o dobro desse prazo para aqueles ainda não informatizados ou em processo de informatização.

O art. 73-C estipula como penalidade para o descumprimento da difusão de informações o não recebimento de transferências voluntárias – penalidade padrão para diversos casos de transgressão das normas da LRF, como, por exemplo, a não redução da despesa de pessoal ou da dívida total que esteja acima do valor máximo permitido.

O art. 3º contém a cláusula de vigência, estabelecendo que a lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Não foram apresentadas emendas no âmbito da CAE.

II – Análise

Como afirmado anteriormente, o PLS nº 130, de 2003, já foi objeto de análise pela CCJ, que o aprovou com cinco emendas, oferecidas pelo próprio relator. Por conseguinte, a análise relativa à legalidade e à constitucionalidade da matéria foi exaustivamente realizada, não havendo óbices nesses campos. Portanto, o texto aprovado pela CCJ será aqui examinado em relação ao seu mérito.

Julgo importante analisar os seguintes pontos: ampliação das informações oferecidas ao público; restrições técnicas e de logística a serem superadas; eficácia e público alvo; e transparência para o grande público.

Ampliação das informações oferecidas ao público

A primeira inovação contida no projeto é a obrigatoriedade de uma maior abertura das informações contidas nos sistemas informatizados de administração financeira. Não se trata de uma mera disponibilização de relatórios e demonstrativos orçamentários e financeiros na internet, como já determina a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, que atribui ao Tribunal de Contas da União (TCU) competência para criar sítio destinado a divulgar dados sobre as finanças públicas federais, estaduais e municipais.

Efetivamente, o sítio resultante dessa determinação (<http://www.contaspublicas.gov.br>) deveria permitir o acesso às seguintes informações:

a) os montantes de cada tributo arrecadado, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio;

b) os relatórios resumidos de execução orçamentária;

c) o balanço das contas das três esferas da Federação, incluindo as autarquias e outras entidades, bem como quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários;

d) os orçamentos do exercício em curso e os balanços do exercício anterior;

e) os resumos dos instrumentos de contrato e de seus aditivos, e as comunicações ratificadas pela autoridade superior;

f) as relações mensais das compras efetuadas pelas administrações direta e indireta.

Os relatórios e demonstrativos discriminados acima permitem um acompanhamento a **posteriori** das finanças públicas por meio dos seus principais números. Essa iniciativa, embora limitada, foi apenas parcialmente bem sucedida em decorrência da carência de recursos humanos e materiais apropriados para esse fim em inúmeros municípios e pela ausência de sanção para as unidades da Federação que não empreguem os meios requeridos pela Lei nº 9.755, de 1998.

O PLS nº 130, de 2003, é mais ambicioso. Trata-se de permitir um acompanhamento **pari passu** da gestão orçamentária das três esferas do governo e de impor sanções àqueles que não observarem os ditames da lei. Isso requer implantar sistemas informatizados de administração financeira em todas as unidades da Federação e permitir que o público possa consultá-los.

O primeiro sistema nos moldes tratados no parágrafo anterior foi o da União – o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A partir do seu sucesso, alguns governos estaduais ressaltaram a necessidade de dispor de instrumento semelhante. Como resposta a essa demanda, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) desenvolveu o SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para estados e municípios).

Em geral, esses sistemas permitem diferentes níveis de acesso a diferentes tipos de usuários. No caso do SIAFI, por exemplo, um usuário externo não tem acesso a informações detalhadas sobre empenhos e despesas, enquanto um parlamentar pode ter acesso a tal informação.

O que se está propondo é, portanto, um nível mais detalhado de acesso às informações para todos os cidadãos. Esse é um ponto de suma importância que precisa ser devidamente destacado no texto do projeto.

Restrições técnicas e de logística a serem superadas

A segunda inovação contida na proposição é que ela obriga União, estados, Distrito Federal e municípios a dispor de um sistema integrado de gerência e administração financeira bastante desenvolvido e complexo. Isso é trivial para a União, para vários estados e para o Distrito Federal, que já exibem um razoável nível de

informatização de suas gestões, mas não para todas as unidades da Federação, especialmente para os municípios menores.

No caso de uma unidade que não disponha de uma versão do Siafem, a inovação proposta pelo PLS nº 130, de 2003, irá gerar custos substanciais. Mais do que isso, muitas cidades não têm capacidade técnico-operacional para instalar tal sistema, necessitando de suporte especializado.

Não se trata simplesmente de instalar, em locais de livre e intensa circulação do público, terminais de computador para consulta, como parece fazer crer a redação do art. 48-A. É preciso implantar um sistema que gere as informações de maneira confiável para alimentar esses terminais, instituindo-se registro eletrônico de receitas, empenhos e despesas em todas as unidades gestoras, interligar essas unidades, criar um sistema de contabilidade conectado ao sistema de geração de demonstrativos financeiros, treinar pessoal etc. Além disso há a necessidade de reposição de equipamentos que, com o passar do tempo, tornam-se obsoletos. Cabe, pois, analisar a possibilidade de implantação desses sistemas nos municípios brasileiros.

O governo federal já vem se empenhando na busca da modernização da gestão fiscal dos municípios. O Senado Federal aprovou, em 1999, a Resolução nº 64, que autorizou um empréstimo da União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$300 milhões para financiar o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM). Esse programa tem como objetivo:

- a) implantar métodos e instrumentos de planejamento e de elaboração do orçamento municipal, dentro de um contexto de transparência e de participação da população;
- b) integrar a administração financeira e implantar controles automatizados para programação e execução orçamentária e financeira e para a consolidação da auditoria e do controle interno dos Municípios.

Consultados, os gestores do PNAFM, sediados na Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), informaram que é possível modelar o sistema em implantação nos municípios para a geração da informação definida no PLS nº 130, de 2003, desde que disponham de prazo adequado para tal.

Frente a essas considerações, a minha opinião é de que o grande desafio para se implementar a proposta do PLS nº 130, de 2003, não é o de colocar os

detalhes da receita e despesa públicas na Internet. Antes disso, é fundamental disseminar o uso de sistemas integrados de administração financeira e controle por todos os municípios.

Somente o uso generalizado de sistemas como o Siafem permitirá gerar informações com a qualidade e a rapidez necessárias para que o público detecte, por exemplo, operações suspeitas. Sem uma ampliação do uso de sistemas como esse, a mera publicação de contas na Internet, defasadas no tempo e de forma consolidada, pouco contribuirá para a transparência na gestão pública.

Eficácia e público alvo

Um terceiro aspecto a ser considerado refere-se à capacidade do PLS nº 130, de 2003, para atingir seus objetivos, quais sejam: ampliar a transparência das contas públicas e evitar gestões fiscais ruins ou atos corruptos.

Não há dúvida de que a abertura de informações permite à sociedade acompanhar mais de perto os atos dos gestores públicos. Há que se considerar, contudo, que não será o cidadão comum que, individualmente, irá sentar-se à frente de um terminal público de computador para examinar notas de empenho e um grande emaranhado de números. Essa informação será analisada por indivíduos de maior qualificação profissional, organizações não-governamentais, empresas de consultoria, tribunais de contas, Ministério Público e demais organizações com instrumental e capacidade analítica para extrair conclusões a partir de um grande volume de informações financeiras e orçamentárias.

Frente a essa constatação, parece ser desnecessário exigir a instalação de terminais de computador em locais de livre e intensa circulação do público, como faz o art. 48-A da proposição. As pessoas e instituições capacitadas para analisar os dados em questão certamente já dispõem de computadores e de estrutura de informática que lhes permitiriam ter acesso aos dados que se pretende tomar públicos.

Concluindo, o conteúdo do projeto é meritório, embora mereça alguns ajustes. Assim, proponho a sua aprovação com alterações que visem a:

- a) estabelecer mecanismo que induza os entes da Federação a adotar sistema integrado de administração financeira e controle, fixando-se um prazo para adoção desses sistemas, a partir do qual o ente não mais receberá transferências voluntárias da União;
- b) garantir a toda pessoa física ou jurídica o direito de acompanhar os dados detalhados da execução da receita e da despesa

por meio de acesso ao sistema integrado de administração financeira e controle;

c) excluir a exigência de instalação de terminais para consulta pela população, uma vez que a análise dos dados será feita por pessoas de maior qualificação profissional e instituições organizadas, que possuam equipamentos de informática e estrutura para captar informações por meio de redes de computador.

III – Voto

Em face do exposto, bem como considerando a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal e regimental, voto pela aprovação desta matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a emenda da Senadora Ideli Salvatti, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 6-CAE (SUBSTITUTIVO)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 130 (SUBSTITUTIVO), DE 2003
– COMPLEMENTAR**

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda

a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

.....
Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações do art. 48, parágrafo único, incisos II e III, e do art. 48-A:

I – um ano para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com mais de 100 mil habitantes;

II – dois anos para os municípios que tenham entre 50 mil e 100 mil habitantes;

III – quatro anos para os municípios que tenham até 50 mil habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no **caput**.

Art. 73-C. O não-atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A

sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Ramez Tebet**, Presidente
– **Serys Slhessarenko**, Relator – **Ana Júlia Carepa**
– **Ideli Salvatti** – **Eduardo Suplicy** – **Delcídio Amaral** – **Roberto Saturnino** – **Geraldo Mesquita Júnior**
– **Fernando Bezerra** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **Rodolpho Tourinho** – **Marcos Guerra**
– **Tasso Jereissati** – **Lúcia Vânia**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA.
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“Art 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29 de 13-9-00:

“Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos.” (NR)

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-00:

“I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;” (AC)

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-00:

“II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º incisos II e III.” (AC)

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

(*) Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-00:

“§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:” (AC)

“II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;” (AC)

“III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 158 e 159, inciso, I, alínea b e § 3º.” (AC)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Parágrafo único. A prestação de contas da União conterà demonstrativos do Tesouro Nacional e das

agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

.....
 Art. 73. As infrações dos dispositivos desta lei complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente.

Art. 74. Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

.....
 LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950

Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

.....
 LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
 DECRETO-LEI Nº 2.848,
 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

.....
 DECRETO-LEI Nº 201,
 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

.....
 LEI Nº 9.755, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a criação de homepage na Internet, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Tribunal de Contas da União criará **homepage** na rede de computadores Internet, com o título “contas públicas”, para divulgação dos seguintes dados e informações:

I – os montantes de cada um dos tributos arrecadados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, os recursos por eles recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio (**caput** do art. 162 da Constituição Federal);

II – os relatórios resumidos da execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (§ 3º do art. 165 da Constituição Federal);

III – o balanço consolidado das contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários (art. 111 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964);

IV – os orçamentos do exercício da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os respectivos balanços do exercício anterior (art. 112 da Lei nº 4.320, de 1964);

V – os resumos dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior (**caput** do art. 26, parágrafo único do art. 61, § 3º do art. 62, arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 98.666, de 21 de junho de 1993);

VI – as relações mensais de todas as compras feitas pela administração direta ou indireta (art. 16 e da Lei nº 8.666, de 1993).

§ 1º Os dados referidos no inciso I deverão estar disponíveis na **homepage** até o último dia do segundo mês subsequente ao da arrecadação.

§ 2º Os relatórios mencionados no inciso II deverão estar disponíveis na **homepage** até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre.

§ 3º O balanço consolidado previsto no inciso III deverá estar disponível na **homepage** até o último dia do terceiro mês do segundo semestre do exercício imediato àquele a que se referir, e o quadro baseado nos orçamentos, até o último dia do primeiro mês do segundo semestre do próprio exercício.

§ 4º Os orçamentos a que se refere o inciso IV deverão estar disponíveis na **homepage** até 31 de maio, e os balanços do exercício anterior, até 31 de julho de cada ano.

§ 5º Os resumos de que trata o inciso V deverão estar disponíveis na **homepage** até o quinto dia útil do segundo mês seguinte ao da assinatura do contrato ou de seu aditivo, e as comunicações, até o trigésimo dia de sua ocorrência.

§ 6º As relações citadas no inciso VI deverão estar disponíveis na **homepage** até o último dia do segundo mês seguinte àquele a que se referirem.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fiscalizará o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 112 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 3º Para fiel e uniforme aplicação das presentes normas, o Tribunal de Contas da União atenderá a consultas, coligará elementos, promoverá o intercâmbio de dados informativos e expedirá recomendações técnicas, quando solicitadas.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, poderão ser promovidas, quando necessário, conferências e reuniões técnicas com a participação de representantes das entidades abrangidas por estas normas ou de suas associações.

Art. 4º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**



**TRIBUNAL DE CONTAS
DA UNIÃO**



Sexta-feira, 11 de Junho de 2004.

Pesquisa número:	2
Expressão de Pesquisa:	Pesquisa em formulário - documento número: 28, ano do documento: 1999
Bases pesquisadas:	Normas
Documento da base:	Instrução Normativa
Documentos recuperados:	2
Documento Mostrado:	2

Identificação

INSTRUÇÃO NORMATIVA 28/1999

Número Interno do Documento

INT1999-028

Data Expedição

5 de maio de 1999

Ementa

Estabelece regras para a implementação da homepage Contas Públicas, de que trata a Lei nº 9.755/98.

Preâmbulo

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e Considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998; Considerando que os dados e informações de que trata a referida Lei devem ser divulgados pelos órgãos responsáveis em atendimento ao princípio da publicidade consagrado no art. 37, caput, da Constituição Federal; Considerando a racionalidade administrativa e a economicidade, princípios que norteiam a administração pública objetivando evitar duplicação de esforços e sobreposição de atribuições; Considerando o poder que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443/92, para expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições, resolve:

Texto

SEÇÃO I DO OBJETO Art. 1.º A homepage intitulada Contas Públicas, a ser mantida pelo Tribunal de Contas da União na Internet, proverá o acesso organizado aos seguintes dados e informações: I - montante de cada um dos tributos arrecadados: a) pela União; b) pelos Estados e Distrito Federal; c) pelos Municípios. II - recursos repassados voluntariamente: a) pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios à conta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; b) pelos Estados e Distrito Federal aos Municípios. III - valores de origem tributária entregues e a entregar: a) pela União a cada um dos demais Entes da Federação, a que se referem os incisos I, alíneas a e b, e II, do art. 159 da Constituição Federal, e a expressão numérica dos coeficientes de rateio; b) pelos Estados aos Municípios observadas as disposições contidas em suas respectivas Constituições e no § 3º do art. 159 da Constituição Federal. IV- demonstrativos bimestrais acerca da execução: a) pela União, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; b) pelos Estados e Distrito Federal, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; c) pelos Municípios, acerca dos seus orçamentos existentes. V ? demonstrativos anuais de receitas e despesas: a) da União,

referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e ao Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; b) dos Estados e Distrito Federal, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; c) pelos Municípios acerca dos seus orçamentos existentes. VI ? orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas Estatais, ou orçamentos existentes: a) da União; b) dos Estados e Distrito Federal; c) dos Municípios. VII ? balanços orçamentários anuais dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais, ou orçamentos existentes: a) da União; b) dos Estados e Distrito Federal; c) dos Municípios. VIII - resumos dos instrumentos de contrato, ou de seus aditivos, firmados: a) pela União; b) pelos Estados e Distrito Federal; c) pelos Municípios. IX - relações mensais de todas as compras feitas pela administração direta ou indireta: a) da União; b) dos Estados e Distrito Federal; c) dos Municípios.

SEÇÃO II DA SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO DA HOMEPAGE

Art. 2.º Para a consecução do objeto da homepage Contas Públicas, os dados e informações de que trata o art. 1º deverão ser colocados à disposição, para acesso via Internet, pelos órgãos e entidades responsáveis a seguir indicados, em páginas específicas de seus sites: I - os órgãos e entidades, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, responsáveis pela arrecadação dos tributos e contribuições, incluídas as destinadas à seguridade social, se houver, tornarão disponíveis, na Internet, os dados e informações relativos aos montantes de cada um dos tributos e contribuições arrecadados; Prazo: até o último dia do segundo mês subsequente ao da arrecadação. II - os órgãos e entidades responsáveis pela gestão ou acompanhamento de convênios, tornarão disponíveis dados e informações acerca de recursos repassados, à conta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: a) pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios; b) pelos Estados e Distrito Federal a Municípios; Prazo: até o último dia do segundo mês subsequente ao do repasse. III - o Banco do Brasil tornará disponível, na Internet, os valores de origem tributária a que se referem os incisos I, alíneas a e b, e II do art. 159 da Constituição Federal e os arts. 86 e 93 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, entregues pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios; Prazo: até o último dia do segundo mês subsequente ao do repasse. IV - o órgão competente do Poder Executivo da União tornará disponível, na Internet, as previsões dos referidos valores a entregar aos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989; Prazo: até o quinto dia subsequente à publicação da previsão. V ? o Tribunal de Contas da União, conforme o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal, tornará disponível, na Internet, os coeficientes de rateio fixados anualmente para os Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à distribuição dos valores a que se referem os incisos I, alíneas a e b, e II, do art. 159 da Constituição Federal; Prazo: até o último dia do exercício anterior ao de vigência dos coeficientes. VI - as instituições financeiras estaduais com competência legal para creditar aos Municípios valores relativos à participação destes na arrecadação estadual, inclusive a prevista no § 3º do art. 159 da Constituição Federal, tornará disponível na Internet os valores entregues aos respectivos Municípios; Prazo: até o último dia do segundo mês subsequente ao do repasse. VII - os órgãos estaduais competentes tornarão disponível na Internet, as previsões dos valores a entregar aos Municípios, nos termos da legislação específica do respectivo Estado; Prazo: até o quinto dia subsequente à publicação da previsão. VIII - os órgãos estaduais competentes para estimar os coeficientes de rateio dos valores a serem entregues pelos Estados aos seus respectivos Municípios, tornarão disponíveis na Internet os referidos coeficientes de rateio; Prazo: Até o último dia do exercício anterior ao da vigência dos coeficientes. IX - os órgãos federais responsáveis pela consolidação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais tornarão disponíveis, na Internet, os dados e informações constantes da Lei Orçamentária Anual, para cada um dos respectivos orçamentos; Prazo: até o dia 31 de maio do exercício de vigência da Lei Orçamentária. X - os órgãos estaduais, do Distrito Federal e municipais responsáveis pela consolidação dos respectivos orçamentos tornarão disponíveis, na

Internet, os dados e informações constantes da Lei Orçamentária Anual competente, para cada um dos respectivos orçamentos que houver; Prazo: até o dia 31 de maio do exercício de vigência da respectiva Lei Orçamentária. XI - os órgãos da União responsáveis pela elaboração e divulgação dos demonstrativos bimestrais, acerca da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais, tornarão disponíveis, na Internet, os correspondentes dados e informações; Prazo: até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre. XII - os órgãos estaduais, do Distrito Federal e municipais responsáveis pela elaboração e divulgação dos demonstrativos periódicos da execução dos Orçamentos existentes, tornarão disponíveis, na Internet, os correspondentes dados e informações; Prazo: até sessenta dias após o encerramento de cada período fixado, em lei, para o respectivo Estado ou Município. XIII - os órgãos federais responsáveis pela elaboração e divulgação dos balanços orçamentários anuais, acerca da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais, tornarão disponíveis, na Internet, os correspondentes dados e informações; Prazo: até o dia 31 de julho de cada ano. XIV - os órgãos estaduais do Distrito Federal e municipais, responsáveis pela elaboração e divulgação dos balanços orçamentários anuais, acerca da execução dos orçamentos existentes, tornarão disponíveis, na Internet, os correspondentes dados e informações; Prazo: até o dia 31 de julho de cada ano. XV - os órgãos federais responsáveis pela elaboração e divulgação dos demonstrativos anuais de receitas e despesas da União, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e ao Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais, tornarão disponíveis, na Internet, os correspondentes dados e informações; Prazo: até 30 de setembro de cada ano. XVI - os órgãos estaduais, do Distrito Federal e municipais responsáveis pela elaboração e divulgação dos demonstrativos anuais de receitas e despesas dos Estados e Municípios, referentes aos respectivos orçamentos existentes, tornarão disponíveis, na Internet, os correspondentes dados e informações; Prazo: até 30 de setembro de cada ano. XVII - o órgão federal gestor do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ? SIASG, ou de outro que vier a substituí-lo, tornará disponível, na Internet, os dados e informações acerca dos resumos dos instrumentos de contratos e de seus aditivos, firmados pelos órgãos e entidades integrantes do referido sistema; Prazo: até o quinto dia útil do segundo mês seguinte ao da assinatura do contrato ou de seu aditivo. XVIII - os órgãos e entidades federais vinculados aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, bem como o Ministério Público da União e a Advocacia-Geral da União, enquanto não integrantes do SIASG, tornarão disponíveis, na Internet, por meio de sistemas específicos, os dados e informações de que trata o inciso anterior, relativamente aos atos por eles praticados; Prazo: até o quinto dia útil do segundo mês seguinte ao da assinatura do contrato ou de seu aditivo. XIX - os órgãos e entidades estaduais e do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, individualmente ou por intermédio de órgão centralizador ou de sistema gerenciador de dados e informações, tornarão disponível, na Internet, os dados e informações acerca dos resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos; Prazo: até o quinto dia útil do segundo mês seguinte ao da assinatura do instrumento. XX - os órgãos e entidades municipais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, individualmente ou por intermédio de órgão centralizador ou de sistema gerenciador de dados e informações, tornarão disponível, na Internet, os dados e informações acerca dos resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos; Prazo: até o quinto dia útil do segundo mês seguinte ao da assinatura do instrumento. XXI - o órgão federal gestor do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ? SIASG, ou de outro que vier a substituí-lo, tornará disponível, na Internet, os dados e informações acerca das relações mensais de todas as compras feitas pelos órgãos e entidades integrantes do referido sistema; Prazo: até o último dia do segundo mês seguinte ao da aquisição. XXII - os órgãos e entidades federais vinculados aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, bem como o Ministério Público da União e a Advocacia-Geral da União,

enquanto não integrantes do SIASG, tornarão disponíveis, na Internet, por meio de sistemas específicos, os dados e informações de que trata o inciso anterior, relativamente aos atos por eles praticados; Prazo: até o último dia do segundo mês seguinte ao da aquisição. XXIII - os órgãos e entidades estaduais e do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, individualmente ou por intermédio de órgão centralizador ou de sistema gerenciador de dados e informações, tornarão disponível, na Internet, os dados e informações acerca das relações mensais de todas as compras realizadas; Prazo: até o último dia do segundo mês seguinte ao da aquisição. XXIV - os órgãos e entidades municipais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, individualmente ou por intermédio de órgão centralizador ou de sistema gerenciador de dados e informações, tornarão disponível, na Internet, os dados e informações acerca das relações mensais de todas as compras realizadas; Prazo: até o último dia do segundo mês seguinte ao da aquisição. § 1º O acesso estruturado aos dados e informações dos órgãos e entidades referidos nos itens I a XXIV deste artigo, dar-se-á por intermédio de links, disponíveis na homepage Contas Públicas, que remeterão às respectivas páginas específicas de cada órgão ou entidade. § 2º Os dados e informações pertinentes a cada órgão ou entidade também poderão ser acessados diretamente nos seus respectivos sites. § 3º Os dados e informações de que tratam os incisos deste artigo conterão os elementos expressos no Anexo desta Instrução Normativa. Art. 3º O Tribunal de Contas da União, por intermédio de suas unidades técnicas competentes, estabelecerá, em conjunto com cada um dos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais envolvidos, a forma de apresentação dos dados e informações que integrarão a homepage, visando à sua uniformização. Art. 4º Fixada a sistemática de apresentação dos dados e informações, ficam os referidos órgãos e entidades obrigados a comunicar imediatamente ao Tribunal quaisquer alterações técnicas eventualmente ocorridas em seus sites, a fim de que sejam efetuadas as adaptações necessárias na homepage Contas Públicas. Art. 5º O Presidente do Tribunal, com o intuito de melhor atender aos objetivos colimados no art. 1º da Lei nº 9.755/98, bem como adequar a homepage Contas Públicas a eventuais mudanças na legislação correlata, poderá alterar, a qualquer tempo, os elementos informativos contidos no Anexo desta Instrução Normativa, fixando prazo para as adequações necessárias nos sites dos órgãos e entidades envolvidos. Art. 6º Os dados e informações tornados disponíveis na Internet segundo a sistemática desta Instrução Normativa serão de responsabilidade dos órgãos e entidades mantenedores. Art. 7º As unidades técnicas do Tribunal de Contas da União, em sua esfera de competência, verificarão, nos sites dos órgãos e entidades responsáveis, a acessibilidade e adequação da forma de apresentação dos dados e informações relacionados no Anexo desta Instrução Normativa. § 1º Detectadas quaisquer falhas, impropriedades ou omissões na apresentação dos dados, a unidade técnica do Tribunal, de imediato, manterá contato com o órgão responsável pela informação, objetivando seu saneamento a tempo de cumprir os prazos fixados. § 2º Caso não seja sanado o problema, em se tratando de órgãos ou entidades federais, a unidade técnica submeterá o assunto ao Relator em cuja Lista de Unidade Jurisdicionada conste o órgão ou entidade responsável, propondo a adoção das providências cabíveis, na forma legal e regulamentar. § 3º Caso não seja sanado o problema, em se tratando de órgãos ou entidades estaduais ou municipais, a unidade técnica submeterá o assunto à SEGECEX, propondo a adoção das providências necessárias. Art. 8º Com o intuito de garantir a confiabilidade dos dados e informações colocadas à disposição do público, o Tribunal poderá realizar auditorias nos órgãos e entidades federais, especialmente nos seus sistemas informatizados de origem dos dados. Art. 9º Os órgãos e entidades mencionados nos incisos do art. 2º manterão os dados e informações disponíveis para consulta pelo período de, no mínimo, cinco anos, à exceção daqueles referidos nos incisos XVII a XXIV, que deverão ser mantidos por, pelo menos, um ano. Art. 10. Os órgãos e entidades responsáveis deverão tornar disponíveis, na Internet, os dados e informações, na forma desta Instrução Normativa, até o dia 15 de junho deste ano, sem prejuízo dos prazos fixados nos incisos do art. 2º. Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua



TRIBUNAL DE CONTAS
DA UNIÃO



Sexta-feira, 11 de Junho de 2004.

Pesquisa número: 3
Expressão de Pesquisa: Pesquisa em formulário - documento número: 275, ano do documento: 2000
Bases pesquisadas: Normas
Documento da base: Portaria
Documentos recuperados: 1
Documento Mostrado: 1

Identificação

PORTARIA NORMATIVA 275/2000 - Secretaria da Presidência

Número Interno do Documento

PRT2000-275

Data Expedição

14 de dezembro de 2000

Ementa

Institui o Anexo II à Instrução Normativa nº 028, de 5 de maio de 1999, aplicável aos dados e informações de responsabilidade dos Municípios a serem colocados à disposição para acesso, via Internet, na homepage Contas Públicas criada pela Lei nº 9.755/98.

Preâmbulo

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

Considerando o disposto no art. 5º da Instrução Normativa TCU nº 28, de 5 de maio de 1999,

Considerando a necessidade de adequar os elementos que deverão ser colocados disponíveis para acesso na homepage Contas Públicas por parte dos Municípios às particularidades desses Entes da Federação, resolve:

Texto

Art. 1º Fica instituído o Anexo II à Instrução Normativa TCU nº 28/99, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os dados e informações de que tratam os incisos do artigo 2º da Instrução Normativa TCU nº 28/99, de responsabilidade dos Municípios, expressão os elementos constantes do Anexo II à referida IN 28/99, instituído por esta Portaria.

Art. 3º As adequações necessárias nos respectivos sites deverão ser promovidas até 28 de fevereiro de 2001.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nome do Signatário

IRAM SARAIVA

Cargo do Signatário

Presidente

Normas Alteradas

Altera a Instrução Normativa n.28/1999

Publicação DOU
00

Republicação DOU
00

Publicação BTCU
26/12/20007330

Republicação BTCU
00

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TEMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei nº 130, de 2003, que, além de outras providências, acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Na sua justificativa o ilustre Senador João Capiberibe sustenta que as alterações propostas visam dar maior eficácia e efetividade ao princípio da publicidade previsto no art. 37, **caput**, da Constituição Federal, de tal sorte a possibilitar transparência à gestão da coisa pública e, assina prevenir e combater a corrupção.

É o relatório.

II – Análise

Conforme dispõe, em resumo, o art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, e, ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União.

De início, vejo que foram respeitadas todas as disposições regimentais previstas no Regimento Interno do Senado Federal.

Sob o aspecto meramente jurídico, não há óbice à aprovação da matéria no seu cerne, que julgamos oportuna e conveniente. No entanto, alguns reparos devem ser feitos, como vamos demonstrar a seguir.

A íntegra do projeto de lei tem a seguinte redação:

**“PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 130, DE 2003 – COMPLEMENTAR”**

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas so-

bre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 148.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, bem como pela liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, por meio da Internet, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira. (NR)

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o parágrafo único, **in fine**, do art. 48, serão instalados em cada unidade gestora pelo menos dois terminais de leitura em locais de livre circulação, que tragam ao conhecimento público, por meio da internet, de modo concomitante à sua realização, todos os atos praticados ao longo da execução da despesa, incluindo, ainda, os dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem ou serviço que está sendo pago, à pessoa física ou empresa beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Art. 48-B. Serão levados ao conhecimento público, na mesma forma do artigo anterior, também o lançamento e o recebimento de toda a receita da unidade gestora, inclusive referente a recursos extraorçamentários.

Art. 48-C. O descumprimento de qualquer prescrição dos arts. 48, 48-A, e 48-B constitui ato de improbidade administrativa tipificado no inciso IV do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sujeitando-se o infrator às cominações estabelecidas no inciso III do art. 12 da mesma Lei, além de outras previstas nas demais leis pertinentes.

Parágrafo único. Sendo o infrator gestor de órgão da administração direta de Estado, Distrito Federal, ou Município, será ainda aplicada, enquanto perdurar a infração, a suspen-

são temporária, respectivamente, do repasse das cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

.....
Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 73-B. Os órgãos e entidades com procedimentos de execução de despesas já informatizadas terão o prazo de cento e oitenta dias para adaptar-se às determinações dos arts. 48-A e 48-B, fixando-se o dobro desse prazo, para idênticas providências, àqueles ainda não informatizados ou em processo de informatização.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O autor do projeto afirma, em sua justificativa, que já é tempo dos municípios e Estados-membros se modernizarem e com isso propiciar maior transparência na gestão financeira e patrimonial. Reconhece que a maioria dos municípios não possui serviços informatizados, mas “que nenhuma Administração é tão paupérrima a ponto de não poder adquirir alguns poucos microcomputadores e o **software** necessário, como, por exemplo, o Siafem, já elaborado pelo Serviço de Processamento de dados do Ministério da Fazenda (SERPRO)”.

De fato o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, mencionado pelo autor do projeto, é, como sabemos, um software que contém um sistema de processamento eletrônico de dados, baseado no SIAFI – Sistema de Administração Financeira, utilizado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – no âmbito federal, que tem por objetivo simplificar e uniformizar a execução orçamentária, contábil e financeira dos Estados e Municípios, de forma integrada, para minimizar os custos, obter maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos e possibilitar maior transparência.

Permite o referido sistema dotar as administrações estaduais e municipais de uma moderna ferramenta de trabalho, com processos informatizados na gestão dos recursos públicos. Serve como instrumento de informação, e com isto empresta apoio às funções gerenciais de planejamento, tomada de decisão – através da extração de relatórios – e controle operacional, abrangendo os órgãos da administração pública, sejam eles da administração direta ou indireta, como autar-

quias, fundações e empresas públicas, atendendo a Lei nº 4.320/64

O Siafem limita os documentos da contabilidade pública a 7 (sete) espécies: Nota de Dotação (ND), Nota de Crédito (NC), Nota de Empenho (NE), Nota de Lançamento (NL), Programação de Desembolso (PD), Ordem Bancária (OB) e Guia de Recebimento (GR). Registra, por meio desses documentos produzidos eletronicamente, a dotação orçamentária, o empenho da despesa, a liquidação da despesa, o pagamento da despesa e o depósito ou recolhimento de algum pagamento efetuado ou restituição devida, com atualização permanente dos balanços e demonstrativos da execução da despesa e acompanhamento ‘on-line’ das contas bancárias.

Este sistema permite a realização de operações somente ao usuário cadastrado, logicamente para evitar transtornos que decorreriam da utilização indevida e fraudulenta de seus mecanismos por terceiros estranhos às unidades gestoras.

Possibilita ao usuário cadastrado quatro tipos de consultas: 1) a orçamentária, a qual permite verificar o saldo das células orçamentárias com relação à dotação inicial, suplementações, contenções, anulações, empenhado, reforço e anulação do empenhado, liquidado e o disponível para empenhar; 2) as de documento orçamentário, a permitem consultar um documento específico ou todos os documentos de Nota de Dotação, Nota de Crédito e Nota de Empenho; 3) as financeiras, cujas principais são as de montante da Conta Única, consulta de movimento bancário, saldos on-line da conta “C” de todas unidades gestoras, ao movimento bancário, às programações de desembolso, as ordens bancárias, entre outras; 4) e as contábeis, sendo as principais as consultas a espelho contábil, balancetes e balanço sintético, entre outras.

Sem muito conhecimento científico sobre informática, é possível intuir-se que os softwares contábeis que servem à administração pública têm, em geral, o mesmo perfil do Siafem e uma característica comum: somente usuários cadastrados podem realizar os lançamentos contábeis ou operações orçamentárias, isto para a segurança de sua inviolabilidade. A vantagem que adviria se os Municípios, voluntariamente, aderissem ao Siafem, seria a padronização.

Deve ser possível a qualquer do povo consultar o sistema público de contabilidade, mas com a garantia da sua inviolabilidade contra eventuais tentativas de fraudes, e por isso à possibilidade de consulta concomitante à operação de lançamento, como está previsto no artigo 48-A do projeto, deve ser modificada. Necessário, pois, criar mecanismos para que o cidadão possa

ter acesso às informações constantes do sistema que digam respeito à gestão do dinheiro público.

No entanto, obtemperemos que, devido aos altos custos de manutenção de uma estrutura administrativa, boa parcela dos municípios brasileiros não possui um sistema eletrônico próprio de contabilidade pública, operado por servidores que integram os seus quadros administrativos. Comumente são contratados escritórios de contabilidade especializados na área e que tem sede nas capitais dos Estados. Para esses escritórios são encaminhados os documentos contábeis preenchidos manualmente, a máquina de escrever ou impressos em formulários adaptados para impressoras, e lá são processados para confecção dos balancetes e demais documentos indispensáveis ao encaminhamento para o respectivo Tribunal de Contas.

Essa realidade certamente comprometerá sobremaneira a eficácia das regras legais que se pretende aprovar, especialmente em relação à maioria dos municípios brasileiros.

Sabemos também que foi editada a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1.998, que, em seu artigo V, incisos I a VI, dispôs o seguinte:

“Art. 1º O Tribunal de Contas da União criará **homepage** na rede de computadores Internet, com o título “contas públicas”, para divulgação dos seguintes dados e informações:

I – os montantes de cada um dos tributos arrecadados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, os recursos por eles recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio (caput do art. 162 da Constituição Federal);

II – os relatórios resumidos da execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (§ 3º do art. 165 da Constituição Federal);

III – o balanço consolidado das contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários (art. 111 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964);

IV – os orçamentos do exercício da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os respectivos balanços do exercício anterior (art. 112 da Lei nº 4.320, de 1964);

V – os resumos dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior (caput do ad. 26, parágrafo único do art. 61, § 3º do art.

62, arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993);

VI – as relações mensais de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta (art. 16 da Lei nº 8.666, de 1993);”

Nos §§ 1º a 6º desse mesmo artigo estão estabelecidos prazos para que os dados referidos nos incisos acima mencionados estejam disponíveis na **homepage**. O sítio foi criado e está em fase de implantação e desenvolvimento.

O Tribunal de Contas da União editou a Instrução Normativa n.º 28, de 5-5-99, (**DOU** de 10-5-1999), onde normatizou, com riqueza de detalhes, como essas informações devem estar, obrigatoriamente, disponibilizadas via internet para qualquer do povo. Por exemplo, nos termos do art. 2º, XXIV, da referida Resolução, a relação mensal de todas as compras realizadas pelos órgãos e entidades municipais devem estar disponibilizadas até o último dia do segundo mês seguinte ao da aquisição, e deverá expressar, de acordo com o anexo à mesma Resolução, os elementos referentes ao exercício e mês da aquisição; nome da Secretaria ou Órgão a que se vincule a unidade administrativa adquirente; nome e CNPJ da unidade administrativa adquirente; nome e CNPJ/CPF do fornecedor; descrição do bem adquirido; preço unitário de aquisição do bem; quantidade adquirida do bem; e o valor total da aquisição.

Estamos fazendo esses esclarecimentos preliminares para que se possa proceder à análise do projeto inserido no contexto da execução orçamentária transparente que já se vem tentando implementar.

A liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, por meio da Internet, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, como se pretende obrigar os municípios e Estados-membros pela nova redação da parte final do parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, vai além da previsão da Lei nº 9.755/98 e da Instrução Normativa nº 28/99-TCU. É possível de ser viabilizada e traduz-se em extraordinário instrumento de combate à malversação do erário.

O ilustre autor do projeto inspira-se na experiência frutuosa da gestão orçamentária transparente implantada em seu Estado, onde, por meio do sítio “www.amapa.gov.br”, é possível fiscalizar minuciosamente os gastos públicos, chegando-se ao ideal de se poder consultar, por exemplo, um simples pagamento de uma diária a um servidor, com acesso ao histórico da ordem de pagamento do valor, onde está explicitada o motivo da justificativa.

A instalação obrigatória de dois terminais de leitura em cada unidade gestora revela-se, no entanto, onerosa e excessiva, imaginemos um pequeno município, com população de 30.000 habitantes que, na estrutura administrativa da Prefeitura, tenha 6 (seis) secretarias municipais, ou seja, um total de 7 (sete) unidades gestoras, teria que disponibilizar e dar manutenção a um mínimo de 14 (quatorze) terminais de leitura, nos termos do art. 48-A do projeto. A quantidade de terminais e o local de sua instalação devem, a nosso ver, ficar à discricionariedade do administrador, que certamente procurará instalá-lo em local de fácil acesso e intensa movimentação.

Além disso, a vinculação da instalação dos terminais de leitura nas dependências físicas nem sempre será a melhor solução, pois os locais em boa parte dos casos não terão uma movimentação do público que a justifique. É melhor deixar ao administrador a discricionariedade de escolher o local onde o público terá mais facilidade de acesso ao terminal de leitura (pensamos, inclusive, que a expressão melhor é “terminal de consulta”).

O artigo 48-C, **caput**, do projeto em discussão, é uma superfetação, tendo em vista que, no artigo 73 da Lei Complementar nº 101/00, já está previsto que as infrações aos seus dispositivos serão punidas segundo o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e a Lei de Improbidade (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), além de demais normas da legislação pertinente. Portanto, desnecessário o acréscimo do referido dispositivo, cujo propósito único, parece-nos, é o de especificar em qual tipo legal, da Lei de Combate à Improbidade Administrativa, a conduta infratora das regras contidas nos artigos 48, parágrafo único 48-A e 48-B do projeto de lei que se enquadra.

Por outro lado, a previsão contida no parágrafo único do mesmo art. 48-C, cujo teor autoriza a suspensão temporária, enquanto durar a infração aos comandos do art. 48, 48-A, e 48-B, do repasse das cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respectivamente, quando infrator for gestor de órgão da administração direta de Estado, Distrito Federal, ou Município, afronta, a nosso ver, o texto da Constituição Federal.

Entendemos, inclusive, que a suspensão temporária é desproporcional à infração tendo em vista que, não obstante a singular importância do princípio da publicidade como mecanismo de controle da administração pública, eventualmente se um Governador ou um Prefeito viesse a infringir os referidos dispositivos

constantes do projeto de lei, isto não implicaria na aniquilação daquele princípio. Há outros meios de divulgação dos atos de gestão da coisa pública que estão em sintonia com o princípio da publicidade, como, a título exemplificativo, a publicação nos Diários Oficiais dos atos de maior relevo praticados pelo administrador público (minutas de editais de licitação, nomeação e exoneração de servidores, as próprias leis orçamentárias, os decretos orçamentários, etc.), e até mesmo nos veículos de comunicação. Daí que o princípio da publicidade, embora tivesse sofrido agressão por não ter se possibilitado, a qualquer do povo, o acesso aos dados orçamentários via internet, teria sido em parte atendido.

Além disso, como já assinalamos, o parágrafo único, do art., 48-C, é flagrantemente inconstitucional, pois as hipóteses da medida drástica de suspensão dos repasses dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) só podem estar previstas na Constituição Federal, em obediência à regra contida no art. 160, parágrafo único, incisos I a III, com a redação que lhe emprestou a Emenda à Constituição Federal de nº 29, de 13-9-00, cujo teor é o seguinte:

“Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: (NR)

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; (AC)

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.” (AC)

A seção da Constituição Federal a que se refere o **caput** do art. 160 é onde estão previstas normas relativas à repartição de receitas tributárias, inclusive por meio do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Não pode, portanto, a Lei Complementar ampliar o rol da extrema medida de suspensão de repasse dos valores desses fundos.

O art. 198, incisos II e III, referido acima, diz respeito às parcelas tributárias que serão destinadas ao financiamento do Sistema Único de Saúde pelas três esferas de governo.

Melhor, portanto, prever o bloqueio das transferências voluntárias, que, somada à punição dos infratores pelos referidos diplomas legais, resultará em um conjunto de medidas assaz eficientes para intimidar e

estimular a adequação aos preceitos que se pretende introduzir na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Embora o artigo 73-A do projeto, atrás transcrito, contenha norma cujo conteúdo poderia defluir da interpretação aberta do direito de petição constitucionalmente conferido no art. 5º, inciso XXXIV, letra a (“Art. 5º (...): XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”), é salutar a previsão expressa de que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do projeto de lei, com a redação dada pelo substitutivo.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130 (SUBSTITUTIVO), DE 2003 – COMPLEMENTAR”

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, bem como pela liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, por meio da internet, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira. (NR)

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o parágrafo único, **in fine**, do art. 48, serão

instalados, pelos Poderes Públicos da União, dos Estados-Membros, do Distrito Federal e dos Territórios e dos Municípios, em locais de livre e intensa circulação do público em geral, terminais de computadores para consulta, por meio da internet, de todos os atos praticados pelas unidades gestoras, ao longo da execução da despesa, instantaneamente após a sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem ou serviço que está sendo pago, à pessoa física ou empresa beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Art. 48-B. Serão levados ao conhecimento público, na mesma forma do artigo anterior, também o lançamento e o recebimento de toda a receita da unidade gestora, inclusive referente a recursos extraorçamentários.

Art. 48-C. O não-atendimento, até o encerramento do prazo previsto no art. 73-B, das determinações contidas nos arts. 48, e parágrafo único, 48-A, e 48-B, por qualquer unidade gestora do Poder Público, implicará na impossibilidade de transferência voluntária de recursos para o órgão infrator.

.....
Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 73-B. Os órgãos e entidades com procedimentos de execução de despesas já informatizadas terão o prazo de um ano, para adaptar-se às determinações dos arts. 48-A, e parágrafo único, e 48-B, fixando-se o dobro desse prazo, para idênticas providências, àqueles ainda não informatizados ou em processo de informatização.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Demóstenes Torres**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 130, de 2003, que, além de outras providências, acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Na sua justificativa o ilustre Senador João Capiberibe sustenta que as alterações propostas visam dar maior eficácia e efetividade ao princípio da publicidade previsto no art. 37, **caput**, da Constituição Federal, de tal sorte a possibilitar transparência à gestão da coisa pública e, assim, prevenir e combater a corrupção.

É o relatório.

II – Análise

Conforme dispõe, em resumo, o art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, e, ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União.

De início, vejo que foram respeitadas todas as disposições regimentais previstas no Regimento Interno do Senado Federal.

Sob o aspecto meramente jurídico, não há óbice à aprovação da matéria no seu cerne, que julgamos oportuna e conveniente. No entanto, alguns reparos devem ser feitos, como vamos demonstrar a seguir.

O autor do projeto afirma, em sua justificativa, que já é tempo dos municípios e Estados-membros se modernizarem e com isso propiciar maior transparência na gestão financeira e patrimonial. Reconhece que a maioria dos municípios não possui serviços informatizados, mas “que nenhuma Administração é tão paupérrima a ponto de não poder adquirir alguns poucos microcomputadores e o software necessário, como, por exemplo, o Siafem, já elaborado pelo Serviço de Processamento de dados do Ministério da Fazenda (SERPRO)”.

De fato o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, mencionado pelo autor do projeto, é, como sabemos, um software que contém um sistema de processamento eletrônico de dados, baseado no SIAFI – Sistema de Administração Financeira, utilizado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – no âmbito federal, que tem por objetivo simplificar e uniformizar a execução orçamentária, contábil e financeira dos Estados e Municípios, de forma integrada, para minimizar os custos, obter maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos e possibilitar maior transparência.

Permite o referido sistema dotar as administrações estaduais e municipais de uma moderna ferramenta de trabalho, com processos informatizados na gestão dos recursos públicos. Serve como instrumento de informação, e com isto empresta apoio às funções gerenciais de planejamento, tomada de decisão – através da extração de relatórios e controle operacional, abrangendo os órgãos da administração pública, sejam eles da administração direta ou indireta, como autarquias, fundações e empresas públicas, atendendo a Lei nº 4.320/64

O Siafem limita os documentos da contabilidade pública a 7 (sete) espécies: Nota de Dotação (ND), Nota de Crédito (NC), Nota de Empenho (NE), Nota de Lançamento (NL), Programação de Desembolso (PD), Ordem Bancária (OB) e Guia de Recebimento (GR). Registra, por meio desses documentos produzidos eletronicamente, a dotação orçamentária, o empenho da despesa, a liquidação da despesa, o pagamento da despesa e o depósito ou recolhimento de algum pagamento efetuado ou restituição devida, com atualização permanente dos balanços e demonstrativos da execução da despesa e acompanhamento **on-line** das contas bancárias.

Este sistema permite a realização de operações somente ao usuário cadastrado, logicamente para evitar transtornos que decorreriam da utilização indevida e fraudulenta de seus mecanismos por terceiros estranhos às unidades gestoras.

Possibilita ao usuário cadastrado quatro tipos de consultas; 1) a orçamentária, a qual permite verificar o saldo das células orçamentárias com relação à dotação inicial, suplementações, contenções, anulações, empenhado, reforço e anulação do empenhado, liquidado e o disponível para empenhar; 2) as de documento orçamentário, permitem consultar um documento específico ou todos os documentos de Nota de Dotação, Nota de Crédito e Nota de Empenho; 3) as financeiras, cujas principais são as de montante da Conta Única, consulta de movimento bancário, saldos **on line** da conta “C” de todas unidades gestoras, ao movimento bancário, às programações de desembolso, as ordens bancárias, entre outras; 4) e as contábeis, sendo as principais as consultas a espelho contábil, balancetes e balanço sintético, entre outras.

Sem muito conhecimento científico sobre informática, é possível intuir-se que os **softwares** contábeis que servem à administração pública têm, em geral, o mesmo perfil do Siafem e uma característica comum: somente usuários cadastrados podem realizar os lançamentos contábeis ou operações orçamentárias, isto para a segurança de sua inviolabilidade. A vantagem

que adviria se os Municípios, voluntariamente, aderissem ao Siafem, seria a padronização.

Deve ser possível a qualquer do povo consultar o sistema público de contabilidade, mas com a garantia da sua inviolabilidade contra eventuais tentativas de fraudes, e por isso à possibilidade de consulta concomitante à operação de lançamento, como está previsto no art. 48-A do projeto, deve ser modificada. Necessário, pois, criar mecanismos para que o cidadão possa ter acesso às informações constantes do sistema que digam respeito à gestão do dinheiro público.

No entanto, obtemperemos que boa parcela dos municípios brasileiros não possui um sistema eletrônico próprio de contabilidade público, operado por servidores que integram os seus quadros administrativos. Comumente são contratados escritórios de contabilidade especializados na área e que tem sede nas capitais dos Estados. Para esses escritórios são encaminhados os documentos contábeis preenchidos manualmente, à máquina de escrever ou impressos em formulários adaptados para impressoras, e lá são processados para confecção dos balancetes e demais documentos indispensáveis ao encaminhamento para o respectivo Tribunal de Contas.

Esses esclarecimentos preliminares são necessários para que se possa proceder à análise do projeto inserido no contexto da execução orçamentária transparente que deve-se tentar implementar.

A liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, por meio da Internet, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, como se pretende obrigar os municípios e Estados-membros pela nova redação da parte final do parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal é, portanto, possível de ser viabilizada sem ônus insuportável e traduz-se em extraordinário instrumento de combate à malversação do erário. Investir em transparência e facilitação do controle da sociedade sobre os gastos públicos redundam em sensível redução dos níveis de corrupção e lesão aos cofres públicos e, assim, aumenta o volume de dinheiro público para o atendimento das demandas sociais.

O ilustre autor do projeto inspira-se na experiência frutuosa da gestão orçamentária transparente implantada em seu Estado, onde, por meio do sítio “www.amapa.gov.br”, é possível fiscalizar minuciosamente os gastos públicos, chegando-se ao ideal de se poder consultar, por exemplo, um simples pagamento de uma diária a um servidor, com acesso ao histórico da ordem de pagamento do valor, onde está explicitada o motivo do justificativa.

A instalação obrigatória de dois terminais de leitura em cada unidade gestora revela-se, no entanto, excessiva. Imaginemos um pequeno município, com população de 30.000 habitantes que, na estrutura administrativa da Prefeitura, tenha 6 (seis) secretarias municipais, ou seja, um total de 7 (sete) unidades gestoras, teria que disponibilizar e dar manutenção a um mínimo de 14 (quatorze) terminais de leitura, nos termos do art. 48-A do projeto. A quantidade de terminais e o local de sua instalação devem, a nosso ver, ficar à discricionariedade do administrador, que certamente procurará instalá-lo em local de fácil acesso e intensa movimentação.

Além disso, a vinculação da instalação dos terminais de leitura nas dependências físicas nem sempre será a melhor solução, pois os locais em boa parte dos casos não terão uma movimentação do público que a justifique. É melhor deixar ao administrador a discricionariedade de escolher o local onde o público terá mais facilidade de acesso ao terminal de leitura (pensamos, inclusive, que a expressão melhor é “terminal de consulta”).

O art. 48-C, **caput**, do projeto em discussão, é uma superfetação, tendo em vista que, no art. 73 da Lei Complementar nº 101/00, já está previsto que as infrações aos seus dispositivos serão punidas segundo o Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, o Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e a Lei de Improbidade (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), além de demais normas da legislação pertinente. Portanto, desnecessário o acréscimo do referido dispositivo, cujo propósito único, parece-nos, é o de especificar em qual tipo legal, da Lei de Combate à Improbidade Administrativa, a conduta infratora das regras contidas no art. 48, parágrafo único 48-A e 48-B do projeto de lei se enquadraria.

Por outro lado, a previsão contida no parágrafo único do mesmo art. 48-C, cujo teor autoriza a suspensão temporária, enquanto durar a infração aos comandos do ad. 48, 48-A, e 48-B, do repasse das cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respectivamente, quando infrator for gestor de órgão da administração direta de Estado, Distrito Federal, ou Município, afronta, a nosso ver, o texto da Constituição Federal.

Entendemos, inclusive, que a suspensão temporária é desproporcional à infração tendo em vista que, não obstante a singular importância do princípio da publicidade como mecanismo de controle da administração pública, eventualmente se um Governador ou um Prefeito viesse a infringir os referidos dispositivos

constantes do projeto de lei, isto não implicaria na aniquilação daquele princípio. Há outros meios de divulgação dos atos de gestão da coisa pública que estão em sintonia com o princípio da publicidade, como, a título exemplificativo, a publicação nos Diários Oficiais dos atos de maior relevo praticados pelo administrador público (minutas de editais de licitação, nomeação e exoneração de servidores, as próprias leis orçamentárias, os decretos orçamentários, etc.), e até mesmo nos veículos de comunicação. Daí que o princípio da publicidade, embora tivesse sofrido agressão por não ter se possibilitado, a qualquer do povo, o acesso aos dados orçamentários via internet, teria sido em parte atendido.

Além disso, como já assinalamos, o parágrafo único, do art. 48-C, é flagrantemente inconstitucional, pois as hipóteses da medida drástica de suspensão dos repasses dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) só podem estar previstas na Constituição Federal, sob obediência à regra contida no art. 160, parágrafo único, incisos I a III, com a redação que lhe emprestou a Emenda à Constituição Federal de nº 29, de 13-9-00, cujo teor é o seguinte:

“Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: (NR)

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; (AC)

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.” (AC)

A seção da Constituição Federal a que se refere o **caput** do art. 160 é onde estão previstas normas relativas à repartição de receitas tributárias, inclusive por meio do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Não pode, portanto, a Lei Complementar ampliar o rol da extrema medida de suspensão de repasse dos valores desses fundos.

O art. 198, incisos II e III, referido acima, diz respeito às parcelas tributárias que serão destinadas ao financiamento do sistema único de saúde pelas três esferas de governo.

Melhor, portanto, prever o bloqueio das transferências voluntárias, que, somada à punição dos infratores pelos referidos diplomas legais, resultará

em um conjunto de medidas assaz eficientes para intimidar e estimular a adequação aos preceitos que se pretende introduzir na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Embora o artigo 73-A do projeto, atrás transcrito, contenha norma cujo conteúdo poderia defluir da interpretação aberta do direito de petição constitucionalmente conferido no art. 5º, inciso XXXIV, letra **a** (“Art. 5º (...): XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: **a**) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”), é salutar a previsão expressa de que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas na Lei Complementar.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do projeto de lei, com a redação dada pelo substitutivo.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130 (SUBSTITUTIVO), DE 2003– COMPLEMENTAR

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, bem como pela liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, por meio da internet, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira. (NR).

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o parágrafo único, **in fine**, do art. 48, serão instalados, pelos Poderes Públicos da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Territórios e dos Municípios, em locais de livre e intensa circulação do público em geral, terminais de computadores para consulta, por meio da internet, de todos os atos praticados pelas unidades gestoras ao longo da execução da despesa, instantaneamente após à sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem ou serviço que está sendo pago, à pessoa física ou empresa beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Art. 48-B. Serão levados ao conhecimento público, na mesma forma do artigo anterior, também o lançamento e o recebimento de toda a receita da unidade gestora, inclusive referente a recursos extraorçamentários.

Art. 48-C. O não atendimento, até o encerramento do prazo previsto no art. 73-B, das determinações contidas nos arts. 48, e parágrafo único, 48-A, e 48-B, por qualquer unidade gestora do poder público, implicará na impossibilidade de transferência voluntária de recursos para o órgão infrator.

.....
Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 73-B. Os órgãos e entidades com procedimentos de execução de despesas já informatizadas terão o prazo de um ano, para adaptar-se às determinações dos arts. 48-A, e parágrafo único, e 48-B, fixando-se o dobro desse prazo, para idênticas providências, àqueles ainda não informatizados ou em processo de informatização.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, **Demóstenes Torres**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 130, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, pretende difundir, ampla e detalhadamente, informações sobre as receitas e despesas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dando visibilidade aos atos da administração pública. Isso ajudaria a coibir a corrupção, os atos danosos ao interesse coletivo e a gestão fiscal ruinosa.

Apresentado em 14 de abril de 2003, o projeto foi enviado, nessa mesma data, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para posterior encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em 30 de abril de 2004, a CCJ designou o Senador Demóstenes Torres para relatar a matéria. O seu parecer, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 5 – CCJ, foi aprovado em 03 de março de 2004.

A CAE recebeu o PLS nº 130, de 2003, em 4 de março de 2003. No dia 10, coube a mim a designação para relatar este projeto.

A proposição, em sua versão aprovada pela CCJ, é composta por três artigos. O art. 1º altera o parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), acrescentando que a transparência nos atos de gestão pública se dará não apenas pela “participação popular” e “realização de audiências públicas”, como já constava da LRF, mas também pela ampla divulgação, por meio eletrônico, de informação pormenorizada quanto às receitas e despesas do ente público. Trata-se, portanto, de colocar **on line**, provavelmente utilizando-se a internet, informações fiscais e orçamentárias, que ficariam a disposição de qualquer cidadão que se dispusesse a analisá-las.

O art. 2º introduz dois novos artigos na LRF que detalham como as informações pormenorizadas devem ser disponibilizadas: os arts. 48-A e 48-B. Assim, os seguintes dados deverão ser tomados públicos, instantaneamente após a realização de despesa:

- a) o número do processo;
- b) o bem fornecido ou serviço prestado;
- c) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento;
- d) o procedimento licitatório realizado;
- e) o lançamento e o recebimento de toda receita das unidades gestoras, inclusive a referente a recursos extra-orçamentários.

Ainda no art. 2º são introduzidos mais três artigos na LRF: os arts. 73-A, 73-B e 73-C. O art. 73-A estipula

la que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

O art. 73-B trata do prazo para cumprimento das determinações contidas no projeto. Assim, os entes com procedimentos de execução de despesas já informatizados terão o prazo de um ano para adaptar-se às determinações dos arts. 48-A e 48-B, fixando-se o dobro desse prazo para aqueles ainda não informatizados ou em processo de informatização.

O art. 73-C estipula como penalidade para o descumprimento da difusão de informações o não recebimento de transferências voluntárias – penalidade padrão para diversos casos de transgressão das normas da LRF, como, por exemplo, a não redução da despesa de pessoal ou da dívida total que esteja acima do valor máximo permitido.

O art. 3º contém a cláusula de vigência, estabelecendo que a lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Não foram apresentadas emendas no âmbito da CAE.

II – Análise

Como afirmado anteriormente, o PLS nº 130, de 2003, já foi objeto de análise pela CCJ, que o aprovou com cinco emendas, oferecidas pelo próprio relator. Por conseguinte, a análise relativa à legalidade e à constitucionalidade da matéria foi exaustivamente realizada, não havendo óbices nesses campos. Portanto, o texto aprovado pela CCJ será aqui examinado em relação ao seu mérito.

Julgo importante analisar os seguintes pontos: ampliação das informações oferecidas ao público; restrições técnicas e de logística a serem superadas; eficácia e público alvo; e transparência para o grande público.

Ampliação das informações oferecidas ao público

A primeira inovação contida no projeto é a obrigatoriedade de uma maior abertura das informações contidas nos sistemas informatizados de administração financeira. Não se trata de uma mera disponibilização de relatórios e demonstrativos orçamentários e financeiros na internet, como já determina a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, que atribui ao Tribunal de Contas da União (TCU) competência para criar sítio destinado a divulgar dados sobre as finanças públicas federais, estaduais e municipais. Efetivamente, o sítio resultante dessa determinação (<http://www.contaspu->

blicas.gov.br) deveria permitir o acesso às seguintes informações:

a) os montantes de cada tributo arrecadado, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio;

b) os relatórios resumidos de execução orçamentária;

c) o balanço das contas das três esferas da Federação, incluindo as autarquias e outras entidades, bem como quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários;

d) os orçamentos do exercício em curso e os balanços do exercício anterior;

e) os resumos dos instrumentos de contrato e de seus aditivos, e as comunicações ratificadas pela autoridade superior;

f) as relações mensais das compras efetuadas pelas administrações direta e indireta.

Os relatórios e demonstrativos discriminados acima permitem um acompanhamento a posteriori das finanças públicas por meio dos seus principais números. Essa iniciativa, embora limitada, foi apenas parcialmente bem sucedida em decorrência da carência de recursos humanos e materiais apropriados para esse fim em inúmeros municípios e pela ausência de sanção para as unidades da Federação que não empreguem os meios requeridos pela Lei nº 9.755, de 1998.

O PLS nº 130, de 2003, é mais ambicioso. Trata-se de permitir um acompanhamento **pari passu** da gestão orçamentária das três esferas do governo e de impor sanções àqueles que não observarem os ditames da lei. Isso requer implantar sistemas informatizados de administração financeira em todas as unidades da Federação e permitir que o público possa consultá-los.

O primeiro sistema nos moldes tratados no parágrafo anterior foi o da União – o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A partir do seu sucesso, alguns governos estaduais ressaltaram a necessidade de dispor de instrumento semelhante. Como resposta a essa demanda, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) desenvolveu o Siafem (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios).

Em geral, esses sistemas permitem diferentes níveis de acesso a diferentes tipos de usuários. No caso do Siafi, por exemplo, um usuário externo não tem acesso a informações detalhadas sobre empenhos e despesas, enquanto um parlamentar pode ter acesso a tal informação.

O que se está propondo é, portanto, um nível mais detalhado de acesso às informações para todos os cidadãos. Esse é um ponto de suma importância que precisa ser devidamente destacado no texto do projeto.

Restrições técnicas e de logística a serem superadas

A segunda inovação contida na proposição é que ela obriga União, estados, Distrito Federal e municípios a dispor de um sistema integrado de gerência e administração financeira bastante desenvolvido e complexo. Isso é trivial para a União, para vários estados e para o Distrito Federal, que já exibem um razoável nível de informatização de suas gestões, mas não para todas as unidades da Federação, especialmente para os municípios menores.

No caso de uma unidade que não disponha de uma versão do Siafem, a inovação proposta pelo PLS nº 130, de 2003, irá gerar custos substanciais. Mais do que isso, muitas cidades não têm capacidade técnico-operacional para instalar tal sistema, necessitando de suporte especializado.

Não se trata simplesmente de instalar, em locais de livre e intensa circulação do público, terminais de computador para consulta, como parece fazer crer a redação do art. 48-A. É preciso implantar um sistema que gere as informações de maneira confiável para alimentar esses terminais, instituindo-se registro eletrônico de receitas, empenhos e despesas em todas as unidades gestoras, interligar essas unidades, criar um sistema de contabilidade conectado ao sistema de geração de demonstrativos financeiros, treinar pessoal etc. Além disso há a necessidade de reposição de equipamentos que, com o passar do tempo, tomam-se obsoletos. Cabe, pois, analisar a possibilidade de implantação desses sistemas nos municípios brasileiros.

O governo federal já vem se empenhando na busca da modernização da gestão fiscal dos municípios. O Senado Federal aprovou, em 1999, a Resolução nº 64, que autorizou um empréstimo da União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$300 milhões para financiar o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM). Esse programa tem como objetivo:

- a) implantar métodos e instrumentos de planejamento e de elaboração do orçamento municipal, dentro de um contexto de transparência e de participação da população;
- b) integrar a administração financeira e implantar controles automatizados para programação e execução orçamentária e finan-

ceira e para a consolidação da auditoria e do controle interno dos municípios.

Consultados, os gestores do PNAFM, sediados na Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), informaram que é possível modelar o sistema em implantação nos municípios para a geração da informação definida no PLS nº 130, de 2003, desde que disponham de prazo adequado para tal.

Frente a essas considerações, a minha opinião é de que o grande desafio para se implementar a proposta do PLS nº 130, de 2003, não é o de colocar os detalhes da receita e despesa públicas na internet. Antes disso, é fundamental disseminar o uso de sistemas integrados de administração financeira e controle por todos os municípios.

Somente o uso generalizado de sistemas como o Siafem permitirá gerar informações com a qualidade e a rapidez necessárias para que o público detecte, por exemplo, operações suspeitas. Sem uma ampliação do uso de sistemas como esse, a mera publicação de contas na internet, defasadas no tempo e de forma consolidada, pouco contribuirá para a transparência na gestão pública.

Eficácia e público-alvo

Um terceiro aspecto a ser considerado refere-se à capacidade do PLS nº 130, de 2003, para atingir seus objetivos, quais sejam: ampliar a transparência das contas públicas e evitar gestões fiscais ruins ou atos corruptos.

Não há dúvida de que a abertura de informações permite à sociedade acompanhar mais de perto os atos dos gestores públicos. Há que se considerar, contudo, que não será o cidadão comum que, individualmente, irá sentar-se à frente de um terminal público de computador para examinar notas de empenho e um grande emaranhado de números. Essa informação será analisada por indivíduos de maior qualificação profissional, organizações não-governamentais, empresas de consultoria, tribunais de contas, Ministério Público e demais organizações com instrumental e capacidade analítica para extrair conclusões a partir de um grande volume de informações financeiras e orçamentárias.

Frente a essa constatação, parece ser desnecessário exigir a instalação de terminais de computador em locais de livre e intensa circulação do público, como faz o art. 48-A da proposição. As pessoas e instituições capacitadas para analisar os dados em questão certamente já dispõem de computadores e de estrutura de informática que lhes permitiriam ter acesso aos dados que se pretende tomar públicos.

Concluindo, o conteúdo do projeto é meritório, embora mereça alguns ajustes. Assim, proponho a sua aprovação com alterações que visem a:

a) estabelecer mecanismo que induza os entes da Federação a adotar sistema integrado de administração financeira e controle, fixando-se um prazo para adoção desses sistemas, a partir do qual o ente não mais receberá transferências voluntárias da União;

b) garantir a toda pessoa física ou jurídica o direito de acompanhar os dados detalhados da execução da receita e da despesa por meio de acesso ao sistema integrado de administração financeira e controle;

c) excluir a exigência de instalação de terminais para consulta pela população, uma vez que a análise dos dados será feita por pessoas de maior qualificação profissional e instituições organizadas, que possuam equipamentos de informática e estrutura para captar informações por meio de redes de computador;

III – Voto

Em face do exposto, bem como considerando a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal e regimental, voto pela aprovação desta matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130 (SUBSTITUTIVO), DE 2003 – COMPLEMENTAR

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48.

Parágrafo Único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos

planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do Parágrafo Único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

.....
Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações do art. 48, Parágrafo Único, incisos II e III, e do art. 48-A:

I – um ano para a União, os estados e o Distrito Federal;

II – dois anos para os municípios.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no **caput**.

Art. 73-C. O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Sérgio Guerra**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Com referência aos pareceres que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Sobre a mesa, avisos do Ministro de Estado da Fazenda que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 193/2004, de 9 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 82, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos itens 3 e 8, nos termos do Parecer nº 351, de 2004, da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Sobre a mesa aviso de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 154/2004, de 7 de maio último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.128, de 2003, do Senador Antero Paes de Barros.

Nº 194/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 336, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 195/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em respos-

ta ao Requerimento nº 180, de 2004, do Senador Demóstenes Torres.

Nº 196 /2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 301, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 197/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 200, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 198/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 186, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 199/2004, de 9 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 323, de 2004, do Senador João Capiberibe.

Nº 282/2004, de 9 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 883, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa.

Nº 403/2004, de 4 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 102, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 407-A/2004, de 4 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 16, de 2004, da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O Requerimento nº 200, de 2004, ficará na Secretaria-Geral da Mesa à disposição do Requerente.

Os demais Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2004

Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, o valor do salário mínimo observará critérios de reajuste que preservem o seu valor real, sendo-lhe também garantida a concessão de aumento adicional.

§ 1º O aumento adicional estipulado no **caput** corresponderá ao dobro da variação real

positiva do Produto Interno Bruto (PIB) verificada no ano imediatamente anterior.

§ 2º Em caso de variação nula ou negativa do PIB, não será concedido o aumento adicional.

§ 3º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no **caput**, bem como o aumento adicional concedido.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O salário mínimo completou 63 anos em julho de 2003. Sua trajetória, ao longo desse período, foi bastante conturbada, repleta de altos e baixos, em especial nos últimos 21 anos. Ademais, passou a representar variável crucial na condução da política econômica do Governo. Mas algo não mudou durante todos esses anos: sua importância para o bem-estar dos trabalhadores brasileiros, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País.

É inegável o baixo valor atual do salário mínimo. Mas todos os anos a discussão é a mesma: aumento do salário mínimo versus equilíbrio fiscal. Ou seja, o salário mínimo, ao constituir o piso dos benefícios do INSS, representa hoje variável-chave para ocorrência ou não de equilíbrio do sistema previdenciário. Isso, porque quase 70% dos benefícios previdenciários equivalem ao salário mínimo. Resultado: a correção do piso nacional de salários fica sempre muito aquém do desejado.

Com efeito, a política de salário mínimo, em anos recentes, tem sido refém de uma contradição crucial. Por um lado, a estratégia de conferir ganhos reais ao poder de compra do salário mínimo, com o objetivo de melhorar a distribuição de renda e reduzir a pobreza, implica aumento do déficit público. Por outro, a estratégia de apenas preservar o valor real, com vistas a não prejudicar o controle das finanças do Estado, implica prescindir de uma política ativa de salário mínimo como instrumento de redistribuição de renda e redução da pobreza.

Como sair do impasse sem prejudicar os aposentados e pensionistas e os trabalhadores ativos que percebem menores remunerações? O simples rompimento da vinculação entre salário mínimo e previdência social iria contra o interesse de milhões de idosos e pensionistas, na medida em que poderia implicar na defasagem do valor real dos benefícios ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que, sendo a previdência um seguro social de caráter contributivo, o benefício deve ser proporcional ao poder

de contribuições recolhidas pelo segurado. Assim, a concessão de aumento real para os benefícios só poderia ocorrer se precedida de elevação real de suas contribuições pretéritas. Como isso não ocorre, fica evidente a incorreção da atual sistemática.

A presente proposição visa dar uma resposta à indagação anterior. Constitui uma política de salário mínimo que possibilita a concessão de aumentos reais aos salários dos trabalhadores ativos sem prejudicar os idosos e pensionistas e sem comprometer o equilíbrio financeiro da Previdência Social. A idéia é manter o vínculo entre previdência e salário mínimo e garantir a este último o reajustamento anual, de forma a preservar, permanentemente, seu valor real. Com isso, fica também garantida a atualização automática dos valores mínimos dos benefícios previdenciários.

Ademais, além da garantia de correção anual, é objeto de uma política de aumentos reais gradativos correspondentes à variação real do PIB verificada no ano anterior. Tal política, vale sublinhar, não representa a concessão de aumentos anuais expressivos, conforme pode ser verificado pela trajetória do PIB apresentada na tabela a seguir. Além disso, é absolutamente compatível com o desempenho da economia brasileira e, conseqüentemente, com as possibilidades econômicas do País.

Produto Interno Bruto (PIB) variação real anual	
Ano	%
1990	-
1991	1,03
1992	-0,54
1993	4,92
1994	5,85
1995	4,22
1996	2,66
1997	3,27
1998	0,13
1999	0,79
2000	4,36
2001	1,42
2002	1,50

Em vista dessas considerações, fica claro o alcance social do projeto de lei ora oferecido à apreciação dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2004. – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.)

– O projeto lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.)

– Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 28/04 – GLPPS

Brasília, 15 de junho de 2004

Senhor Presidente,

Em atenção ao of. nº 627/2004, indico o nome da Senadora Patrícia Gomes, e o nome deste Líder, para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Especial Temporária, criada pelo Requerimento nº 511, de 2004, “destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações pelo Ano da Mulher – 2004, instituída pela Lei nº 70.745, de 2003”.

Aproveito a oportunidade para formular a V. Ex^a, protestos de estima e apreço. – **Mozarildo Calvacanti**, Líder do PPS do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.)

– A Presidência designa a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o Senador Mozarildo Cavalcanti para comporem a Comissão Especial Temporária criada pelo Requerimento nº 511, de 2004, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, grande liderança das mulheres brasileiras e também dos homens.

Com a palavra, a nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já que V. Ex^a fez referência à liderança feminina, eu, como Presidente da Comissão Parlamentar que trata do Ano Nacional da Mulher, composta por senhoras e senhores Senadores, quero lembrar-lhes que o Congresso Nacional – Senado e Câmara – está bastante envolvido com essa questão.

Hoje, em Mato Grosso, participaremos de um fórum muito significativo exatamente para tratarmos da violência contra mulheres, já que, infelizmente, essa ainda é uma realidade em nosso País.

Portanto, sendo este o Ano Nacional da Mulher, não podemos deixar de tratar de questões relativas às mulheres, colocando-as na pauta das discussões e também ultimando ações. Por exemplo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, há inúmeros projetos do gênero, dos quais sou Relatora de alguns. Um deles propõe a retirada da expressão “mulher honesta” do Código Penal.

Sr. Presidente, realmente é inacreditável que ainda vivamos sob a égide de uma importante Lei, como o Código Penal, que dispõe, com todas as letras, ser

crime determinadas ações contra a mulher se ela não se enquadrar nos critérios de “mulher honesta”.

Sr. Presidente, ao elaborarmos o parecer favorável no sentido da retirada da expressão “mulher honesta” do Código Penal que, à primeira vista parece fácil, procuramos a definição para o termo “homem honesto”. É aquele que paga suas dívidas, que tem ética e assim, sucessivamente. No entanto, o conceito de mulher honesta não é o mesmo do homem honesto. O termo “mulher honesta” está restrito à questão sexual, enquanto que o do homem, não. Sr. Presidente, trata-se de uma discriminação e de um disparate que já está quase superado.

Sr. Presidente, está emergindo uma grande idéia, respaldada por entidades organizadas na sociedade quanto ao gênero, que, em seu bojo, traz realmente “uma faxina” em nossas leis, em especial em nossos Códigos, principalmente no Penal, com a retirada de toda terminologia discriminatória.

Sr. Presidente, na última quarta-feira foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob a minha relatoria, a questão relativa à obrigatoriedade da denominação adequada para homens e mulheres – que deverá ser aprovada pelo Plenário –, no sentido de empregamos o tratamento correto para as pessoas de ambos os sexos como “senhor”, “senhora”.

Sr. Presidente, há um outro assunto que eu gostaria de abordar hoje sobre uma outra frente que também presido. Refiro-me ao **software** Livre e Inclusão Digital.

É com surpresa e indignação que comunicamos a decisão da maior empresa de **software** proprietário do mundo, a poderosa Microsoft, que se constitui no maior monopólio do nosso planeta quando se trata de sistemas operacionais. A Microsoft resolveu ameaçar, neste momento, uma das principais lideranças da luta pelo **software** Livre no Brasil.

A Microsoft, inconformada de o Brasil estar pontando, mesmo com muitas dificuldades, a questão do **software** Livre no mundo – inclusive nos dias 3, 4 e 5 estive, em Porto Alegre para participar da abertura do Fórum Internacional de **Software** Livre e Inclusão Digital.

Mais de cinco mil pessoas participaram do evento, com certeza o maior já realizado nessa área em nosso País. Por conta disso, agora, já há um sério embate da Microsoft. Como eu disse, ameaça a Microsoft, neste momento, uma das principais lideranças brasileiras, por conseguinte do nosso Governo, na luta pelo **software** no Brasil.

De que forma a Microsoft tenta atacar a utilização do **software** Livre no Brasil? Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, na segunda-feira, dia 14 de junho de 2004, a Microsoft entrou com uma interpelação judicial na Justiça Federal, em São Paulo, para tentar formar

um processo criminal contra um dos combatentes ao aprisionamento tecnológico nacional, que é o combativo Sérgio Amadeu da Silveira, Presidente do ITI, Instituto de Tecnologia da Informação da Casa Civil da Presidência da República de nosso País.

O processo da Microsoft contra Sérgio Amadeu da Silveira está sendo embasado em uma entrevista dada por ele à revista **Carta Capital**, em que foi citado um exemplo de prática de tráfico de drogas, onde diz-se que “a primeira dose é sempre gratuita”, e Sérgio Amadeu da Silveira complementa a comparação, dizendo:

É exatamente a mesma coisa com o **software** proprietário, onde doam a primeira versão, em alguns casos viciando-nos, e acabamos pagando quaisquer demais atualizações ou aquisições de novos produtos, motivo este por que, particularmente, não vejo diferença alguma entre tráfico de droga e ‘prática de tráfico’ de **software**.

Tudo isso, no nosso entendimento, Sr^{as} e Srs. Senadores, possui um objetivo claro: tentar parar o movimento de **software** Livre no Governo e no Brasil.

Quando a poderosa Microsoft ataca esse técnico tão dedicado que é o Presidente do ITI, está, na verdade, tentando parar a nossa luta contra toda forma de monopólio no que se refere à tecnologia da informação. Quando a Microsoft parte para esse tipo de ataque, o alvo, tenho certeza, é a luta que cresce em nosso País contra a continuada remessa de **royalties** ao exterior para o pagamento de licença de uso do **software** proprietário.

Mas o que a Microsoft precisa compreender, Sr. Presidente, é que o movimento pelo **software** livre é muito maior do que uma empresa que tem apenas cerca de 200 funcionários no Brasil.

Como Presidente da Frente Mista do Congresso Nacional pelo **Software** Livre e Inclusão Digital, não poderia deixar de prestar minha solidariedade ao companheiro Sérgio Amadeu, que tanto tem feito para garantir o avanço da inovação tecnológica neste Governo e neste País, e deixar claro que sabemos porque a Microsoft, uma empresa monopolista, que já foi condenada pela justiça de seu próprio país por práticas abusivas, age assim. A Microsoft processa uma pessoa da comunidade do **software** livre simplesmente por falar, por estar junto à luta que vem sendo feita dentro e fora do Governo, para tentar acabar com a reserva de mercado do **software** proprietário, que, além de caro, representa uma licença abusiva, de qualidade duvidosa e não auditável.

Vejam que o Sr. Emilio Umeoka, Presidente da Microsoft do Brasil, declarou recentemente que a escolha do Governo Lula pela migração do **software** proprietário para **software** livre do Governo Lula pode

levar o País na direção errada na questão dos programas de computador.

É claro que aquilo que o Sr. Umeoka e a Microsoft temem é que a escolha do Governo Lula possa levar o País na direção contrária aos interesses da Microsoft. Vejam que a Agência Reuters divulgou recentemente que, se o País se fechar novamente, como fez quando protegeu o setor de tecnologia da informação (referência à Lei de Informática, adotada pelo governo brasileiro na década de 80 para proteger a indústria nacional), daqui a 10 anos, teremos uma posição dominante em algo insignificante.

A pergunta é: se é algo que será insignificante, por que estão tão preocupados? Por que estão processando o Sérgio Amadeu da Silveira? Por que atacam uma única pessoa e não uma entidade? E o principal: por que atacam Sérgio Amadeu, que é do Governo Federal, Presidente do ITI, e não qualquer membro da comunidade, ou melhor, da sociedade? Por que a Microsoft não processou Scott McNealy, Presidente da Sun, quando ele definiu seu ponto de vista sobre a gigante de Redmond, numa entrevista, dizendo: “A primeira dose de heroína é sempre grátis – a Microsoft quer integrar, mas não deixa ser integrada”. E continua: “O uso de um produto da Microsoft o prende sempre à necessidade de outros e outros”. Quem usa computador e participa das mobilizações da comunidade digital sabe tudo o que disse Scott McNealy.

O monopólio da Microsoft está tentando intimidar o Governo Federal por meio desse processo contra Sérgio Amadeu, e precisamos mostrar que a comunidade de **software** livre e o Governo brasileiro são muito maiores do que qualquer monopólio mundial!

Não podemos admitir que uma empresa estrangeira processe um brasileiro em sua Nação apenas por colocar seu ponto de vista, garantido pela liberdade de expressão que vigora em nosso País.

Toda solidariedade, portanto, ao companheiro Sérgio Amadeu da Silveira, ao ITI, à luta que o Ministro José Dirceu comanda, na Casa Civil, pela migração do **software** proprietário para o **software** livre em todas as esferas do Poder Público no Brasil.

Sr. Presidente, sou Presidente da Frente Parlamentar Mista do Congresso Nacional em Defesa do **Software** Livre e Inclusão Digital, composta por mais de 130 Deputados e 32 Senadores, um movimento realmente muito significativa e da maior relevância. É o respaldo político da liberdade e da democracia da tecnologia de informação em nosso País. Essa frente parlamentar mista busca incessantemente apoiar todas as ações de **software** livre e inclusão digital, pela democracia e liberdade da tecnologia de informação em nosso País e por pararmos, Sr. Presidente, de ex-

portar divisas, assuntos tão discutidos nos últimos dias no Congresso Nacional e, em especial, no Senado da República.

A saída hoje, em termos de recursos por conta do *software* proprietário no Brasil, é acima de US\$2 bilhões por ano em envio de divisas para o exterior por conta da aquisição de **software** proprietário.

Dito isso, hipotecamos toda a nossa solidariedade ao companheiro Sérgio Amadeu da Silveira, Presidente do ITI, e todo nosso apoio ao Ministro José Dirceu, da Casa Civil, que vem apoiando abertamente e com muita determinação a questão do **software** livre e inclusão digital em todos os setores do poder público do Brasil.

Eu dizia, Sr. Presidente, e vou repetir, que se discutiu tanto nos últimos dias se mais dois bilhões, menos dois bilhões alteram ou não a questão do salário mínimo. Só em importação de **software** livre são mais de R\$2 bilhões por ano. Em Porto Alegre, por ocasião da abertura do Fórum Internacional de Software Livre, o que se via eram jovens; mais de cinco mil pessoas, mais de 90% eram jovens.

Já imaginou, Sr. Presidente, a juventude toda colocando sua criatividade em ação? Não só seremos muito superiores ao **software** proprietário em tempo não muito distante, como aumentaremos a exportação, traremos divisas para o Brasil na área da tecnologia, da informação, que, daqui para a frente, como todos sabemos, será cada vez mais relevante.

Gostaria, ainda, de abordar rapidamente outra questão.

Tramita um processo no Supremo Tribunal Federal, uma queixa-crime apresentada por Maria Guimarães de Pádua Ribeiro Portela contra o Ministro Paulo Medina, do Superior Tribunal de Justiça. Ela o acusa do crime de assédio sexual.

Trata-se de uma denúncia extremamente grave, séria. O Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, pronunciou-se pelo Ministério Público Federal pelo recebimento da denúncia. É necessário que se instale a ação penal, porque sobre autoridades da envergadura de um Ministro do Superior Tribunal de Justiça não podem pairar dúvidas, muito menos dessa natureza. Nenhum indício de procedência de uma denúncia de assédio sexual por parte de uma autoridade da envergadura do Sr. Ministro Paulo Medina pode existir. Nós esperamos que isso seja apurado com a profundidade devida e necessária, porque não podemos permitir que esse tipo de crime aconteça no Judiciário brasileiro. Nós acreditamos que essa ação terá continuidade, e, na próxima semana, falaremos sobre o assunto, sobre os movimentos organizados em torno da questão de gênero e, em especial, sobre

a violência contra a mulher, pois esse tipo de crime tem que acabar.

A violência contra a mulher, como dizia no começo da minha fala, é gritante em nosso País. A cada 15 segundos, uma mulher sofre algum processo de violência, que vai da humilhação ao espancamento ou até ao assassinato.

O movimento organizado de mulheres do Brasil está realmente atento, porque assédio sexual é crime e, se praticado por autoridades do Poder Judiciário, se torna ainda mais complicado.

Temos que deixar muito claro que já existe lei no Brasil que caracteriza o assédio sexual como crime. Portanto, esperamos a superação dessa denúncia, o avanço dessa ação. Algumas pessoas perguntam: agora é crime namorar, paquerar etc? Não é nada disso. O assédio sexual é a exigência de concessões sexuais, principalmente no trabalho, para a permanência em cargos ou funções. O crime é caracterizado nessas situações. Assim, não podem pairar equívocos como esse que certas pessoas cometem. É um absurdo exigir favores sexuais para garantir a permanência de pessoas em determinados cargos. Isso é crime, sim, e tem de ser considerado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Serys Slhessarenko, gostaria de convidá-la para presidir os trabalhos. (Pausa).

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por concessão do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Slhessarenko, depois do calor do debate de praticamente três meses, é bom, nesta manhã de sexta-feira, fazermos uma pequena reflexão sobre este importante momento da história do Senado da República.

Sem sombra de dúvida, o Senado volta seu olhar, de forma muito firme, para o interesse do povo brasileiro e escreve um novo momento da sua história. Senador Mão Santa, quando candidato a Senador no meu Rio Grande, o que mais ouvia era a afirmação de que, no Senado Federal, eu deveria defender os interesses do meu Estado, como se um Senador da República viesse para Brasília só para defender obras, estradas, aumentar, enfim, o investimento econômico no seu Estado de origem, a partir da União.

Eu dizia: não conseguirei olhar para o Senado da República sem olhar para o povo brasileiro; no Senado da República, cumprirei, sim, junto com os Senadores Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, a defesa dos interesses do nosso Estado, mas nunca abandonarei o viés social. Foi assim que fiz a campanha. Levarei para o Senado – e tenho certeza de que também os Senadores de outros Estados que lá chegarão, como é o caso de V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, que fala da luta das mulheres, na qual sou parceiro – o debate da renda, do emprego, do salário mínimo e, especificamente, os interesses dos aposentados e pensionistas. Como é bom receber um **e-mail** como este que recebi de um senhor de idade muito avançada, entre muitos milhares que estão chegando aqui, não direcionados ao Paulo Paim, mas sim ao Senado da República!

Um senhor me disse, ontem, por telefone: “Como é bom ver o debate desta semana no Senado da República, a fala de Senadores e Senadoras. Eu, que já estou com mais de 90 anos, morro feliz, acreditando na democracia e neste País!” Na segunda-feira, depois que ele autorizar, falarei aqui o nome dele.

E falo, rapidamente, deste que recebi ainda hoje, pela manhã:

Esta semana, após ouvir os pronunciamentos, inclusive o seu, no Senado Federal, voltei a acreditar que ainda é possível avançarmos e mudarmos o nosso querido Brasil.

Políticos como os senhores, que conseguem emocionar um aposentado como eu, que já assisti a quase tudo, conseguem renovar a esperança de que lá, no Senado da República, estão a olhar por nós.

Quero aqui, independente do resultado da votação, agradecer a todos, cumprimentá-los pela defesa do salário mínimo e dos aposentados e pensionistas.

Quero dizer que, mesmo não ouvindo piano de cauda, violinos em palácios, vou curtir [e esta, para mim, é a parte mais bonita] com muita alegria o pandeiro, o reco-reco e o cavaquinho no fundo do quintal. Sabemos que temos nos senhores aí homens e mulheres com convicção. Parabéns a vocês! Muito obrigado. Que Deus os abençoe e ilumine a caminhada de todos os Senadores e Senadoras!

É bom receber, Senador Mão Santa, um **e-mail** como esse. É muito bom, lava a alma, mostra que estamos no caminho correto. Sabemos que, nesta vida, levamos algumas pedradas, que ferem e machucam, mas sabemos que sempre haverá alguém que há de nos mostrar que esse é o verdadeiro caminho, que esse não é o atalho.

Senadora Serys Slhessarenko, casualmente os três votos do nosso Partido, se me permitir, quero comentá-los. Tenho o maior respeito e o maior carinho

por toda a nossa Bancada e sei que essa também é a sua posição.

Senador Flávio Arns, que trava uma luta lindíssima em favor das pessoas com algum tipo de deficiência, em favor dos 25 milhões de pessoas com deficiência neste País, votou-se não contra o Governo, não contra o PT, mas a favor de um salário mínimo maior para todo o nosso povo.

Sou testemunha, até o último minuto, Senadora Serys Slhessarenko, do esforço de V. Ex^a e do Senador Flávio Arns para encontrar uma saída negociada – e V. Ex^{as} também me convidaram para isso. Infelizmente, a postura foi inflexível em torno dos R\$260,00.

Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a atua em diversas áreas e, sem sombra de dúvida, lidera nesta Casa a luta contra a discriminação das mulheres. E V. Ex^a, machucada, dolorida, chateada, triste, também disse que não poderia votar contra o salário mínimo, tão pequeno ainda, de R\$275,00.

Casualmente, posso falar aqui de emprego, de salário, das mulheres e dos deficientes com a Senadora Serys Slhessarenko e com o Senador Flávio Arns, mas não adianta. Sou negro. E, quando olho o povo oprimido deste País, lembro-me muito da comunidade negra. E são principalmente os negros que estão na base da pirâmide e que dependem do salário mínimo.

Então, por favor, dizer – como já ouvi alguém dizer – que é demagogia votar em R\$275,00! Eu diria que nós todos votamos envergonhados nos R\$275,00! Todos nós queríamos votar pelo menos em U\$100. Votamos no pior possível naquele momento da história. Tenho certeza de que cada um que aqui votou a favor ou contra estava envergonhado. Queríamos votar mais. Mas sabíamos que, naquele momento, o passo que poderíamos dar era esse. E por isso assim votamos.

O Senado da República está de parabéns!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, é com satisfação enorme que concedo um aparte a V. Ex^a. Em seguida, eu concederei um aparte também ao Senador Mão Santa.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Paulo Paim, o meu aparte será curto, exatamente para não prejudicar o discurso de V. Ex^a. Mas, sem sombra de dúvida, eu não poderia deixar de parabenizá-lo pela grande vitória que V. Ex^a conseguiu ontem. Se não fosse a liderança de V. Ex^a, se não fosse a resistência de V. Ex^a, se não fosse o trabalho de V. Ex^a, todos nós teríamos desistido desse pequeno aumento, como V. Ex^a está dizendo, de R\$15,00, passando-se de R\$260,00 para R\$275,00. Mas isso foi muito significativo, porque, de agora em diante, ficou patente que os projetos de

verão ser discutidos no Senado, para que seja feito o melhor. Sendo assim, V. Ex^a pode carregar a bandeira da liderança desse movimento, porque foi o inspirador de toda a resistência contra todas as pressões de todos os tipos que todos sofremos, eu, a Senadora Serys Silhessarenko e todos aqueles que foram a favor dos R\$275,00. Parabéns, Senador Paulo Paim! V. Ex^a está em dia vitorioso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, não há como não dizer que o momento é de humildade, grandeza e generosidade. O grande vitorioso foi o povo brasileiro. O Senado sinalizou que o social tem que estar em primeiro lugar.

Depois do que ocorreu ontem, é preciso que o Governo reflita, dialogue mais com o Senado da República, com a Oposição, com a Situação, com a base aliada. É preciso mais diálogo. Não consigo acreditar – porque ainda ouvi isso hoje de manhã – que isso não ajude. Os 12 Senadores da base governista – Senador Ramez Tebet, incluo aqui V. Ex^a – votaram com o Partido da Frente Liberal.

Com todo orgulho, digo que voto a favor de qualquer projeto que aqui chegar e que for bom para o País e para o nosso povo – venha ele de partido comunista, socialista ou democrático; venha ele do PMDB, do PDT, do PSB, do PFL ou do PSDB. Seria um absurdo, nesta Casa, que não votássemos um projeto, por exemplo, encaminhado pelo Senador Mão Santa se ele fosse bom para o trabalhador, para o aposentado ou para os discriminados. Esse não é o caminho.

Não votamos juntos a reforma tributária e a reforma da previdência? Todos os Partidos não votaram a PEC paralela? Assim, alegar que um Senador da República não pode votar numa boa proposta só porque não é da lavra da sua mão ou do seu Partido não ajuda. Falo isso carinhosamente, pois tenho quase 20 anos neste Congresso da República.

O momento é de humildade e de reflexão. Se 12 Senadores da base do Governo, a qual integro, não acompanharam essa votação, não adianta culpar as Senadoras Heloísa Helena e Serys Silhessarenko ou os Senadores Paulo Paim, Ramez Tebet e Mão Santa. Algo está errado! Essa é a mínima reflexão que devemos fazer.

E o Senado da República joga um papel fundamental em nosso Governo. Alguém tem dúvida disso?

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys Silhessarenko, atente. Senador Paulo Paim, ontem, nessa tribuna, eu afirmava a inspiração histórica do povo do Rio Grande do Sul. O primeiro a lutar pela libertação do negro e a sonhar com a República foi Bento Gonçalves, numa batalha de dezenas de anos. Creio

que ele reencarnou em Paulo Paim, que há anos luta pela dignidade do trabalhador. E quis Deus estar aqui a seu lado esta bela mulher brasileira, a Senadora Serys Silhessarenko, a nossa Anita Garibaldi nessa luta. O que conseguimos ontem é pouco, mas é importante e significa muito na família do trabalhador. Senador Paulo Paim, às vezes, por uma moedinha, o pobre não pode entrar num ônibus, tendo de enfrentar o sol e léguas e léguas de distância. Talvez o Presidente não tenha tido essa experiência, mas, como médico, sei – assim como a Senadora Serys Silhessarenko, que tem na sua família alguns profissionais de saúde – o que significa um pobre que chega com uma criança tossindo, com falta de ar, com asma. De nada adianta receber a receita do médico, se não tiver o pouco dinheiro para comprar a sua bromodeína, a sua aminofilina, xaropes baratos de R\$2,00 a R\$3,00. Isso mostra o valor da moeda. O essencial é invisível aos olhos. Houve a valorização daquilo que o Brasil tem mais, a mão-de-obra do trabalhador. Deus escreve certo por linhas tortas: o placar foi de 44 a 31. Até o Ministro Palocci sabe fazer esta conta: a diferença é 13. Isso foi uma advertência para o 13, o 13 que encantou e que foi esperança. Há poucos instantes foi entrevistado pela CBN o Ministro Aldo Rebelo, do PT, que falou sobre a votação do salário mínimo. Nem ouvi, porque quando entrei S. Ex^a já tinha falado. Tenho orgulhoso de ser Senador pelo PMDB: por Ulysses, que está encantado no fundo do mar, que lutou pela redemocratização de nosso País; por Teotônio Vilela, que, com câncer, se imolou; por Tancredo Neves; e por essa liberalidade do PMDB, que não nos amordaça, nem coloca algemas nos seus líderes, a exemplo deste extraordinário homem, de perspectiva invejável no Senado e no Brasil, Senador Ramez Tebet. Vale lembrar também o Senador Pedro Simon, gaúcho como V. Ex^a, Sr. Presidente. Externamos aquele princípio ensinado por Ulysses Guimarães: “ouça a voz rouca das ruas”. A voz rouca das ruas diz para o PT prestigiar o trabalho e o trabalhador. Senador Paulo Paim, V. Ex^a se firmou na história deste País, assim como Bento Gonçalves, Getúlio Vargas, João Goulart, Pedro Simon e Pasqualini. V. Ex^a é para o Brasil, hoje, o que Martin Luther King significa para a pátria norte-americana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado pela generosidade do grande tribuno Mão Santa, que o Brasil aprendeu a respeitar pelas suas convicções e pela forma de atuação.

Senadora Heloísa Helena, estou fazendo uma pequena reflexão, em que citei seu nome. Na reforma da previdência, V. Ex^a foi considerada, em tese, a culpada. Em tese, agora, estão apontando para outro culpado. E o Governo não admite onde está errando.

No mínimo, deve fazer uma longa reflexão. V. Ex^a sabe da minha posição e o quanto ainda lastimo não estarmos na mesma trincheira, defendendo as mesmas convicções.

O Senador Eurípides Camargo, hoje aqui presente, sabe o quanto conversei nesta semana buscando construir uma alternativa. As portas, infelizmente, não foram abertas.

Por isso, Sr. Presidente, com muita tranqüilidade, faço esta pequena reflexão. A minha intenção não é falar de vencidos, nem de vencedores, mas dizer que temos de dialogar mais, construir mais, negociar mais com a base, com o conjunto da situação, e também com a oposição. Doze votos, com certeza, decidem qualquer votação nesta Casa se não houver esse grande entendimento, que considero possível.

Disse mais ontem e vou repetir, porque assumo as minhas palavras: só se a Câmara dos Deputados tivesse uma tendência camicase para querer derrotar os R\$275,00. E o homem público, para mim, não é um camicase, nem deve ser. Por isso, entendo que a Câmara deve aprovar os R\$ 275,00. É um erro técnico, político, social e econômico insistir num debate em que só um lado está perdendo. O bom senso manda votar pelos R\$275,00, e esse valor deveria ser sancionado pelo Presidente. A partir de então, devemos trabalhar uma política salarial definitiva para o mínimo, para evitar esse enfrentamento todos os anos.

Sei que todos os Deputados e Senadores gostariam disso. Já existem inúmeros projetos na Casa. Uma emenda de minha autoria não foi votada ontem. Portanto, sinto-me no direito de apresentar, hoje, outro projeto para contribuir com o debate, nos seguintes termos: "Art. 1º. A partir de 1º de maio de 2005, o valor do salário mínimo será reajustado..."

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou resumir, Sr. Presidente: "...pela inflação dos últimos doze meses e terá o aumento real conforme o PIB, em dobro".

Por que em dobro? Se o País ficou mais rico, vamos pensar nos mais pobres. Se o País crescer dois, o aumento real é de quatro; se o País crescer um, o aumento real é de dois; se o País crescer três, o aumento real é de seis. Coloco isso aqui porque é fruto da emenda que não pôde ser votada ontem – aliás, emendas de inúmeros Senadores, inclusive da Senadora Heloísa Helena – que estende aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste que foi dado ao mínimo.

Vamos começar esse bom debate. Vamos pegar não só o projeto do Senador Paulo Paim, do Senador Ramez Tebet ou seja lá de quem for. Vamos pegar to-

dos os projetos que tratam da matéria e elaborar uma proposta. Podemos votá-la até o fim do ano ou em janeiro, respaldados inclusive no Orçamento. Da forma como está colocado aqui, não haverá problema com o Orçamento, porque a própria Constituição manda recompor o valor real do salário mínimo e tem que dar reflexão.

Buscamos vincular esse aumento ao PIB, e tenho aqui o PIB ano a ano para mostrar que isso não é um absurdo. Qual foi o PIB nos últimos anos? Vou pegar alguns exemplos: em 1991, 1,03%; em 1994, 5,85%; em 2001, 1,42%. Se o PIB cresceu, o País também cresceu, ficou mais rico, e o trabalhador, os aposentados e pensionistas poderiam ter, então, uma recomposição nos seus vencimentos com o objetivo histórico de recuperar, definitivamente, o valor do salário mínimo.

Sr. Presidente, concluo dizendo que os aposentados e pensionistas deste País, que são 22 milhões, estão com uma perda, se pegarmos os últimos oito anos, correspondente a 47,6% nos seus vencimentos! É preciso recompor essa perda acumulada ao longo dos anos. Nas nossas emendas, isso estava contemplado, mas, infelizmente, quando foi aprovado o substitutivo, as emendas caíram. Quem sabe a Câmara, num gesto generoso e de grandeza, incluía a recomposição, dentro do que for possível, também para os vinte e dois milhões de aposentados e pensionistas que estão ainda nessa expectativa.

É isto, Sr. Presidente: uma reflexão tranqüila, serena, para dizer que ontem não houve vencidos nem vencedores. A ampla maioria, de forma democrática, entendeu que dava para avançar um pouquinho mais no valor do salário mínimo, decisão que não fere as contas públicas. Digo isso com a maior convicção e a maior tranqüilidade, Sr. Presidente. Não fere em nada a Previdência e todos nós sabemos. Na verdade, ajuda, como aqui foi dito pelos Senadores e Senadoras ontem, a melhorar um pouquinho a alimentação do brasileiro. Só isso, porque R\$15 a mais não dá para nada além disso: não dá para roupa, não dá para transporte, não dá para remédio – para lazer, nem falar! Quinze reais a mais, como disse V. Ex^a, permitem comprar um remédio numa emergência, e isso ajuda, que ajuda, ajuda!

Achar que, no bolso de quem não tem nada, R\$15,00, R\$20,00 ou R\$30,00 nada representam é tirar o povo para bobo. Os mais humildes sabem que, quando não se tem nada no fim de semana, R\$10,00 representam muito: dá para comprar cinco quilos de carne, por exemplo. Não ajuda? Que é isso?

Eu encerrei, Senador Mão Santa, mas o debate vai continuar. Sei que diversos oradores ainda gostariam de falar sobre o assunto.

Agradeço ao Presidente pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Serys Silhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE)

– Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL.

Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, após a fala dos que já estão inscritos, queria me inscrever para uma comunicação inadiável. Acho que o Senador Ramez Tebet está inscrito normalmente. Gostaria de falar após S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE)

– Pois não, já inscrevi V. Ex^a e também me inscrevi para falar após V. Ex^a.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ramez Tebet.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE)

– Pois não, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, gostaria que, usando V. Ex^a a sua sensibilidade – Deus quis que V. Ex^a representasse hoje, com muita grandeza, a Presidência desta Casa –, encontrasse uma oportunidade para que eu pudesse externar a minha gratidão à grandeza que o Senado demonstrou ontem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE)

– Pois não, V. Ex^a já está inscrito normalmente. Daqui a pouco darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, sucedo nesta tribuna o Senador Paulo Paim, que fez uma abordagem humilde, uma abordagem serena, como é de sua personalidade, sobre a votação de ontem, que ampliou o salário mínimo para R\$275 na esperança de que Câmara venha a confirmar o gesto do Senado da República a favor do Brasil e com a esperança também de que, se isso ocorrer, Sua Excelência, o Presidente da República, sancione o projeto e não o vete, como se anuncia pela imprensa. Não podem ser os R\$260 uma questão de força do Poder Executivo. Não podem ser uma tábua intransponível. Espero que os R\$260 tenham sido apenas o marco para uma grande discussão neste País.

E acredito que assim tenha sido. A proposta veio para o Legislativo, foi amplamente debatida na Câmara

e depois chegou aqui, ao Senado da República, Casa composta de vários ex-governadores – hoje aqui presente o Senador Mão Santa, que tantos benefícios levou ao Estado do Piauí, como eu pude presenciar, recentemente, em visita ao seu Estado. O Senado, então, debateu amplamente essa matéria, e vários argumentos surgiram. Afinal, preponderou aquilo que muitos dizem que é tão pequenininho, que é irrisório. O que seria um aumento de R\$15? A isso eu quero responder, Senador Paulo Paim, que esse aumento de R\$15 é altamente significativo. Embora seja pouco, ele é altamente significativo para as famílias brasileiras, não só pelo que ele pode comprar, não só pelo que ele permite adquirir, não é pelos litros de leite que ele permitirá adquirir nem pelos quilos de fubá nem pelos pãezinhos que os 15 reais poderão comprar, pelos remédios referidos aqui pelo Senador Mão Santa – ele, que é médico, mas porque tem significado. Acredito ser esse aumento significativo para o País, porque há muito tempo se fala que o País precisa mudar, que o País precisa se transformar. E pergunto: ao longo desses anos todos, qual foi o avanço que propiciamos aqui em favor de uma melhoria da qualidade de vida do nosso povo? Não podemos argumentar, como ouvi muitos argumentarem, usando o salário-família, que contempla famílias que tenham crianças de até 14 anos. Como incluir isso como base de sustentação do valor do salário mínimo? E as crianças e os adolescentes entre 14 e 18 anos? Como é que ficaríamos?

Acho que demos um passo importante e um passo responsável, porque o salário mínimo não pode ser encarado só do ponto de vista fiscal. Ao contrário, ele não deve ser encarado sob esse prisma, a questão fiscal é um meio para atingir uma finalidade maior, que é o bem-estar da nossa população, que é a reativação da nossa economia.

Historicamente, o salário-mínimo foi criado para quê? Para ser uma espécie de patamar mínimo que protegesse o trabalhador das intempéries do mercado. Como é estabelecido o seu valor? Como se quer que o salário mínimo seja estabelecido? O seu valor não pode ser determinado por parâmetros fiscais, há de ser estabelecido, essencialmente, pelas necessidades básicas do trabalhador. Temos que, um dia, atingir esse patamar.

Portanto, temos que concentrar nossas forças. Se R\$275 é pouco, por que não pensarmos, desde agora, como o Senador Paulo Paim propôs e muitos vêm propondo, em uma fórmula conseqüente e séria para que isso se torne realidade, ainda mais quando sabemos que o salário mínimo é tão pequeno neste país, que os serviços que são prestados à população por parte do Poder Público são precários, são defici-

tários. O argumento histórico tem que pesar na nossa consideração. Quem quer olhar o futuro tem que entender que está na hora de o Brasil ousar um pouco mais. Não podemos nos restringir a essa questão de superávit primário, como fizemos, para pagar juros de R\$100 bilhões, não podemos. Temos que avançar um pouco: vamos conseguir superávit primário para investir em obras de infra-estrutura, para atender às próprias necessidades do trabalhador, por exemplo. Vamos fazer com que o dinheiro da seguridade social fique só na seguridade social.

Argumenta-se, de um lado – é o argumento daqueles que defenderam o salário-mínimo de R\$260, argumento que vem de muitos anos –, que serão afetadas as contas da Previdência Social, que será gerado um déficit de bilhões na Seguridade Social. Mas por quê? Porque aumentaria os vencimentos dos aposentados, dos pensionistas, dos inativos que estão vinculados à Previdência Social. Então, não se pode aumentar o salário mínimo.

Neste caso, então, vem uma outra gritante injustiça. Tem que haver solução para isso, porque não podemos condenar aquele que trabalhou uma vida inteira, o aposentado ou pensionista, a não ter aumento nos seus vencimentos, nas suas pensões.

Positivamente, isso seria de uma injustiça gritante. Não pode ocorrer isso, principalmente porque estamos tirando dinheiro da Seguridade Social para pagar juros. Assim, a Previdência Social um dia quebra mesmo! Temos que fazer com que o dinheiro da Previdência, da Seguridade Social seja aplicado somente nos fins a que se destina.

Embora esses sejam aspectos importantes, há um outro argumento, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não podemos desprezar, um argumento ético, porque há o compromisso de melhorar o salário mínimo, de fazer com que o salário mínimo possa atender às necessidades básicas de uma família, como educação, alimentação, vestuário, transporte, lazer e outras necessidades importantes da vida, que se tornou um compromisso histórico e que, entretanto, vemos transformar-se em um compromisso não cumprido.

E nós todos, que somos, em maior ou menor grau, responsáveis pelos destinos da Nação, temos que entender que esse é um argumento ético de fundamental importância, porque as promessas feitas ao povo têm que ser cumpridas. Ora, prometeu-se, por exemplo, dobrar o valor do salário mínimo. Mas, com essas propostas de aumento irrisórias, tão pequenas, diria até ridículas, como é que se vai cumprir essa promessa feita em praça pública, diante de toda a Nação brasileira?

Poderia ir mais longe, Senador Paulo Paim, que agora preside os nossos trabalhos, Senadores José Jorge, Mão Santa e Senadora Heloísa Helena, mas penso que o Senado deu um grande passo, um passo do qual não podemos nos vangloriar, porque realmente o aumento é pequeno. E isso me faz lembrar do que minha mãe dizia: “Meu filho, um pouco com Deus é muito, e o muito sem Deus é nada”. Esse pouco é muito, sim, pelo que representa, não só diante do que esse valor vai influir no cotidiano das pessoas com relação àquilo que se adquire hoje com R\$15,00, mas é um avanço importante para a consciência da Nação, para alertar a todos nós e, sobretudo, para dizer que ninguém é dono da verdade.

Há que se construir uma solução. O Executivo, o Legislativo e a sociedade, todos juntos devemos construir a verdadeira solução, uma solução adequada para que possamos atingir a finalidade a que todos nos propusemos, qual seja, a de levar o bem comum a nossa população.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a está longe de saber o significado e a grandeza de sua liderança em nosso País. V. Ex^a passou no Piauí por duas vezes. Uma, quando V. Ex^a era Ministro da Integração Regional e quando tive as bênçãos da inspiração divina de lhe outorgar a maior comenda do Estado, a Grã-Cruz Renascença. Senadora Heloísa Helena, já houve muitos Ministros de Integração Nacional, inclusive um do nosso Partido, mas nunca, em tão pouco tempo, o Piauí recebeu tantas benesses. A passagem do Senador Ramez Tebet foi meteórica. Não sei durante quantos dias.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Noventa dias.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Foi uma bênção de Deus, uma chuva de benefícios. Ainda hoje, um de meus Secretários de Governo, Dr. Avelino Neiva, é encantado pela maneira como V. Ex^a foi pródigo em benefício das obras do Piauí. Assim como a Senadora Heloísa Helena, recentemente, esteve lá participando de uma conferência sobre Direito. Depois, V. Ex^a foi à minha cidade. Senador Paulo Paim, o Piauí quer também gozar da sua presença. Tanto a Senadora Heloísa Helena quanto o Senador Ramez Tebet nos encantaram. O Senador Ramez Tebet, em sua generosidade e inspirado pelo amor por sua esposa, foi em uma nova lua-de-mel no Delta, no litoral do Piauí. Não estava lá porque estava em missão do Senado. Mas V. Ex^a encantou a minha cidade, Parnaíba, e minha família e

meus amigos. Ontem, o encantamento do Brasil, do Piauí e de todos nós, do PMDB, aumentou quando V. Ex^a, na hora da decisão, votou pelo pequeno, pelo pobre, pelo trabalho e pelo trabalhador. Na Presidência do Senado, sua passagem também foi meteórica, mas nenhum o excedeu em grandeza. Estou nesta casa há um ano e pouco e vejo a satisfação das Senadoras, dos Senadores e dos servidores do Senado. No destino, o homem põe, e Deus dispõe. Deus escreve certo por linhas tortas. Se não houver a reeleição – em que consagraria o nome do estadista Presidente Sarney –, declaro, abertamente, como gente do Piauí, meu voto em favor do extraordinário Líder do PMDB, que é o Senador Ramez Tebet. Ainda mais: se V. Ex^a der coragem ao Partido – aquela coragem de Ulysses, Teotônio e Tancredo –, será candidato a Presidente da República. E quero acompanhar V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ave Maria!

Senador Mão Santa, V. Ex^a me comove. Sou-lhe imensamente grato pelas generosas palavras. Elas se excederam. V. Ex^a foi longe demais, mas é grande o seu coração.

Mas quero dizer que, se V. Ex^a não esteve no Piauí, foi muito bem representado, pois toda a sua família estava lá. V. Ex^a não pôde estar, mas a sua família toda esteve. Tive a alegria de conviver com as suas duas irmãs, de conhecer os seus filhos, os seus conterrâneos – o seu irmão que eu já o conhecia. Em suma, encantou-me a sua família e o Piauí. Eu vi que o seu Estado tem uma medicina excelente, inclusive está recebendo outros Estados da Federação. E, no setor educacional, também há naquele Estado instituições de excelência. Por tudo isso, Senador Mão Santa, compreendendo a luta que V. Ex^a trava, aqui, pelos seus ideais, quero-lhe agradecer de coração e reconhecer o seu mérito.

O que me traz, fundamentalmente, a esta tribuna é que temos que passar a discutir verdadeiramente uma política para este País, porque é gritante e revoltante a injustiça social, a miséria e a pobreza, o desemprego sempre crescente e a economia estagnada. Está na hora de unirmos as nossas forças e respondermos a este processo. Não é possível ficarmos ouvindo, como eu ouço desde pequeno, que o Brasil é muito rico e poderoso, quando vemos a maioria das famílias brasileiras e milhões de brasileiros ainda na miséria. Cumpre, portanto, contabilizar essa riqueza em favor da nossa sociedade, realizando uma política mais audaciosa. Isto é importante: audácia com responsabilidade. Temos que agir nesse sentido.

Senador Paulo Paim, não podemos mais discutir salário mínimo, utilizando argumentos como o pagamento do salário-família, que abrange crianças de até

14 anos. Não se pode descer a esse nível. Como é que ficam as famílias que têm filhos com idade entre 15 e 18 anos? Quando se indagou qual era o salário mínimo de um trabalhador que tem esposa e dois filhos, levando-se em conta o bolsa-escola e o salário-família, chegou-se à cifra de R\$430,00. Ora, mas quanto ganha uma família com cinco integrantes em que o casal tem três filhos de 15, 16 e 17 anos? Então, precisamos de argumentos consistentes.

Em suma, formulo sinceros votos, pois acredito que o Senado deu um grande passo. Espero, volto a repetir, que a Câmara dos Deputados não roube essa esperança de mudança que são esses R\$15,00 e que o Presidente da República caia em si, com seu coração generoso, e decida dar os R\$275,00, pensando em encontrar uma solução para o salário mínimo, como V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e outros Senadores estão propondo.

É o que eu almejo, no mesmo sentido de V. Ex^a, com toda humildade. Se alguém ganhou ontem, foi o povo brasileiro, que começa a discutir mais e que ganhou a cidadania brasileira. Isso é que é importante.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. José Jorge, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o Senador Ramez Tebet pelo brilhante pronunciamento, que representa o pensamento de equilíbrio e de tranquilidade do Senado, mostrando que ontem não houve nem vencidos nem vencedores; prevaleceu o bom senso.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa e, em seguida, à Senadora Heloisa Helena.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, 18 de junho, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo extraordinário sistema de comunicação do Senado Federal, a comunicação vale pela verdade que diz. O Brasil está atento, sintonizado com esta Casa, que tem transparência e verdade. Isso é tão significativo que o maior líder, Cristo, que não tinha esse sistema de som, nem televisão, nem rádio, dizia: “Em verdade, em verdade, eu vos digo”. A verdade chega.

Senador Ramez Tebet, são 181 anos de Senado. Hoje, comemoramos. Está no livro de Deus: “Chorai nas adversidades e nas dificuldades e exultai e se alegrai

nas conquistas e nas vitórias”. Foi uma conquista na história do mundo.

Sempre repito o ensinamento do meu professor de cirurgia: a ignorância é audaciosa. O núcleo duro tem pouco preparo e pouca experiência, nenhum deles esteve aqui e, quase com certeza, nenhum deles chegará aqui, Senador Paulo Paim. Aqui, meus jovens brasileiros e brasileiras, é a porta estreita, não é a porta larga da vadiagem. É uma orientação divina. Eles tinham que entender, mas o núcleo duro tem pouco saber.

Experiências de clandestinidade experiências em Cuba, ridículas! Estive no plenário de Cuba, Senador Paulo Paim, e me disseram que Fidel Castro tinha sido reeleito. Eles tinham 300 parlamentares e foram 300 votos para Fidel! E pior, 300 votos para o irmão dele! Essa é a experiência que eles tinham, a ignorância audaciosa!

Isso é divino. Moisés acreditou em sua missão, não quis saber das dificuldades e, como o Senador Paulo Paim, sofreu, baqueou. S. Ex^a chegou a chorar em ombros de amigos, sofreu mais com isso do que com a greve de fome que fez neste Congresso. Como Moisés, o Senador Paulo Paim acreditou. Moisés não quis saber se o Faraó tinha exércitos, se havia Mar Vermelho, se havia deserto. Ele simplesmente foi. Vi, em alguns dias, o Senador fraquejando, como Moisés também fraquejou, Senador Ramez Tebet.

Eu não sei há quantos anos, Senador Paulo Paim, V. Ex^a luta por esse salário, mas sei que é velha. Antes de conhecê-lo pessoalmente, sua luta tinha eco no Piauí e já me atraía. A sua presença foi uma das razões que me fez votar no PT. Tenho noção do que é tempo porque estudamos, trabalhamos. A crença no estudo e no trabalho é que nos trouxe aqui. Foi assim que percorri os caminhos que fizeram com que o povo do Piauí me mandasse para cá. O Senador Paulo Paim tem tantos anos de Parlamento que daria para cursar três vezes a faculdade de Medicina. É uma figura com experiência, a quem me curvei quando aqui cheguei.

O Senador Paulo Paim fraquejou como Moisés. Senador Antero, o povo não queria seguir as leis, queria a devassidão, os bezerras de ouro. E ele quis desertar. Eu o vi, Senador Paulo Paim, como Moisés. Então, Moisés ouviu uma voz divina: “Buscai os mais velhos, os mais experientes, os setenta mais experimentados e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”.

Foi aí que nasceu a idéia de Senado, modificada no mundo, na Grécia da República dos filósofos, na Itália do Renascimento, na França, quando o povo foi às ruas afastar o autoritarismo, os reis, gritar por liberdade, igualdade e fraternidade.

E veio para o Brasil e melhorou.

Em 181 anos, esta Casa nunca envergonhou o País. Rui Barbosa perdeu as duas eleições à Presidência da República – saía daqui para disputar as eleições –, mas nunca perdeu a vergonha e a dignidade. Esse é o exemplo maior de Rui Barbosa, e só quem não o aprendeu foi o PT, o núcleo duro.

Mas o PT bom manifestou-se ontem, pela santidade de Flávio Arns, que desconfio chegará aos céus antes de Dom Paulo Evaristo Arns. Nunca vi um homem tão bom, tão devotado aos humildes, aos necessitados, aos sofridos e aos excluídos.

A mulher verdadeira foi representada pela Senadora Serys Slhessarenko, que chorou aqui e reproduziu a grandeza histórica da mulher de Pilatos; de Verônica, enxugando o rosto de Cristo; e das três Marias, defendendo a verdade.

E o Senador Paulo Paim não é o Bento Gonçalves, é o nosso Martin Luther King. V. Ex^a é maior do que o PT, é maior do que o Rio Grande do Sul. V. Ex^a é um extraordinário líder do Brasil pelas causas justas.

Getúlio Vargas, hoje, tranqüiliza-se pela semente plantada. O Brasil revive Getúlio Vargas, no 1º de maio, a anunciar: “Trabalhadores do Brasil”. Fica a lembrança e o respeito ao salário mínimo, que ele, inspirado por Deus, com certeza, criou. E nós, inspirados por esses homens do Rio Grande do Sul, vamos fortalecê-lo.

Mas a mídia comprada, desavergonhada, diz que isso é demagogia e que a Câmara dos Deputados vai mudar. Senador Antero Paes de Barros, vamos mudar antes, povo brasileiro, essa insanidade! Se a Câmara dos Deputados mudar, mudo o nome dela. É a luta pela decência e pela dignidade e, como disse Rui Barbosa, da primazia do trabalho e do trabalhador. Senador Antero Paes de Barros, no dia em que a Câmara dos Deputados baixar o salário do trabalhador, nós mudaremos o nome dela para “Câmara de gás”, que leva à morte o trabalhador. Essa é a verdade. E voltará a ser não aquela Câmara de 300 picaretas, mas a Câmara de 503 picaretas.

Essa é a história. Vem a mídia, comprada, desavergonhada, dizendo que isso é demagogia, que R\$15,00 não é nada. Nada é para mim, que, como Senador, ganho muito.

Vamos fazer uma conta que até o Palocci sabe fazer. Não adianta dizer isso para o Lula, porque ele não resolve, não governa, não preside. Palocci, não venha enganar, porque fiz o seu curso e sei que a sua matemática é pequena. Fui prefeitinho e dos bons! Saí da Prefeitura e recebi 93,84% dos votos da minha cidade para ser Governador do Estado do Piauí. Palocci, fui prefeitinho e duas vezes Governador e sou Senador, e V. Ex^a, a proceder assim, nunca o será. V. Ex^a será um *office boy* do Banco Mundial, do FMI, do BID

e do Bird, como todos que, na história, se entregaram a essa farra dos ganhos dos banqueiros. Banqueiros canalhas!

Olha quanto ganha um bancário! Senador Ramez Tebet, meu sogro, pai da Adalgisinha, era bancário, e, naquela época, os bancários ganhavam bem, o salário deles era justo. Hoje, vejamos quanto ganha um bancário. Assim como todos os trabalhadores, são explorados. E o Sindicato dos Bancários foi a força e a luz do PT. Essa é a verdade.

Mas quero fazer uma continha simples – o Palocci entende as simples, e o Lula nem as simples está entendendo. Senador Antero Paes de Barros, em qualquer país organizado que tenha vergonha, a diferença do maior salário para o menor salário é 10, 12 ou 15 vezes. Palocci, venha para a verdade, não fique enganando! A sua matemática é igual a minha, de médico: pressão 12 x 8; quando o pulso chega a 100, o sujeito está morrendo; quando a glicemia passa de 50, a pessoa entra em coma. Então, sabemos pouco. Palocci, com esse pouco que V. Ex^a sabe, a diferença entre o maior salário aprovado aqui – de quase R\$18 mil – e o menor salário é de mais de cem vezes. Isso é uma vergonha!

Por isso, queremos recuperar o valor do trabalho. Querem dizer que não é nada? É.

Meu avô, que era um grande empresário e grande industrial, tinha uma indústria de cera, de sabonete. E ele a levou para o Rio, onde venceu a gordura de coco carioca; ele colocou lá a do Norte. Vendeu sabão lá. Ele trabalhou muito. O Lula trabalhou pouco, aposentou-se cedo – sei que foi por causa de um acidente; digo isso com todo o respeito, porque sou médico. Mas Lula trabalhou muito pouco. Mas meu avô trabalhou muito e ficou rico, tinha dois navios. Não tenho isso, porque me dediquei à Santa Casa, aos pobres, como todo mundo sabe.

Um dia, meu avô pediu que eu fizesse uma compra. Na volta perguntou pelo troco. Eu disse que havia fila e que o troco era só uns tostões. E ele mandou que eu voltasse lá para buscar o troco. O valor do dinheiro é de acordo com a necessidade. O valor do dinheiro está na sua necessidade. Então, R\$15,00 não vale nada para o Lula; para o Palocci, de jeito nenhum, porque o Meirelles dá o dinheiro que ele quer. Quando sair de lá, ele será **office boy** dos bancos internacionais, como está na nossa história. Mas é um valor muito significativo, conforme o ensinamento do meu avô.

Minha gente, sou do Nordeste, com muito orgulho. Senador Paulo Paim, no Nordeste é assim. Senador Eurípedes Camargo, V. Ex^a, que é humilde, sabe que muita gente ganha dinheiro vendendo leite de uma va-

quinha a R\$0,50 o litro. Esses R\$15,00 já são suficientes para comprar leite por um mês para as crianças.

E mais: os brasileiros têm vergonha. Rui Barbosa disse: “A pátria é a família amplificada”. A mulher, hoje, por mais humilde que seja, participa da economia doméstica; ela trabalha.

Senador Heráclito, então, não se trata só de R\$15,00; são R\$15,00 do homem, mais R\$15,00 da mulher; já são R\$30,00. Isso talvez seja, Senador Paulo Paim, o valor da dignidade. Quantas mulheres, muitas vezes, vendem até o seu corpo, quando se encontram diante da pobreza, da fome, traindo os princípios cristãos?

São esses os fatos que estamos vendo.

Senador Heráclito Fortes, se a Câmara mudar o valor do salário mínimo, se diminuí-lo, vamos escrever na mente de cada brasileira e de cada brasileiro que ela mudou de nome: chamar-se-á “câmara de gás”, porque condenará as trabalhadoras e os trabalhadores do nosso Brasil.

Senador Paulo Paim, queremos aqui externar a nossa gratidão por essa campanha bela, essa campanha que V. Ex^a soube liderar. V. Ex^a teve a coragem de persistir. V. Ex^a, em nenhum instante, afrontou o Presidente da República e o seu Partido. V. Ex^a foi aquilo que o seu Partido cantou: a esperança de que, neste País, este Senado continue a sua tradição histórica.

Quis Deus que entrasse aqui este extraordinário homem público: Heráclito Fortes, que tem, entre inúmeras virtudes, a capacidade de unir e de fazer amizades. S. Ex^a conquistou a amizade dos maiores homens públicos deste País e privou da intimidade de Ulysses Guimarães, de Tancredo Neves, de Renato Archer e de Luiz Eduardo, traduzindo o desejo e a grandeza das virtudes do homem piauiense.

Senador Heráclito Fortes, quero citar outro homem que se iguala a V. Ex^a na sua trajetória nesta Casa: Petrônio Portella. Quis Deus, Senador Antero Paes de Barros, que eu estivesse ao lado de Petrônio Portella quando o Congresso decidiu fazer reformas no Judiciário, desagradando o Governo totalitário da ditadura dos militares. Ernesto Geisel mandou, então, fechar esta Casa, Senador Antero Paes de Barros, e eu estava aqui. Como o Senador Heráclito Fortes gozou da intimidade de alguns, Deus também me encaminhou a gozar da intimidade de Petrônio Portella, do seu irmão Lucídio Portella e de Dirceu Mendes Arcoverde, que tombou, nesta tribuna, defendendo a saúde deste País. Eu estava ao lado de Petrônio Portella quando veio a ordem para o fechamento do Congresso. E Petrônio Portella, com a altivez do homem do Piauí, disse: “É o dia mais triste da minha vida”. E, diante da sua moral, repensaram os ditadores e reabriram o Congresso.

Hoje, faço esta saudação a Petrônio Portella, cuja passagem de firmeza nos possibilitou sermos firmes e defendermos o povo do Brasil.

Cantei: “Ó, Deus, se for para permitir essa vergonha, feche o Senado”. Digo hoje: “Ó, meu Deus, abençoe o Senado, a Casa do povo de vergonha do Brasil”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência registra a presença dos alunos do Centro Educacional Ludovico Pavoni, do Gama.

É uma alegria vermos esta moçada, acompanhando este bom debate no Senado da República.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, por 20 minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, o Senado da República, ao votar como votou, estabeleceu uma vitória desta Casa, mas, principalmente, da democracia e dos trabalhadores brasileiros.

Os últimos acontecimentos nos impõem que raciocinemos, mais uma vez, sobre o perfil autoritário deste Governo. Por que isso? Porque não é normal para um governo que tem as origens do Governo do PT ter o comportamento que tem em relação ao Parlamento. Este é um governo que imita o Rogério Magri: é um governo que nos manda uma medida provisória de R\$260,00 e a considera “imexível”!

O Presidente Lula já fez tudo. Ninguém quer melhor aos trabalhadores do que o Presidente. Não duvido das boas intenções do Presidente da República, mas estão mentindo para Sua Excelência.

Se analisarmos a história recente da democracia deste País veremos que as medidas provisórias do Governo passado – e refiro-me aos dois últimos anos daquele Governo – foram modificadas pelo Congresso brasileiro. Na medida provisória de 2001, o Governo propôs um salário mínimo de R\$181,00, e o Congresso aprovou R\$200,00. Foram R\$19,00 a mais, e não houve todo esse **frisson** na economia brasileira. O mundo continuou, os trabalhadores continuaram; porém, um pouco menos injustiçados. Em 2002, o Governo propôs um salário mínimo de R\$212,00, e o Congresso aprovou R\$240,00. Portanto, as medidas provisórias são, sim, alteradas aqui, no Parlamento.

No primeiro ano do Governo de Fernando Henrique, o Congresso propôs US\$100.00. O Presidente vetou esse valor, mas, depois, teve a humildade de reconhecer o equívoco e tornou a propor os R\$100,00, que equivaliam a US\$100.00 na época.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive fui o Relator.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Daquela medida? Então, não há essa de o Governo Lula querer anunciar o seguinte: “O Governo é o do Magri, é um governo ‘imexível’. O que o Governo manda deve ser cumprido, porque ele é proprietário da verdade, é o senhor absoluto da verdade. Isso não pode mudar”. Não dá!

O Governo está padecendo de uma situação crônica; o Governo tem um problema que tentei evitar aqui, desta tribuna, no dia 13 de fevereiro, para fazer o bem. Quando abordei aqui o assunto referente à fita do Waldomiro Diniz, eu disse: “O Governo só tem duas alternativas e tem que decidir entre uma delas agora. Não pode ser amanhã. Se decidir amanhã, ele já vai ter problema; se for depois de amanhã, vai ter mais problemas. Ou o José Dirceu tem a grandeza de pedir para sair do Governo, ou o Presidente Lula o afasta do cargo agora, até para que ele tenha a possibilidade de voltar pela porta da frente”. S. Ex^a ficou. Pergunto: isso foi bom para o Brasil? De lá para cá, até hoje, as coisas não se acertaram.

Essa questão do salário mínimo trouxe um problema sério para o Governo, que não sei explicar porque não conheço a ciência médica, necessária para se entender a mente das pessoas.

A Câmara aprovou R\$260,00, a imprensa elogiou a articulação do Aldo Rebelo, e o José Dirceu ficou zangado. Disseram: “Agora, o José Dirceu vai voltar à coordenação política”. O que fizeram nos últimos 15 dias? Demitiram o Aldo Rebelo da coordenação política, demitiram o Ministro da Defesa, nomearam o Aldo Rebelo Ministro da Defesa pelas páginas dos jornais e disseram, em alto e bom som, que no Senado o Ministro José Dirceu voltaria à articulação política. Ou não foi o que aconteceu?

Esperávamos que a vitória fosse apertada, mas com a volta do Ministro José Dirceu assistimos aos mais deprimentes espetáculos de transformação deste plenário azul em um balcão de negócios. Escancaradamente, na mais importante emissora de televisão do Brasil, assistimos a um Senador da República dizer: “Não estou sendo bem tratado, o Governo não está praticando gestos de bom relacionamento”. Vinte e quatro horas depois, no mesmo poderoso canal de televisão, houve um poder de sedução enorme para que pessoas ligadas ao Governo anunciassem: “Foram gastos 100 milhões na Câmara e há mais de um bilhão para ser gasto com o Senado”.

O que é isso? Eu nunca vi isso ser colocado às escâncaras para a população brasileira, como se fosse absolutamente correto! Líderes dizendo: “Não, essa tur-

ma está dizendo que vai votar a favor do salário mínimo para se valorizar”, como se não fosse para defender o trabalhador, mas para obter benefício pessoal. Isso foi dito e registrado nos Anais da História deste País.

Não sei onde vamos parar. Com esse método, não sei onde vamos parar.

Já militei em partido clandestino, li Marx, Lênin e não consegui encontrar guarida para teses como: “A burguesia está defendendo um salário mínimo maior.” Não consigo encontrar parâmetro, onde está escrito isso entre os que são contra a burguesia.

O Ministro Aldo Rebelo, com toda a formação que tem, e que respeito, hoje compareceu a um programa de televisão para dizer, insistentemente: “Vitória do PFL, vitória do PFL, vitória do PFL. Aliás, o Senado da República é uma Casa conservadora e é normal que derrote o Governo, que tem compromissos populares, e a Câmara dos Deputados, que tem compromissos populares, vai aprovar o salário menor. de R\$260,00”.

Antigamente, ensinavam lógica nas escolas. Quero entender onde há lógica: “o Senado conservador fica contra os compromissos populares e aprova um salário maior; a Câmara, progressista, fica a favor dos compromissos populares e aprova um salário menor”. Onde está a lógica? Isso foi dito, hoje, por um Ministro da República, num programa de televisão. Sinceramente, não consigo entender a lógica do Governo e do PT.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Realmente, não faça nenhum esforço, Senador Antero, para identificar a lógica, porque ela não existe num procedimento como esse. Por mais que V. Ex^a seja inteligente e preciso nas suas colocações, jamais poderá identificar algum resquício de lógica nesse tipo de procedimento, porque, de fato, só a demagogia eleitoralista e a vigarice política são capazes de explicar determinados gestos. Sinceramente, há várias fotos no **Globo** e no **Estadão** – Senador Paim, faltou V. Ex^a, comemorando a vitória, porque estava ali atrás – que são interessantes, porque nelas podemos ver quem está do nosso lado agora. V. Ex^a e eu estamos onde sempre estivemos, nós não mudamos de lado. V. Ex^a, quando estava na Câmara, votava assim também, então estamos onde sempre estivemos, mas há coisas que não se podem explicar. Senador Antero, alguns, que mesmo na Oposição até têm carinho pelo Aldo Rebelo e não gostam do José Dirceu, comentavam: “Mas essa vai ser uma vitória do José Dirceu e uma derrota do Aldo. Vai ser uma vitória do Sarney e uma derrota de Renan”. Eu, o tempo todo, só não cantava: “Tô nem aí, tô nem aí”, mas dizia, para mim: “Eu não estou nem aí, porque são todos do mesmo grupo e se merecem”. Foi por isso que achei pouco que tenha sido justamente ele a dar esse tipo

de declaração, porque muitos aqui estavam meio tendenciosos a com ele serem solidários. No entanto, foi justamente dele que veio o ataque mais debochado em relação à postura do Senado. Sei que V. Ex^a está feliz porque trabalhou, e também os Senadores Heráclito, Mão Santa, Paim e vários outros. O mais importante foi o que aconteceu para as mães de famílias pobres de todo o Brasil, porque R\$15,00 podem ser nada para um Senador, para um banqueiro nacional ou internacional financiado pelo Governo Lula, sob a omissão e a cumplicidade do PT, mas eu e V. Ex^a, Senador Paim, sabemos exatamente qual é o significado de um único real para a compra de um litrinho de leite podre. Isso é muita coisa na casa de uma família pobre, que muitas vezes fica sonhando com o dia em que vai ter R\$1,00 para ir à padaria ou à bodega da esquina comprar alguma coisa. É por isso que estamos muito alegres e não nos devemos incomodar com esse tipo de coisa de quem nega suas histórias, suas convicções e suas raízes. Portanto, estão de parabéns V. Ex^a e o Senado, que não se dobrou. O que V. Ex^a disse anteriormente foi precioso. O que todo mundo lia nos jornais nos fazia oscilar entre o “estorrecimento” e a indignação. Era preço o que estava sendo discutido em detalhes. Eu ficava impressionada. Eu dizia: “Ninguém vai desmentir, não?” Eu quase que pedia pelo amor de Deus para alguém desmentir, para eu não achar que fui enganada durante tanto tempo, porque não é possível que alguém mude rapidamente, de uma hora para outra. “Digam que é mentira, que não há esse detalhamento, que não se está estabelecendo distribuição de cargos, prestígio, liberação de emendas e poder. Digam, pelo amor de Deus!” Ninguém sequer falava, porque, de fato, verdade era. Portanto, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Quero agradecer a V. Ex^a pelo aparte e dizer que, inclusive dialeticamente, esse tipo de crítica não faz bem.

Ontem, parte da Bancada do PT tentou salvar-se com um projeto muito bem-intencionado, de um dos maiores intelectuais do País, o Senador Cristovam Buarque, com relação a aplicações em programas sociais que seriam colocadas pelo Governo do PT na LDO. Isso foi dito da tribuna. Eu creio que o Governo deve continuar com ela, independentemente de terem sido aprovados os R\$275,00.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O Governo deve continuar apoiando os projetos sociais. A síntese do Governo está retratada em números do TCU. Os últimos dados divulgados foram

muito bem registrados pelo jornalista Clóvis Rossi, que diz, no início do seu artigo de ontem:

O retrato do Governo Lula está dado por duas informações dos jornais de ontem. Primeira: relatório do Tribunal de Contas da União mostra, na verdade relembra, que a renda média do brasileiro caiu 14% no ano passado, a maior queda em 15 anos. Segunda: na manchete de capa de O Globo – mercado financeiro fez cinco mil milionários no Brasil em 2003.

Onde estão esses cinco mil milionários? Sua origem está no mercado financeiro, enquanto a renda do trabalhador está caindo, como nunca nos últimos 15 anos. Era essa a mudança anunciada no horário eleitoral? Penso que a campanha eleitoral deve ter mais responsabilidade. No rádio, na televisão ou em um comício, o que se diz é comprometedor e o povo acredita! Tanto que o *slogan* da campanha foi “A esperança venceu o medo”. Hoje o Governo está dando razão a Regina Duarte.

Sr. Presidente, eu tenho medo. Tenho medo do autoritarismo deste Governo; medo da ameaça à democracia; medo do descompromisso total; medo da submissão total aos banqueiros.

Antes de conceder o aparte ao Senador José Jorge, quero fazer dois registros. Fiz aqui a denúncia da CPMF. Recebi, depois, um telefonema do presidente do Banco do Brasil, com quem estive. Perguntei-lhe se eu havia feito alguma injustiça para com a instituição. Obtive como resposta que “não”, que é absolutamente verdadeiro o que eu dissera, tanto é que ele estava cancelando esse tipo de atitude por parte do Banco do Brasil em relação à CPMF, no que cumprimento o presidente do Banco do Brasil pela atitude. Ainda disse ao Presidente do Banco do Brasil que levasse esse assunto ao Ministro Palocci e à Receita Federal. Não é possível continuarmos assim, já que outros bancos estão praticando. Apenas com relação à CPMF temos um rombo de mais de R\$10 bilhões, que são retirados, por ano, dos cofres públicos.

Tenho, aqui, um documento do HSBC, que me foi entregue por um amigo – anteriormente eu possuía um documento do Banco do Brasil, esse é o novo –, portanto de um banco privado, que diz exatamente o seguinte:

Prezado Paulo, [Paulo é um cliente *premier* do HSBC]

Em 1º de abril de agosto de 2004 entrará em vigor a conta investimento. Para a sua maior comodidade ela será aberta automaticamente pelo HSBC com a mesma numeração da sua conta-corrente, sem nenhum custo adicional. Através desse novo instrumento, criado pelo Governo Federal, você terá maior liberdade para mudar para o tipo de aplicação que julgar mais adequada, pois

não terá...[veja bem, V. Ex^{as}!] a incidência da CPMF nas movimentações realizadas nessa nova conta.

Isso coloca o Estado para administrar para os 5% mais novos ricos. Se nesse tipo de gestão fosse possível incluir – como dizia o Professor Florestan – os de baixo, seria bom! Mas é uma gestão só para os de cima. Isso é inaceitável! Isso é inadmissível! Isso é o novo Lula! Não é o novo Brasil; não é um novo Governo. Isso é um novo Lula. É o novo comportamento do PT. Isso é o Lula de luxo.

Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Em primeiro lugar, eu também gostaria de dizer da minha surpresa com relação às declarações do Ministro Aldo Rebelo. Dentre os Ministros do Governo, S. Ex^a é o que mais tem procurado se aproximar do PFL, pois S. Ex^a está sempre agradando o Partido. Inclusive, como disse a Senadora Heloísa Helena, até ao casamento do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que é do PFL, S. Ex^a compareceu.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Só um detalhe, Senador José Jorge. A proposta do PT, ontem – comecei a falar a esse respeito ontem e me perdi, mas agora, com a intervenção de V. Ex^a, a reponho –, era para mais investimentos na área social, como, por exemplo, mais investimentos no Fundo de Combate à Pobreza, que era uma proposta do PFL, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães. Essa era a proposta de ontem do PT. Defendemos que se faça isso também, o que não significa que se tire os R\$15,00 do salário mínimo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Claro. Mas penso que S. Ex^a ficou transtornado com a derrota, o que me causou admiração. Até o perdão, Senador. Até amanhã perdoaremos essas declarações. Vamos dar-lhe 24 horas, digamos, de ressaca. Aliás, houve uma outra declaração que também a classifiquei como muito grave. S. Ex^a comparou a derrota do Governo, ontem, com a derrota que sofria, de vez em quando, o Santos de Pelé. A declaração de S. Ex^a está em todos os jornais hoje. Ora, o Santos, o time de Pelé, perdia, mas ganhava também. Na maioria das vezes ganhava, e este Governo, na realidade, só perde, Senadora Heloísa Helena. Perdeu aqui uma votação e está perdendo diariamente no enfrentamento dos problemas sociais do País. Só para lembrar: quando dessa viagem que o Presidente fez à China – infelizmente não estamos podendo discutir sobre isso –, fizeram parecer que foi a primeira que um Presidente visitava aquele país. Seria uma viagem fantástica, pois o Brasil teria um novo parceiro. Vejam V. Ex^{as}: no dia exato em que o Presidente estava na China, aquele país devolveu toda a

soja brasileira, causando-nos um prejuízo de mais de US\$1 bilhão, e o Presidente não fez nada. Aliás, aquele país tem até negado visto aos brasileiros. Na realidade, este Governo é o contrário do Santos de Pelé. O Governo sempre perde; o Santos de Pelé sempre ganhava. Uma vez na vida, perdia. Isso é uma humilhação para o Pelé e para os seus companheiros, que, inclusive, podem pedir uma retificação dessa declaração.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Até porque o Pelé, de quem fui fã no campo, quando entrou para a política, trabalhou no outro governo.

Também dá para entender a declaração do Ministro Aldo Rebelo porque todos atribuem que os R\$275,00 foi vitória do Ministro José Dirceu. S. Ex^a colocou que iria entrar na articulação política, e entrou daquele jeito de R\$1 bilhão para cá, pressão para lá, e perdeu. Contudo, agora, o Ministro José Dirceu, evidentemente, vai querer atribuir essa derrota exclusivamente ao Ministro Aldo Rebelo. S. Ex^a fez de tudo para ganhar: falou que iria tirar o Viegas, que o Aldo iria para o Ministério da Defesa, que reassumiria a Coordenação Política total do Governo; enfim, essas questões todas.

Sr. Presidente, sei que o meu tempo está esgotado. Vou encerrar dizendo que confio na Câmara dos Deputados. Não adianta essas insinuações de que, como não foi possível vencer no Senado, R\$1 bilhão não foi gasto etc. Ora, vamos parar com isso! Respeitem o Parlamento brasileiro. No dia da votação do mínimo na Câmara, onde estavam subindo na tribuna para argumentar que se poderia votar, porque, no Senado, estaria garantida a vitória, aduzindo ainda que os números do Senador Paulo Paim de que os R\$275,00 iriam ganhar eram mentirosos, lembro-me bem do pronunciamento do Senador Paulo Paim, que dizia: “Não votem baseados nesse compromisso, porque o Senado vai mudar; e não vai mudar contra a Câmara; vai mudar em favor dos trabalhadores brasileiros”. Ocorreu o que o Senador Paulo Paim disse aqui. O Senado mudou. O assunto volta para a Câmara dos Deputados. Só há uma atitude decente para o Governo Lula: não impor aos Deputados Federais a pecha de traidores dos trabalhadores de salário mínimo brasileiro. É aceitar – num único gesto de humildade deste Governo desde a posse – a vitória da vontade congressual, porque tenho a certeza absoluta de que o Senado, ontem – o Senado representa o Estado e a Câmara o povo brasileiro –, representou a vontade do povo brasileiro. Seria um gesto decente do Governo aprender a conviver com isso.

O Governo, que já pediu um superávit maior do que o FMI queria – e conseguiu –, como um grande garoto-propaganda do FMI, só com essa diferença, já asseguraria recursos suficientes para bancar os

R\$275,00. Os R\$275,00 são viáveis. Este total não vai quebrar coisíssima nenhuma a economia brasileira. Todas as medidas provisórias do Governo Fernando Henrique foram modificadas aqui e não houve nenhuma aflição na economia do Brasil.

Portanto, quero conclamar os Deputados: respeitem os seus mandatos! Respeitem os eleitores brasileiros!

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para uma comunicação inadiável. Gostaria de saber se V. Ex^a pode me dar a palavra agora, porque a Senadora Heloísa Helena abriu mão da ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela inscrição aqui, está a Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a e o Senador Heráclito Fortes, inscrito como orador por vinte minutos.

Portanto, V. Ex^a falará agora, por cinco minutos, em seguida, o Senador Heráclito Fortes e, após, a Senadora Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Inclusive já combinei com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, V. Ex^a tem direito à palavra por cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou mudar um pouco de assunto, não vou me referir ao salário mínimo. Antes, porém, vou repetir aqui o que disse o Senador Mão Santa: se a Câmara derrotar o salário mínimo de R\$275,00 e votar pelos R\$260,00, em vez de Câmara dos Deputados, ficará conhecida como Câmara de gás.

Eu gostaria de falar um pouco sobre a educação no Brasil, Sr. Presidente, que é uma grande preocupação que tenho exatamente por ter notado que o Ministério da Educação, na gestão do Ministro Tarso Genro, tem se especializado em fazer propostas novas sem os estudos e o suporte técnico devidos.

Todos os dias, novas propostas são apresentadas e enviadas para a Câmara, ou são lançadas pela mídia, mas efetivamente não acontece nada daquilo que está previsto. Geralmente, são propostas que, em vez de melhorar, pioram o sistema educacional.

Citarei apenas alguns exemplos, porque a minha idéia é fazer um discurso mais amplo. A criação do Fundeb. Transformar o Fundef em Fundeb, Senador Heráclito Forte, é uma medida bastante polêmica e tem

de ser verificada com muito cuidado, porque o Fundef já luta com muitas dificuldades. Tem apenas R\$500,00 por aluno, quando deveria ter, pelas contas inclusive que o Tribunal de Contas fez, cerca de R\$750,00. Quando se amplia para o ensino da pré-escola, educação infantil e Ensino Médio, misturam-se segmentos cujos financiamentos são diferenciados, isto é, o Ensino Fundamental, que é do Fundef, é financiado pelos Governos Estadual, Federal e Municipal. A educação infantil é financiada pelos Governos Municipal e Federal. O Ensino Médio é financiado pelos Governos Estadual e Federal. Se colocar todos juntos, faltarão recursos para o Ensino Fundamental e não aumentarão em nada os recursos para o Ensino Médio e a educação infantil.

Portanto, trata-se de uma questão muito polêmica. Se for criado esse fundo, a educação brasileira vai piorar.

Em segundo lugar, a ampliação do Saeb, que é um teste aplicado para medir o nível de conhecimento dos alunos da educação básica – Ensino Fundamental e Médio, feito por amostragem. Por quê? Porque existem milhões de alunos na educação básica. Só no Ensino Fundamental, existem 30 milhões, e mais 5 ou 6 milhões no Ensino Médio. Portanto, tem de ser feito por amostragem. Agora, o Governo resolveu não fazer mais essa verificação por amostragem, quer fazer um teste, escola por escola. Ora, de que adianta realizar um teste em cada escola se somente se podem tomar medidas de caráter geral? As medidas de caráter particular têm de ser tomadas para cada escola separadamente. Senadora Heloísa Helena, do ponto de vista estatístico, isso revela uma falta de conhecimento que dá pena. Dizem que foi o Presidente Lula que sugeriu. Agora, digam-me os brasileiros o que o Presidente Lula entende de educação? Sua Excelência mal foi aluno, nunca foi professor, nunca frequentou uma universidade, portanto, seu conhecimento de educação é mínimo. Não se pode fazer uma coisa só porque o Presidente assim o quer.

Em terceiro lugar, há a questão do Ensino Médio. Está-se tomando uma série de medidas, como o estabelecimento de cotas para o ensino superior, de acordo com o programa Universidade para Todos, para colocar os alunos menos preparados, que vieram das escolas públicas, nas universidades públicas. Essa idéia é positiva, mas também devem ser tomadas medidas para preparar melhor esses alunos. Senão, em breve haverá alunos de duas categorias, e, em vez de melhorar, a universidade pública brasileira vai piorar. A universidade pública tem de atender o mais necessitado, mas com ensino de qualidade e não com ensino de segunda categoria.

Quero tratar também da proposta da criação de uma loteria. Vimos que o Governo queria acabar com todos os jogos no Brasil. Nesse caso, foi o Senado, mais uma vez, que conseguiu colocar um pouco de racionalidade nessa discussão. Senador Heráclito Fortes, creio que V. Ex^a, uma pessoa crédula, não acredita que o Governo quer criar uma loteria para resolver o problema da educação no Brasil. A Senadora Heloísa Helena vive dizendo que o dinheiro da loteria vem exatamente das pessoas mais pobres, porque os mais ricos jogam no bingo ou vão jogar no Paraguai, em Miami, onde tem jogo. Os pobrezinhos é que jogam na loteria. Como a universidade pública já atende a classe média, vamos recolher o dinheiro dos mais pobres por meio de uma loteria para financiar os estudos dos mais ricos.

Sr. Presidente, ontem, quando terminou a votação, fui jantar em um restaurante, onde tive a felicidade de encontrar o Senador Heráclito Fortes e o Ministro Walfrido dos Mares Guia. Senador Mão Santa, ao avaliarmos como este Governo conduz a área de educação, nós nos perguntamos o que faz o Ministro Walfrido dos Mares Guia na Pasta de Turismo. S. Ex^a é um especialista em educação. Foi Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais por duas vezes, Presidente do Conselho Nacional de Educação, além de ser dono de uma rede de escolas. Portanto, é uma pessoa de alto nível técnico que pode assessorar muito bem o Governo Lula na área de educação.

Desejo fazer uma sugestão. O Ministro Tarso Genro não é especialista em educação, não entende nada de educação, embora se diga que é um dos melhores quadros do PT. Isso não sei, mas imagino que possa ser pelo que estamos vendo, mas de educação ele não entende nada. O que se pode fazer? Eu gostaria de sugerir modestamente ao Governo Lula – como sou da Oposição, não deveria nem fazê-lo – que arrume um desses 35 ministérios para o Ministro Tarso Genro e nomeie o Ministro Walfrido dos Mares da Guia para a pasta da Educação, que é um especialista e não vai fazer essas besteiras que estão fazendo.

Senador Heráclito Fortes, sei que essa sugestão está acima do nível do Senado, pois a atribuição de nomear ministros, Senador Paulo Paim, é do Presidente da República. Mas, ao vermos tanta coisa errada sendo feita e uma pessoa tão competente quanto o Ministro Walfrido dos Mares Guia na área de Educação, cuidando de Turismo, é um estrago e pensamos que isso pode ser modificado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Passamos a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes; em seguida, à Senadora Heloísa Helena e ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer uma observação. O Governo está de sentimento, parece que guarda luto, não há ninguém aqui. Eu diria que seria estranho se isso não fosse uma prática das sextas-feiras. Vem sendo uma rotina a ausência do Governo para defender-se ou mostrar programa às sextas-feiras nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero iniciar as minhas palavras homenageando aquele que preside esta Casa, neste momento, que é o Senador Paulo Paim. Tenho certeza, Senador Paulo Paim, de que, depois de meses e meses de angústia, de noites sem sono, de dúvidas, de pressões, V. Ex^a, de ontem para hoje, deve ter dormido o sono dos justos, um sono tranquilo. Tenho certeza de que V. Ex^a, num momento como este, está sendo reverenciado não só pelo Rio Grande do Sul, mas também por todo o Brasil, até porque de nada V. Ex^a poderá ser acusado, a não ser do pecado da coerência.

Estendo também a minha homenagem, a minha reverência, à Senadora Serys Slhessarenko. Mato grosso mandou para cá uma mulher de fibra, Senador Paulo Paim. Nos últimos dias, assistimos à pressão – de toda natureza – que essa brava mulher recebeu. E S. Ex^a resistiu. Portanto, presto minha homenagem à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Flavio Arns, que são os pecadores da coerência.

Quero contar, para registro nos Anais da Casa, um episódio surpreendente, acontecido na véspera da votação, que envolve a Senadora Serys Slhessarenko e o Presidente do PT, José Genoino. Ao fundo do plenário, nas últimas cadeiras, o Presidente do Partido dos Trabalhadores fazia uma lavagem cerebral na Senadora Serys Slhessarenko. Passei perto, e a Senadora disse-me em tom de brincadeira, natural entre companheiros: “Acuda-me!” Fui companheiro do Presidente José Genoino durante muitos anos e o tenho na figura de uma pessoa afável; é um homem que ousou concorrer ao Governo de São Paulo. S. Ex^a virou-se para mim e disse: “O PFL não tem autoridade moral para falar de salário mínimo”. Respondi rapidamente, irritado, que não só o PFL havia perdido a autoridade para falar sobre alguns assuntos, mas também o Partido de S. Ex^a. O PT perdeu a autoridade para falar sobre muitas coisas neste País, inclusive sobre o que pregou durante muitos anos.

O que me surpreendeu foi a maneira arrogante e prepotente de um homem de quem eu não esperava uma atitude como aquela. Por que esses ataques sistemáticos à minha sigla, ao meu Partido, se é exatamente o PFL que eles procuram na hora da dificuldade?

Que história é essa de nos atacar e de nos procurar em seguida? Galanteiam às escâncaras os Senadores do PFL, dizem que o PFL tem competência e organização, sabe governar, mas, logo a seguir, desandam agressões e ofensas contra esse Partido.

Aliás, Senadora Heloísa Helena, quero ser mais fiel. A primeira frase do Presidente José Genoino para mim foi a de que o PFL só sabia ser Governo, não sabia ser Oposição. Estou no PFL há oito anos; fui do PMDB. Fui Governo durante algum tempo, participei de governos que ajudei a construir e estou há um ano e oito meses na Oposição. Nunca me senti com a alma tão leve e feliz como agora. Só tenho uma frustração, Senador Mão Santa: até o dia de hoje, a Oposição não teve o privilégio de criar uma crise para o atual Governo, porque todas as crises são criadas por ele próprio. Não nos deram ainda essa oportunidade, Senador Sibá Machado. Parabênizo V. Ex^a por chegar ao plenário a esta hora; vejo-o abatido pela derrota de ontem. V. Ex^a fez um discurso fantástico, e compreendo o vigor da sua defesa. O seu Partido não nos permitiu, até agora, criar uma crise para o Governo, embora seja esse o papel da Oposição. Quando estamos procurando criar uma crise, o Governo se antecipa e a cria.

Sabe por que, Senadora Heloísa Helena? O PT – não sei se o núcleo duro, se o núcleo puro, mas o que manda – é composto, na sua maioria, por políticos oriundos de São Paulo, que criaram uma prioridade: a sucessão para o Governo de São Paulo em 2006. Deixaram de lado o Governo, a governabilidade, a sucessão municipal e a própria sucessão do Presidente Lula; a briga que se está vendo todo dia é o fogo amigo pela ambição do sucessor de São Paulo.

Vejamos, com calma, Senador Sibá Machado, nós que somos lá do Nordeste e do Norte e estamos pagando o preço disso tudo: do estouro do caso Waldomiro às recentes crises, examinando-se, detalhadamente, só há um foco, qual seja a sucessão do Governo de São Paulo. Todos se sentem candidatos, todos se sentem eleitos, e o fogo amigo começa a queimar: um vai queimando o outro, numa sucessão de atitudes arrogantes, prepotentes e desleais com o Presidente Lula.

Chamei a atenção, uma vez, Senadora Heloísa Helena, para aquele fato de, no jardim do Palácio Alvorada, terem conseguido fotografar a inocente estrela feita pelo coitado do jardineiro. Uma lente potente alcançou, de uma distância infinita, aquele pecado cometido. Alguém denunciou, e são os que freqüentam o Governo.

Agora estoura o escândalo da escuta dentro do Palácio. Alguém está querendo ouvir alguém. Aliás, escuta em palácio, Senador Eduardo Siqueira Campos,

acontece quando o Governo se enfraquece. Aconteceu isso com o General Figueiredo; derrubaram metade do Palácio do Planalto para descobrir quem estava escutando quem. Escuta é coisa de quem não tem o que fazer e quer bisbilhotar a vida alheia.

Se as examinarmos – chamo a atenção da Nação para isso –, verificaremos que todas as crises que estamos vivendo no País têm um foco: a sucessão do Governo de São Paulo. O Presidente Lula ou acorda para esse fato e bate na mesa ou viverá esse inferno até seus últimos dias de Governo.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, parabéns V. Ex^a pela análise tranqüila, serena e fidedigna que faz dos acontecimentos deste plenário nos últimos dias e, principalmente, da acusação que fazem ao PFL, o mesmo que cedeu importantes quadros – como o Senador Rodolpho Tourinho, entre outros –, para se construir a aprovação das reformas que o Presidente Lula atingiu no primeiro ano de Governo. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a toca num ponto crucial: não há o Governo que reclamar da Oposição, que vem cumprindo seu papel. Uma matéria escrita pela jornalista Diana Fernandes, de **O Estado de S. Paulo**, Senadora Heloísa Helena, mostra que o Governo precisa fazer uma revisão interna, talvez palaciana. Não nos cabe comentar as intrigas de espião, mas, preocupados, constatamos o que diz V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes. O título da matéria é “A desgastante viagem de Lula ao baixo clero”. Acho que a primeira coisa que o Governo terá aprendido nessa votação é que no Senado não existe alto nem baixo clero. O Senado não se dobra à aprovação ou à liberação de emendas. Isso para mim foi o resultado dessa votação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Todos são cardeais.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Todos são cardeais. Agora, Senador Heráclito Fortes, Senadora Heloísa Helena, vejam a precisão das palavras entre aspas colocadas na reunião que se deu à mesa do Presidente da República! Diz aqui: “Na tarde de anteontem, quando o cenário era o pior para o governo – 35 votos, no máximo, a favor do mínimo de R\$260 –, Lula foi avisado que teria que telefonar para o ‘senador Duciomar’. Em meio a tanta confusão, o Presidente se traiu: ‘Senador o quê?’” Ou seja, isso está entre aspas. O Presidente avisado: “Olha, o senhor vai ter que ligar para alguns Senadores, o Duciomar”. Sua Excelência disse: “Duciomar o quê? Quem é? O que é isso? Quem é esse?” Isso, no meu entendimento, é até um desrespeito à figura de um importante Se-

nador da República, eleito pelo importante Estado do Pará. Agora, veja V. Ex^a: quem é que pode ter passado isso, Senador Heráclito Fortes, se não as pessoas que estavam à mesa com o Presidente? De outra forma, essa matéria não é verdadeira. Quero ver se ela vai ser contestada. Ou seja, definitivamente, Senador Heráclito Fortes, alguém passa frases inteiras ditas pelo Presidente, expondo o Presidente da República. Quem é que pode ser, Senador Heráclito Fortes? De onde pode vir isso se não do próprio Palácio? Então, V. Ex^a tem razão, essa é uma revisão que o Governo tem que fazer e não atacar a oposição, que apenas e tão somente cumpriu, de forma brilhante, o seu papel, apoiado por outros Senadores, mostrando que o Senado, efetivamente, tem nível e está à altura das expectativas da população.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo oportuno aparte e quero dizer que a jornalista Diana Fernandes é uma das mais sérias e mais acreditadas no País. Evidentemente, ela ouviu de uma fonte segura, de uma fonte precisa. Mas, olha, quero só lhe dar aqui um dado: um freqüentador assíduo do Palácio – aí não vá se dizer que é um espião, mas um observador – me fez, Senador Siqueira Campos, uma advertência interessante, disse-me o seguinte: “Senador Heráclito Fortes, pegue a agenda do Presidente Fernando Henrique Cardoso nos oito anos do seu Governo, numa semana em que ele tenha ficado em Brasília e não tenha tido compromissos fora. Escolha qualquer uma das semanas dos oito anos” – veja bem, Sr. Presidente Paulo Paim – “e compare com o período de um ano e oito meses do Governo do Presidente Lula. Em uma semana de permanência em Brasília, o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu mais parlamentares do que o Presidente Lula em um ano e oito meses”.

Por aí se vê a vocação que se tem para o exercício da democracia. Aliás, o Congresso não é para servir apenas de cartão-postal. No regime democrático brasileiro, o Parlamento é uma entidade forte, e sempre foi forte. O Presidente Lula sabe disso. Ele foi Parlamentar e liderou movimentos sindicais. Agora, o que me parece é que ali por dentro daquela articulação palaciana existe uma proteção ao Presidente da República – um isolamento –, porque as pessoas que têm contato com Sua Excelência dizem que é um homem afável e que gosta do diálogo. Mas isso não está acontecendo. Se, em vez do balcão de negócio que se tenta montar em vésperas de eleição, se distribísse afeto, se distribísse carinho entre os Parlamentares brasileiros, as coisas estariam mais fáceis.

Nunca vi, Senador Siqueira Campos, uma vontade tão grande de um Parlamento, nos dez primeiros meses de Governo, em ajudar o Presidente da República,

independente de qualquer outro interesse ou qualquer outra conotação. Vimos no plenário do Senado um verdadeiro mutirão de brasileiros querendo ajudar o Governo, facilitando, mostrando os caminhos. Mas, à medida que foram tomando conta da caneta, que foram pensando que tinham o controle da máquina, a arrogância começou a predominar – e esse povo sabe tudo, não ouve ninguém!

Uma das coisas fantásticas que vemos no exercício do dia-a-dia deste Parlamento são as conversas de plenário. Felizmente, a imprensa fica distante e não ouve todas. Ontem, a Senadora Heloísa Helena levantava um ponto interessante. Acusa-se um partido, no caso, o PFL, mas se faz aliança com o PFL para se alcançarem objetivos. Muitas vezes se critica, mas se usa o modelo, copiam-se as idéias. Então se nivela.

Não há por que hoje o Sr. Genoíno criticar o comportamento do PFL, porque lhe falta autoridade moral – aí, sim – e ao seu Partido, porque tudo aquilo que se pregou durante vinte anos nas praças públicas brasileiras, combatendo os partidos do poder durante toda essa época, está sendo colocado em prática nesses poucos meses de Governo.

E aí pergunto, Senador Sibá Machado: o que o PT vai fazer daqui para frente? Expulsou a Heloísa Helena porque ela se rebelou. A primeira crise com a Senadora foi com a nomeação do Henrique Meirelles para o Banco Central. E não foi nada errado, afinal, S. Ex^a viveu, no calor das campanhas, no calor da sua luta política, o seu Partido combatendo o FMI, os banqueiros, e, nessa época, o Henrique Meirelles era o satanás. De repente, foi convertido em santo.

A pergunta que faço agora é outra. Expulsaram a Heloísa Helena, e a bancada, que era composta de quatorze Senadores, foi reduzida para treze. E agora, vão expulsar a Senadora Serys Slhessarenko e os Senadores Paulo Paim e Flávio Arns? Vão ficar com dez! Amanhã vão expulsar mais três, mais dois? Quando se expulsa por traição é uma coisa, mas quando se expulsa porque se defende ou se continua defendendo o seu ponto de vista, a sua coerência, aí é grave.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Heráclito Fortes, não vou resistir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Sou muito pouco dado a provocações, mas, se forem expulsar por traição, vão expulsar dez e deixarem três. Isso, se derem vista do processo ao povo, porque, efetivamente, quem mudou de discurso não foram os três que estão sendo acusados. Essa é uma opinião que sustento com o maior respeito que tenho aos demais, registrada nos palanques.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou dizendo isso aqui com o coração aberto. A minha característica nesta Casa é a do diálogo e a do entendimento.

Não quero dizer que o episódio de ontem seja uma derrota do Governo. Ouvi ontem uma frase de uma pessoa importante no plenário. Quando se tentava desesperadamente – o Senador Paim é testemunha de que tentamos de toda maneira – um entendimento, um acordo para não se chegar aonde se chegou, um prócer importante do PT disse aqui: “Duzentos e sessenta reais é dogma”. A partir daí não se discute mais. Daí por que o Governo está vivendo toda essa dificuldade.

Senador José Jorge, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Heráclito, em primeiro lugar, gostaria de corrigir uma injustiça. Acabei de dar uma entrevista dizendo que não havia nenhum Senador da base do Governo aqui, mas agora vejo o Companheiro Sibá à Mesa. Registro a presença de S. Ex^a e corrijo a injustiça. Realmente, temos um Senador da base.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E já foi saudado devidamente. V. Ex^a fortalece.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Em segundo lugar, gostaria de falar um pouco sobre a lógica do Ministro Aldo Rebelo, que deu a declaração de que o Senado aprovou R\$275,00 porque é uma Casa conservadora, e que a Câmara vai votar os R\$260 porque é uma Casa progressista. Então, chegamos à seguinte conclusão que, aliás, imagino ser a dos países comunistas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a pode ficar certo que é briga dele pela sucessão de São Paulo com o Mercadante; S. Ex^a está atingindo o Mercadante, chamando-o de conservador. Mas eu não concordo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – O Mercadante não é conservador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o Líder do Partido nesta Casa, e a Casa não é conservadora.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Essa lógica do Ministro Aldo Rebelo deveria ser aplicada aos países comunistas do Leste Europeu, porque, em todo lugar do mundo, é progressista quem quer aumentar o salário dos mais pobres. Senadora Heloísa Helena, o Senado aprovou um salário maior para os mais pobres, o que faz com que sejamos “progressistas” nessa atitude. E a Câmara, que quer um salário menor, é, portanto, conservadora na mesma atitude. A lógica inversa do Senador Aldo Rebelo talvez funcione naqueles países comunistas do Leste Europeu, onde se viu, quando abriram as fronteiras, que havia uma miséria absoluta, como na Albânia por exemplo. Graças a Deus, estão todos melhorando depois da abertura política que vem acontecendo no mundo inteiro. É algo que deveríamos

examinar com detalhe, porque, realmente, é uma lógica nova a do Ministro. Meus parabéns, Senador Heráclito Fortes, por seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a faz, como sempre, um brilhante pronunciamento. V. Ex^a é do PFL, mas deixou muitas saudades no PMDB. Entrei lá depois de V. Ex^a e vejo o muro de lamentações. Quero lembrar que ninguém se perde no caminho de volta. Gostaria que V. Ex^a voltasse. Refiro-me agora a esse assunto de baixo clero, alto clero, padre, não-padre, batina. Agora, graças a Deus, temos aqui também pastores evangélicos. Com sua inteligência, que é uma “piauiensidade”, do núcleo mole, o núcleo encefálico, V. Ex^a conseguiu um batismo. Há um núcleo duro que se autobatizou, mas, usando o poder do alto clero – V. Ex^a já foi tudo nesta Casa e no Piauí –, V. Ex^a batizou, com muita inspiração, o núcleo puro do PT: Flávio Arns, Paulo Paim e Serys Slhessarenko.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Agora, Senador Geraldo Mesquita Júnior, precisaremos ter muito cuidado a partir de agora, nós, democratas, Parlamentares que gostamos desta Casa e do Parlamento. Haverá uma grande tentativa de setores do Governo nos jogarem contra a Câmara Federal, e isso já vem sendo feito na calada da noite. Há votações em que, por pensamentos diferentes, uma Casa diverge da outra, o que existe desde o seu início. Estão tentando traduzir isso como um conflito entre as duas Casas. Trata-se de um gesto perverso e antidemocrático.

Hoje, os jornais dizem que a Câmara vai resolver o problema. Chamo a atenção, Senador Paulo Paim, para uma diferença muito grande: a Câmara saiu de um salário de R\$240,00 e votou um de R\$260,00. Ela vai receber, agora, um projeto emendado de R\$275,00. Voltar para R\$260,00, frustrando as expectativas da população, é muito grave. Acho difícil. Exerci vários mandatos naquela Casa, fui seu Vice-Presidente e sei como o sistema funciona. Considero muito difícil. Impressionam-me a arrogância e a segurança com que alguns já declaram, anunciando previamente o resultado.

Os Senadores Eduardo Siqueira Campos e Paulo Paim também passaram pela Câmara dos Deputados. Todos teremos uma missão extra e diferente: não deixar que as divergências do núcleo do poder, do núcleo que manda, sejam esquecidas ou colocadas de lado, e o foco da crise seja centrado de maneira artificial em uma divergência entre as duas Casas, que não existe.

As duas Casas sabem exatamente o limite dos seus papéis e das suas atribuições.

Aliás, Niemeyer foi um gênio quando nos colocou geograficamente juntos e separados pelas cores, para que cada um de nós saiba exatamente o limite de nossas atribuições. Não são vivandeiras nem criadores de crises que vão jogar contra o Congresso Nacional o seu fracasso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Portanto, apelo aos Senadores e aos Deputados brasileiros, para que, de maneira madura, analisem essas e outras questões que virão. Quando vejo tentativas de desestabilizar casas legislativas, passa-me pela cabeça que gênios pensantes começam a fazer gestação de maldade contra as entidades públicas.

É muito perigoso o que se está começando a fazer, Senador Sibá Machado. V. Ex^a tem uma trajetória brilhante de luta e de movimento e não deve cair nessa; não seja mordido pelo canto dessa sereia.

Felizmente, os tempos são outros. Existe a comunicação em tempo real, mas vivemos um passado – embora nenhum de nós estivéssemos aqui no Congresso Nacional, a história mostra – em que o disse não-disse das informações desestabilizou um Governo democraticamente constituído e vivemos anos de incerteza e de escuridão.

Causa-me pânico ver vítimas desse processo alimentarem as divergências entre duas Casas constituídas exatamente para trabalhar de maneira harmônica e unida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram essas as considerações que gostaria de fazer nesta manhã.

Senador Paulo Paim, também gostaria de dizer que V. Ex^a, a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Flávio Arns merecem de todos nós respeito, consideração e admiração, até porque não atentaram contra a ordem pública, não cometeram crime ou pecado capital. Votaram de acordo com a coerência e a consciência. Parabenizo ainda os que se agregaram a essa luta, como o Senador Geraldo Mesquita, que, da mesma maneira, recebeu pressão.

Senador Paulo Paim, como nordestino, aprendi muito nas lições dos sertanejos – algo que não me sai do pensamento, nem da memória: é muito melhor ver um amigo do outro lado do rio de pé, do que de cócoras ao seu lado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Passamos a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, por permuta com o Senador Teotônio Vilela Filho.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, muito obrigada. Agradeço também ao Senador Teotônio Vilela Filho pela permuta, para que eu pudesse falar.

Estava aqui o Senador Mão Santa brincando comigo, dizendo para eu falar da tribuna, para ficar bem pertinho da bandeira do Brasil. Vou ficar aqui perto de S. Ex^a, mas sabem qual é a parte do Hino Nacional de que mais gosto?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É o deitado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – “Um filho teu não foge à luta.” É muito linda essa parte, não é?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O do Piauí é mais bonito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não, o mais bonito é o de Alagoas. Não vamos aqui brigar por hinos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É o primeiro que chega à luta.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – S. Ex^a está dizendo que é o primeiro que chega à luta, mas chegam à luta para associar-se aos alagoanos. Daqui a pouco o Senador Geraldo Mesquita vai falar do Acre, cuja história é muito linda também, e todos vão querer falar dos seus Estados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a oportunidade de folhear os jornais hoje e ver as fotos. Os Senadores Geraldo Mesquita e Paulo Paim não estão aqui porque não foram enquadrados na foto, mas, sem dúvida, estão na comemoração. Fico perguntando onde estão aqueles que sempre estiveram ao meu lado. Não é estranho que eu e os Senadores Geraldo Mesquita e Paulo Paim estejamos comemorando o aumento do salário mínimo.

Volto a repetir que R\$15,00 não são nada para um Senador ou para os banqueiros que estão enchendo a pança com a ortodoxia monetária. No entanto, para uma mãe de família pobre, R\$15,00 é muito dinheiro. Só sabe o que é R\$1,00 no orçamento de uma família pobre quem tem sensibilidade ou quem já passou por uma situação extremamente dramática como essa.

Fiquei olhando todas as fotos e perguntando: onde estão aqueles que, historicamente, lutavam pelo aumento do salário mínimo? Onde estão aqueles que, historicamente, diziam que não poder dar o aumento do salário mínimo porque, supostamente, quebraria a Previdência era o argumento fraudulento e a cantilena enfadonha e mentirosa do Governo Fernando Henrique.

Às vezes, fico pensando: se eu estivesse como Líder do PT no Senado, há dois anos, ou como Líder

da Oposição ao Governo Fernando Henrique, se eu tivesse feito críticas ao Governo Fernando Henrique por causa de bravatas, demagogia eleitoralista, por vigarice política, certamente eu me sentiria absolutamente tranqüila de mudar de lado – a propósito: as críticas que ao Governo Fernando Henrique eu fazia continuo fazendo pela sua inconseqüência política e por tudo o que ele destruiu em nosso País. Infelizmente, porém, vejo hoje o Governo Lula não apenas dando continuidade àquela política econômica, mas aprofundando o modelo neoliberal. Muitas coisas o Governo Fernando Henrique não conseguiu fazer porque tinha um obstáculo maravilhoso, conseqüente, combativo, atuando nos movimentos sociais ou na institucionalidade, mas o que era o obstáculo se transformou em ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo. Isso, sem dúvida, é muito doloroso constatar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de fazer essas considerações, já que alguns me perguntaram: “Como a senhora se sente por estar ao lado de quem está?” E eu digo que me sinto do mesmo jeito que me sentia. Agora, é evidente que estranho que o PT não esteja aqui, que o PT esteja usando os mesmos argumentos que eram combatidos como se argumentos fraudulentos fossem quando apresentados pelo Governo Fernando Henrique, estranho que hoje, de forma cínica e dissimulada, esses argumentos sejam apresentados ao povo brasileiro como se fossem a expressão da verdade absoluta.

Expresso aqui a minha saudação e o meu agradecimento à Casa. Penso que o Senado atuou de forma importante. Eu, que tantas vezes critico tanto o Senado – e critico muito mesmo, ao ponto de, às vezes, defender o unicameralismo para que o Senado deixe de existir – admito que, ultimamente, o negócio está muito diferente. Estou quase que impressionada, porque o que este Senado passou esses últimos dias...

Cito o vexatório balcão de negócios sujos, algo que não foi dito por mim, foi dito pela imprensa com detalhes de crueldade. Ninguém dizia que aquilo não era verdade, ninguém dizia que não se estavam entregando cargos, prestígio, liberação de emendas e poder, ninguém dizia que não era verdade. Era extremamente doloroso para todos nós, porque eu ficava esperando que alguém pegasse o microfone e dissesse: “É mentira, o Governo não está estabelecendo a promiscuidade, duramente condenada anteriormente, entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional”. Infelizmente ninguém dizia nada; infelizmente ninguém dizia nada.

É por isso que quero agradecer por essa postura corajosa e combativa do Senado. Não vou mais comentar – já tive oportunidade de fazê-lo nos apartes – as declarações do Ministro Aldo Rebelo. Espero real-

mente que a Câmara não se transforme, como disse o Senador Mão Santa, na câmara de gás contra os trabalhadores brasileiros, submetendo-se à vexatória condição de não aprovar os R\$ 275,00. E espero também, pelo amor de Deus, que não saqueiem o resto do País para comprar Deputados, como tentaram fazer aqui no Senado.

Mas quero homenagear dois Senadores pela postura que adotaram na votação de ontem. Quero fazer uma homenagem ao Senador Geraldo Mesquita e ao Senador Paulo Paim. Sei que outros Senadores, inclusive do PT, do PSB e da Base de sustentação do governo fizeram um esforço e votaram contrariamente, mas quero homenagear esses Senadores porque há duas coisas que os dois representam que são muito preciosas para mim: uma delas é o sentido democrático. O Senador Geraldo Mesquita dedicou a sua vida, a sua juventude para que nós estivéssemos aqui hoje, para a conquista da democracia. S. Ex^a é um socialista por convicção, pena que não tenha tido a oportunidade de aqui conviver com o Senador Lauro Campos. V. Ex^a iria se sentir muito feliz com essa convivência, como eu também me senti extremamente feliz e sensibilizada com seu discurso. Eu sei do momento difícil que S. Ex^a estava vivenciando quando naquela tribuna falava: era como se eu estivesse vivenciado o meu próprio sofrimento, quando tive que ir àquela tribuna sabendo o que poderia me acontecer na época do debate da reforma da Previdência. Portanto, minha homenagem a S. Ex^a por ter tido a coragem de não negar as suas convicções ideológicas, a sua concepção programática, tudo o que foi acumulado ao longo de sua história e que reproduz aquilo que foi acumulado ao longo da história como concepção programática dos que ousaram condenar, combater o pensamento único. Isso, sem dúvida, é oxigênio para todos nós. Do mesmo modo, homenageio o Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, na época de minha campanha ao Senado, os nossos adversários diziam coisas do tipo: “Quem é essa negrinha que quer ser Senadora?” – estou meio amarela; sertaneja sem sol vai ficando meio amarela! Eles diziam muito: “Quem é essa negrinha que quer ser Senadora? De que família? Olha como ela se veste! Como é que ela quer ir representar Alagoas no Senado, naquela Casa tão importante?” É por isso que eu sou tão agradecida à generosidade do povo da minha querida Alagoas, que quebrou uma velha tradição, pois eu não era da varanda dos usineiros nem da cozinha dos pistoleiros, não era nascida nos berços de ouro das famílias tradicionais das Alagoas e pude, pela generosidade do povo, tocar os tapetes azuis do Congresso Nacional.

Quero saudar V. Ex^a, que honra a tradição de luta e de libertação do povo negro. Eu tive oportunidade, na abertura do congresso do nosso partido, Partido do Socialismo e Liberdade, de recordar algo para ilustrar uma resposta àqueles muitos que ousaram pensar que, com a nossa expulsão ou com a negação das concepções programáticas acumuladas ao longo da história da esquerda socialista democrática, seria possível aniquilar, liquidar as bandeiras históricas da classe trabalhadora e a concepção programática acumulada pela esquerda socialista e democrática. E eu lembrava do mais belo dos sonhos, que é o sonho da liberdade, sonho que nem o fogo, nem o açoite, nem os castigos impostos aos negros – crucificados ou amarrados em ganchos tomados nas suas costelas –, foram capazes de impedir.

Sabe V. Ex^a, como sabemos todos nós, a primeira vez que um negro fugia, cortavam-lhe o tendão de Aquiles; a segunda vez que ele tentava ousar fugir novamente, cortavam-lhe a perna inteira; e se eles ousassem não denunciar aqueles furtivos, eram absolutamente retalhados. E mesmo assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, não conseguiram conter o sonho e a luta da liberdade.

É por isso que tenho que ter muito orgulho da posição de V. Ex^a e muito orgulho do sangue dos negros e das negras, Dandara, Zumbi dos Palmares, que corre nas minhas veias.

E era uma coisa bela, eu estava mostrando ao Senador Geraldo Mesquita, nesse instante, dois parágrafos lindos de Eduardo Galeano, quando ele falava das negras que fugiam dos fogos tenazes, dos açoites, da pancadaria e da perseguição. Sabem o que elas levavam? Sabem o que elas roubavam? Pepitas de ouro? Não. Jóias importantes? Pratarias das casas grandes? Não. Elas simplesmente escondiam nas suas cabeleiras o que para elas era mais belo, que eram as pepitas de semente de milho, semente de abóbora, semente de feijão, e quando elas entravam no que era o maior aliado dos negros, a floresta impenetrável, elas tiravam as sementes do cabelo e fecundavam a terra livre. Isso, sem dúvida, é uma coisa belíssima e maravilhosa.

É por isso que não poderia deixar de saudar V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita, pois imagino o significado dos gestos de V. Ex^{as}, porque passei por eles também, mas nada melhor do que a consciência tranqüila. E sabemos exatamente quando nos ameaçam: “E o futuro político? E os coeficientes eleitorais e as vitórias eleitorais?” Isso não tem importância nenhuma. É zero. Tenho certeza de que o que mais vai me dar alegria é voltar para a minha sala de aula na Universidade Federal de Alagoas. E sabem como serei recebida? Serei recebida com flores, carin-

ho, abraços e bolo de chocolate pelas nossas queridas e queridos companheiros da Universidade.

Essas coisas contam muito para nós. Contam muito mais do que a ameaça e a negociata. Isso conta para quem tem aquilo que D. Pedro Casaldáliga dizia – talvez ninguém, nem os mais importantes intelectuais, referências para a esquerda, para o mundo da política, tenha conseguido expressar, de forma mais singela e preciosa, o que D. Pedro Casaldáliga disse sobre ética na política: “Ética na política é vergonha na cara e amor no coração”.

É por isso que fiz questão de saudar, em nome do SOL – Socialismo e Liberdade, o nosso Partido, a postura do Senado, uma postura corajosa e combativa, que espero seja seguida pela Câmara Federal. Espero que a Câmara dos Deputados não haja sob pressão do Palácio do Planalto. Volto a repetir: votamos de consciência tranqüila. Alguns ainda têm a ousadia de dizer que defender R\$15,00 a mais para uma mãe de família pobre é demagogia e irresponsabilidade. Certamente quem assim diz nunca teve uma única lágrima caindo da sua face diante da menininha que vende o corpo por um prato de comida, diante do jovem que é tragado pela marginalidade como último refúgio. Certamente nunca viram nas suas próprias casas o que R\$1,00 pode efetivamente fazer.

Portanto, parabéns ao Senado. Espero que a Câmara dos Deputados tenha não apenas a independência, que é obrigatória pela Constituição, mas a sensibilidade necessária para viabilizar essa conquista que o povo brasileiro teve aqui no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, estou aqui na Presidência, não posso sair e lhe dar um abraço, mas gostaria de dizer muito, muito, muito, muito obrigado.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos, Vice-Presidente desta Casa, que teve também um papel destacadíssimo em nome do Senado no dia de ontem.

V. Ex^a dispõe da palavra por 20 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, nobre Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita, Senadora Heloísa Helena.

Penso que hoje as coisas estão muito definidas para o povo brasileiro, tendo o Senado Federal tomado a decisão que tomou ontem, Senadora Heloísa Helena, e que talvez contrarie V. Ex^a na tese que defende com relação ao unicameralismo.

Sr. Presidente, quero aproveitar para dizer que Brasília está sediando o Encontro Nacional dos Estudantes. Gostaria muito, então, a título de sugestão, que os estudantes pudessem incluir em tudo aquilo que

estão debatendo e discutindo, a questão que quero trazer para esta tribuna agora, Senador Geraldo Mesquita, Senadora Heloísa Helena, Senador Paulo Paim, porque tenho certeza de que V. Ex^{as} comungam deste pensamento.

Eu disse, antes da votação do salário mínimo, que o Senado tinha uma oportunidade única de firmar uma posição como uma Casa que assiste o Governo enviar reformas para o Congresso Nacional, que são aprovadas na Câmara dos Deputados sem nenhuma alteração. Por melhor que seja uma proposta, e complexa, como foi a reforma da Previdência – é lógico que tínhamos a questão da paridade, das regras de transição que tinham que sofrer alterações, tão bem colocadas pelo Senador Paulo Paim –, naquela oportunidade tínhamos que melhorá-la.

E foi fruto dessas diferenças entre as Casas que nasceu a PEC paralela, que abrigava interesses dos trabalhadores na reforma da Previdência. Essa diferença qualifica, sem demérito para a Câmara, o pensamento de uma classe de representantes da população brasileira. Considero que o Senado – em que pese todas as tradições anteriores de ser uma Casa, como o próprio nome diz, de pessoas mais idosas, mais conservadores – mudou completamente, entre outras coisas, pela presença de V. Ex^a, Heloísa Helena, pela presença dos Senadores Geraldo Mesquita, Sibá Machado, Paulo Paim, entre outros. Até mesmo pela presença daquele que talvez seja o mais idoso, o mais experiente dos nossos Senadores e que está sentado à Mesa, o Senador Alberto Silva. S. Ex^a vem aqui para esta tribuna, com jovialidade, para discutir como se reconstrói a questão das estradas no Brasil.

O Senado é uma Casa jovem, é uma Casa nova, é uma Casa de esperança. Quero acompanhar esse mesmo raciocínio e voltar aos estudantes brasileiros na tese que quero discutir nesta manhã.

O Supremo Tribunal Federal, interpretando a legislação – e o Superior Tribunal Eleitoral, os dois, em conjunto, um depois o outro –, acabou por decidir que existiam vereadores demais no território brasileiro. Fruto dessa decisão, primeiro o Supremo Tribunal Federal, depois o TSE, tivemos um corte de oito mil vereadores. Prontamente, a imprensa nacional, que não tem nada contra o vereador, que entende que não é menos digno e não está aqui em questão, não se pode confundir este debate dizendo que o vereador tem menos importância... Não. Ele tem uma importância fundamental no Município. Mas não é o seu excesso, não é a distorção, que faz com que seja mais nobre o papel do vereador. Então na hora em que o Supremo decide um corte de oito mil vereadores em cidades brasileiras que não têm nenhum médico, não têm posto de

saúde e não têm ambulância, o que faz a Câmara dos Deputados? Faz uma proposta de emenda à Constituição restituindo esse número de vereadores e com pressa. Nunca vi uma proposta de emenda à Constituição, Senadora Heloísa Helena, ser votada com tanta rapidez. Estranho!

Se estivéssemos falando que o Supremo, ou o TSE, não seria o caso, acabaram de cortar oito mil professores, aí teríamos que correr, Senadora Heloísa Helena; oito mil médicos, aí teríamos que correr. Cortaram oito mil médicos, oito mil professores? Vamos fazer uma proposta de emenda à Constituição para restituir o número de médicos, de professores. Mas vereadores?! Não. Não que não sejam importantes, mas a distorção também não contribui. O que está acontecendo? Estão diminuindo o número de vereadores em pequenos Municípios – vereadores que ganham um salário mínimo – e colocando os que ganham R\$5 mil ou R\$6 mil nos maiores centros. É uma distorção, Senador Alberto Silva.

O Piauí tem mais de 100 Municípios que têm apenas nove Vereadores, que ganham um salário mínimo. A proposta da Câmara corta o número de Vereadores em pequenos Municípios, mas aumenta esse número nos maiores centros. O resultado final é o seguinte: o TSE cortou oito mil Vereadores, e a Câmara restabeleceu três mil.

O Senado teve uma noite feliz ontem ao dizer ao povo brasileiro que R\$275,00 é muito pouco, mas faz diferença. Quando se eleva o salário de Parlamentares, Ministros, Conselheiros, funcionários das estatais, não se dá um aumento de apenas R\$15,00. Nunca ouvi falar disso.

Senador Alberto Silva, para onde vão esses R\$15,00? Onde eles serão distribuídos? Se fizéssemos um mapeamento do que os trabalhadores farão com R\$15,00, o destino mais próximo seria a venda, o pequeno supermercado, a pequena padaria ou o açougue da esquina. Então, pode até ser pouco, mas, se multiplicarmos esses R\$15,00 por 24 milhões ou 30 milhões de trabalhadores que vivem do salário mínimo, isso fará diferença na economia dos Municípios.

Veja, Senador Alberto Silva, o contraste: estamos aqui lutando pelo aumento do salário mínimo, e a Câmara manda para cá uma medida para aumentar o número de Vereadores que o TSE cortou, mas não dá R\$15,00 a mais para o trabalhador brasileiro. Parece uma incoerência!

E é nesse ponto que o Senado vai bem. Senador Paulo Paim, ontem, neste Plenário não havia o desejo de infligir derrota ao Governo, mas é preciso ficar claro que um Senador da República não se dobra pela liberação de emendas.

A população fica até sem entender o que são essas emendas. A partir de 1988, o Congresso passou a ter uma participação decisiva na formulação do Orçamento-Geral da União. E os Parlamentares têm a responsabilidade de, conhecendo a realidade de seus Municípios e de seus Estados, alterar o Orçamento, destinando recursos para obras que considerem essenciais. É uma parte importante do nosso trabalho, mas, geralmente, da forma como são traduzidos esses detalhamentos orçamentários, a população não compreende o que significa a liberação de R\$200 mil em emendas de determinado Senador.

Quem vem para o Senado da República, depois de ter passado por Prefeitura, por Governo de Estado, por Ministério, com uma vida pública madura, não aceitará, como de fato aconteceu, que o Governo faça uma ameaça. E digo isso, Senador Paulo Paim, porque, nas reformas previdenciária e tributária, discutimos profundamente o mérito das questões. E o PSDB seguiu orientação do próprio ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso de que deveríamos ajudar a promover essas reformas, por que era seu desejo tê-las feito, mas não conseguiu. Não vou atribuir a não-realização das reformas única e exclusivamente ao PT, mas elas não foram feitas, inclusive, porque o PT foi ao Supremo Tribunal Federal. Sendo assim, ajudamos a construir essas reformas.

Então, eu, Senador Geraldo Mesquita, que não tenho – e digo isto absolutamente tranqüilo – um cargo nesse Governo, porque não ajudei a elegê-lo, não dependo, em absoluto, de nada e proponho a esse Governo uma relação ativa com o Senado. E, nesse aspecto, Senador Heráclito Fortes, faça-se justiça ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Talvez por ter sido Senador da República, Sua Excelência promovia encontros, tardes de debate, cafés da manhã, almoços com os membros desta Casa. Quantas vezes estive discutindo com o ex-Presidente? Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a não estava aqui nesse determinado período da história que relato, mas, quando o ex-Presidente descobria que havia um Senador com uma posição pessoal contundente com relação às suas propostas e maneira de agir, Sua Excelência convidava-o para uma conversa, independentemente do Partido do qual fazia parte.

Já disse desta tribuna que, se o Sr. Fernando Henrique Cardoso ainda fosse o Presidente da República, o Senador Mão Santa não precisaria tecer tantas críticas da tribuna, porque teria oportunidade de tecê-las pessoalmente. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso entendeu, desde o primeiro ano de Governo, que o Senado é uma Casa de líderes amadurecidos por suas trajetórias.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Concederei o aparte a V. Ex^a em seguida.

O Senado, pela experiência dos Senadores, tem um vasto material de pesquisa e de apoio para a construção de solução para os diversos problemas.

Por exemplo, se eu estivesse na Presidência da República, jamais abandonaria a proposta inteligente da Câmara de Gestão das Estradas Brasileiras, sugerida pelo Senador Alberto Silva.

Senador Heráclito Fortes, seguramente, a maior lição da noite de ontem não é a diferença de R\$15,00 – importante, repito, para quem vai recebê-la, talvez desprezível para quem não a está querendo dar –, mas a construção de uma relação diferente com esta Casa. Deve-se compreender que a Senadora Lúcia Vânia, ao discutir as células-tronco na Comissão de Assuntos Sociais, convida os mais importantes segmentos nacionais na área, para que o Senado possa construir uma saída para que a ciência não interfira na ética profissional, mas encontre uma solução aceitável pela nossa sociedade que lhe permita buscar nas células-tronco a cura para muitas doenças.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, queremos comemorar a diversidade existente no Senado. V. Ex^a traz para nossa convivência perspectivas de vida da sua população e da sua região que permeiam o meu pensamento. A forma serena, tranqüila e imbatível de V. Ex^a solidificam minhas convicções.

Li nos jornais as muitas interpretações dadas ao ocorrido na Câmara dos Deputados durante a votação do salário mínimo. Disse muito, antes da votação nesta Casa, que os Senadores não trariam para este plenário saquinhos de alimentos, faixas, moedas, trocos, para atingir a trajetória política ou mesmo questionar a coerência de quem está no Governo hoje.

O que comemoro é o amadurecimento do Governo, que entenderá que o debate com o Senado se dá em outro campo. Não há que se falar em emendas, não há que se falar em cargos, principalmente de terceiro, quarto ou quinto escalão. Não há poder sedutor em nenhum Ministro ou Presidente que possa suprimir a consciência dos representantes do povo eleitos para o Senado.

Senador Heráclito Fortes, essa é a maior das lições. Convoco V. Ex^as a fazer uma análise. Repetirei a V. Ex^a o que disse ao Senador Alberto Silva. Não posso dizer com precisão, até porque não sou representante do Piauí, mas, seguramente, existem mais de 100 Municípios no Estado que têm apenas nove Vereadores, que ganham salário mínimo. Nesses Municípios, o

número de Vereadores será reduzido a sete, e, nos grandes centros do Piauí, como nos grandes centros do Tocantins, aumentarão as vagas dos Vereadores que ganham de R\$4 mil a R\$5 mil. A conta não fecha!

Tenho que defender o exemplo de Palmas, cidade que vem crescendo com qualidade de vida. Há saneamento básico, escolas, equipamentos públicos, fibra ótica em toda a sua planta urbana, drenagem de águas pluviais, uma orla espetacular, a ponte sobre o lago. É a Capital menos violenta e com maior índice de emprego. Não posso assistir, de braços cruzados, ao aumento do número de Vereadores de 11, segundo a resolução do TSE, para 19. Vamos colocar mais oito Vereadores, que ganham R\$4 mil, no mínimo, sem falar nas outras despesas. E não dá para dizer que não é aumento de despesa.

Então, convoco esta Casa a esquecer essa tal PEC que aumenta o número de Vereadores. Vamos analisar as necessidades dos Municípios brasileiros.

Senador Geraldo Mesquita, tivemos que levar mais de 200 médicos cubanos para o Tocantins. Tenho respeito pela classe médica brasileira, mas o médico brasileiro não quer ir para Município com três mil habitantes, porque ali não pode abrir um consultório e exercer uma atividade que lhe traga, não diria lucro, mas o ressarcimento pelos seus dez anos de estudo. Essa é uma realidade. Médico formado em universidade federal, que defendendo ser pública e gratuita, deveria ser obrigado a ir para os Municípios pequenos dedicar uma parte daquilo que recebeu. Mas, infelizmente, quem está estudando Medicina em universidade federal é filho de quem pode pagar cursinho, não é aluno que veio da rede pública. E estamos aqui discutindo aumento do número de Vereadores. Mais Vereadores? Não, Senadora Lúcia Vânia. Eu quero mais postos de saúde, mais escolas, mais vagas nas universidades públicas, mais bolsas de estudos, e não exigir fiador para estudantes que não têm financiamento.

Recuso-me a votar, nesta Casa, a proposta de aumento do número de Vereadores. Empreenderei uma luta, inclusive externa, mas não vou assistir calado a essa iniciativa.

No Tocantins, Senador Paulo Paim, tivemos que trazer 200 médicos de Cuba, que lá ganhavam US\$48,00, Senador Heráclito Fortes, e aqui oferecemos um salário de R\$6 mil. Hoje, eles são os nossos médicos cubanos – e digo isso com orgulho, porque eles se misturaram ao povo tocantinense, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Esses médicos devolvem uma parte do seus salários para sua pátria de origem, na seguinte engenharia: ganhavam US\$48,00 em seu país e aqui têm um salário de R\$6 mil, ou US\$2 mil. Então, mandam para suas famílias a metade do salário

e vivem com US\$1 mil. Para quem ganhava US\$48.00 é uma brutal diferença. E, pelo acordo feito com o Governo do Tocantins, exige-se deles que não morem em cidades com mais de tantos mil habitantes. Ou seja, em Tocantins, não há mais nenhuma cidade que não tenha médico.

Lembrando o lanceiro negro, poema que V. Ex^a já leu tantas vezes de forma emocionada, Senador Paulo Paim, eu, em algumas oportunidades, visitando o Tocantins, via, em um posto de saúde muito arrumadinho, misturados aos nossos médicos – é interessante notar, Senador Paulo Paim –, pessoas geralmente da raça negra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Tinham estatura grande, diferenciada. E eu perguntava quem era aquela enfermeira, ou aquele agente de saúde que estava ali naquele posto. A resposta era: “Não, Senador, esse é o médico cubano”. Encontrávamos nos finais de tarde, de sandália, misturados à nossa população, conversando, e eles diziam sempre: “Senador, em Cuba, nós, antes de aprendermos o que é a anatomia humana, temos de aprender o que é a anatomia social, para não deixar que o pobre morra de fome porque não sabe plantar alguma coisa no quintal de sua casa”. É isso que estamos fazendo no Tocantins.

Então, com todo respeito a quem já é Vereador, eu não quero mais nenhum Vereador no meu Estado. Quero mais médicos e, de preferência, brasileiros, formados nas nossas universidades, para apoiar a Medicina. E não ter despesas com Câmaras Municipais. Com todo respeito, posso ficar sem o voto dos Vereadores do meu Estado, mas não vou emprestar o meu mandato para contribuir com essa causa que não considero digna da Câmara dos Deputados e tampouco do Senado Federal. Temos outras propostas de aumento a defender, como o número de professores, de agentes de saúde, ambulâncias, mas Vereadores, com todo respeito, já temos o suficiente.

A interpretação do TSE foi correta. Fizemos isso, Senador Paulo Paim, atropelando o nosso Regimento, contra a vontade de V. Ex^a, contra a minha vontade. Por isso, peço a contribuição desta Casa para que derrotemos de uma vez por todas essa tal proposta de emenda à Constituição que deseja aumentar o número de Vereadores no Brasil. Esta, não!

Gostaria ainda de comemorar, Senador Sibá Machado, em que pese a bravura de V. Ex^a. Imagine V. Ex^a que sou tão apaixonado pelo que faço que assisti o discurso de V. Ex^a ontem em casa. Depois de todas aquelas horas de votação, cheguei em casa, liguei a TV Senado e assisti à íntegra do discurso de V. Ex^a, Senador Sibá Machado. Nunca tinha visto V. Ex^a tão

alterado na tribuna. Convicção, Senador Siba Machado! Convicção de quem já viveu com um salário mínimo.

Discordo, neste momento, porque a Receita omitiu, inclusive em dados oficiais, o excesso de arrecadação de mais de R\$2 bilhões inesperados, ou seja, é possível, Senador Sibá Machado, conceder um salário mínimo de R\$275,00. Não há informação que me convença de que não é possível.

V. Ex^a, Senador Sibá Machado, estará nesta Casa quando for concedido aumento dos nossos vencimentos, e ele nunca será de R\$15,00. Ninguém diz, mas ninguém aceitaria. Eu fui Deputado Federal, fui Prefeito, sou Senador e nunca recebi um aumento de R\$15,00! Agora, quando se trata do salário mínimo para a população brasileira, o Governo diz que não é possível.

E esse pequeno aumento, Senador Sibá Machado, iria hidratar em R\$15,00, em cada pequena venda deste País, a alimentação, a cesta básica das famílias. Essa é a verdade, mas o mais importante para mim foi o saldo: foi a população brasileira compreender que o Senado não se dobra, que no Senado não se discute liberação de emenda, que o Senado não se intimida com telefonema de Ministro nem com telefonema de Presidente da República. Aliás, se o Presidente da República tivesse uma interlocução permanente com o Senado, Sua Excelência teria tido mais facilidade ontem. Quem sabe agora o Presidente da República esteja aprendendo o nome de alguns Senadores que não conhecia.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a brinda a Casa e a Nação com esse seu caleidoscópico discurso, em que aborda os mais diversos temas, inclusive a célula-tronco. Quando V. Ex^a falou em célula-tronco, com a ironia fina e a inteligência que lhe são peculiares, nos deu a sensação de que se referia à célula-tronco do poder, que está precisando ser revitalizada. V. Ex^a, que é um homem fino, um homem educado, mostrou, de maneira muito sutil, a necessidade de alguns ajustes, embora não fosse exatamente sobre essa célula que estivesse falando. Parabenizo-o pela maneira como expôs a questão e quero também dar um testemunho. Antes de seu discurso, fiz um pronunciamento abordando aquela vontade que movia todos nós, nesta Casa, a ajudar o Governo no sentido de não frustrar a vontade das ruas. V. Ex^a foi dos primeiros a encampar essa idéia, como eu também em algumas questões pontuais. E pagamos um preço, até dentro da convivência partidária. Mas tivemos a coragem de fazer isso exatamente por acreditar que o resultado das urnas, o clamor das ruas merecia deste Senado a paciência de um tecelão para que pudéssemos costurar

exatamente um caminho que permitisse ao Governo que assumia cumprir todas as suas promessas de praça pública. De repente, vimos que o discurso passou a ser jogado no lixo e a prática passou a ser outra. Pelo visto, V. Ex^a, que é jovem e dinâmico, desencantou-se. Daí por que vemos, hoje, posicionamentos dentro do próprio Partido do Governo que acabam criando crises internas, crises partidárias, mas que são exatamente comportamentos coerentes com toda a bandeira de luta. Parabênzo V. Ex^a quando exalta, e sempre com muita emoção, o seu Estado do Tocantins, que é um exemplo. É um exemplo em limitação do número de servidores públicos. Palmas, da qual V. Ex^a foi Prefeito, é um exemplo de modernização administrativa. V. Ex^a aborda a questão dos Vereadores, mas V. Ex^a vem de um Estado novo, que teve na garra do seu pai exatamente toda a razão de ser; que, para conseguir constituir-lo, até greve de fome fez no plenário da Câmara dos Deputados no período da Constituinte. Na época, setores importantes da Nação foram contra a criação, não que tivessem algo contra Tocantins, mas com medo de que se repetissem os gastos feitos com os Estados até então mais recentemente constituídos. E a maneira de administrar que o pai de V. Ex^a implantou mostrou exatamente que o objetivo era outro, E hoje vemos o Tocantins se desgarrando das amarras da dependência do Governo Federal, mostrando que é um Estado que caminha com as próprias pernas, e hoje é modelo. Aliás, Senador, no meu Estado do Piauí, há um processo de divisão territorial necessário: que é a criação do Estado do Gurguéia. Temos outros projetos visando à divisão. E todos esses projetos têm como modelo exatamente o Estado de Tocantins. Eu só queria ponderar a V. Ex^a sobre uma questão: a composição das câmaras de vereadores. Creio que nem o modelo do TSE, nem o modelo que emergencialmente se procurou aqui para corrigir distorções ou diferenças servem. O ideal seria – e o erro do brasileiro é este: começamos a tratar dessas questões atabalhoadamente, às vésperas de um pleito – que não fosse nem um modelo, nem outro. Temos que corrigir isso. V. Ex^a citou o exemplo de Municípios que estão ajustados com relação ao número de vereadores, o que, infelizmente, não é em todo o Brasil. E, quando peço um pouco de atenção para esse problema, é porque levo muito em conta, pelo menos em se tratando do meu Estado, que é um Estado pobre, ...

(A Presidência faz soar a campanha.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) –... a função social do vereador. Ora, o vereador casa, batiza, é enfermeiro, é médico, é assistente, é professor, ou seja, ele exerce também uma função social. É preciso

que examinemos essa questão. Concordo com V. Ex^a em que existem exageros e distorções, e o Estado do Piauí é um exemplo. Porém, também temos que ter cuidado para não prejudicarmos outros Municípios. O balanceamento não foi justo, o balanceamento não foi correto. O que espero, Senador Eduardo Siqueira Campos, é que encontremos um momento de serenidade para discutirmos essa questão e também uma fórmula que não seja injusta para o Município, mas que não permita que se estrangulem as economias municipais. Não se pode pagar a uma quantidade demasiada de vereadores, tampouco oferecer salários impossíveis dentro dos próprios Municípios. Parabênzo V. Ex^a pelo pronunciamento. Para nós, já é ponto obrigatório ouvi-lo às sextas-feiras; V. Ex^a tem sempre um discurso recheado de assuntos da maior importância para o País. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, e lamento apenas não ter – para não descumprir o Regimento que eu tanto prezo – a oportunidade de responder a todos os itens abordados por V. Ex^a.

Quero inclusive agradecer-lhe as palavras generosas com relação ao meu pai, seu colega na Câmara dos Deputados, que o admira tanto, e a mim.

Sr. Presidente, não posso deixar de ouvir o Senador Alberto Silva, inclusive para não faltar com respeito ao mais experiente de todos os nossos Senadores.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Não é justo tomar mais um minuto do discurso de V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos, não só pelo brilho que V. Ex^a sempre demonstra quando trata dos problemas brasileiros, mas quero rapidamente dizer que o Estado do Tocantins – e eu tive a felicidade e a honra de estar neste Senado quando aprovamos o Estado – teve, na condição de mentor, de construtor, de sustentáculo e de alicerce do Estado, o pai de V. Ex^a, do qual V. Ex^a e nós todos nos orgulhamos. V. Ex^a iniciou o seu pronunciamento tratando dos R\$15,00; e eu diria que, ontem, foi um dia em que o Senado demonstrou coerência na sua posição, e nós também. Sou o fundador do PMDB, desde o início, quando houve a fusão PP/MDB; e foram os votos do Piauí que garantiram a existência do PMDB. Como Presidente desse Partido, no meu Estado – e, aqui, formando a Base –, eu não poderia deixar de acompanhar o Partido. Claro, o Senado demonstrou que tem independência. Votou, e o assunto agora é com a Câmara. V. Ex^a abordou o problema das estradas – quero resumir para não tomar mais nem um minuto do tempo de V. Ex^a: se aquela proposta puder ser atendida pelo Planalto, geraremos um milhão de empregos. Senador Eduardo Siqueira Campos, são sete bilhões de prejuízo em óleo que vão

para a atmosfera; sete bilhões de gastos inúteis porque há 32.000 quilômetros estragados. Tenho um projeto no Piauí para gerar renda no campo – oportunamente trataremos disso aqui. O Incra deu 20 hectares de terra para uma família; mas, até agora, não deu sustentação a essa família – creio eu que em nenhum lugar; no meu Estado, não! Mas, com três hectares, Senador Siqueira Campos, no projeto que temos do biodiesel – V. Ex^a sabe que brigo por essa questão há muito tempo –, poderíamos conceder um salário para o homem do campo de R\$1 por mês. Isso é viável, é factível, já o demonstramos. Quero apenas parabenizar V. Ex^a e propor que, já que esta Casa deve contribuir para o êxito de um Governo, seja ele de que partido for, em favor do povo, formemos aqui um núcleo de proposições. V. Ex^a traz a experiência jovem e atuante de Senador do seu Estado e trago a nossa jovem também, porque, para mim, a idade não altera. Creio que, graças ao bom Deus, a minha mente está bem próxima à idade de V. Ex^a. Vamos juntar a experiência do meu Estado e a do seu e vamos, nesta Casa, fazer propostas concretas, como V. Ex^a acaba de fazer. Parabéns e desculpe-me por tê-lo interrompido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, quero concluir lembrando o que disse Augusto dos Anjos: “Temos muita coisa a mover”.

Quero comemorar a noite de ontem, a posição firme do Senado; quero comemorar este novo momento nacional, em que o Governo há de compreender que o Senado da República é um foro importante, que discute o mérito das matérias, sem haver qualquer tipo de pressão.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senadora Lúcia Vânia, sei que V. Ex^a é a próxima oradora inscrita, mas eu havia prometido ao Presidente que, depois do aparte do Senador Alberto Silva, eu concluiria. Porém, vou ouvir V. Ex^a. Antes, porém, quero dizer que, no lamento das coisas, Augusto dos Anjos se referiu aos dínamos profundos, que, “podendo mover milhões de mundos, jazem paralisados na estática do nada”.

Vamos aproveitar as forças que existem aqui, neste Senado, e na Câmara dos Deputados para oferecermos o melhor de nós a esta Nação.

Concluo ouvindo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Eduardo Siqueira Campos, eu gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade do discurso de V. Ex^a. Eu gostaria de destacar um fato que considero muito importante na sua fala de hoje, quando V. Ex^a aborda o relacio-

namento desta Casa com o Governo Federal. V. Ex^a aponta a trajetória de respeito e de construção de homens e mulheres que estão nesta Casa; V. Ex^a aponta, inclusive para o Governo, um caminho: que o relacionamento que se tem que ter nesta Casa não é o de troca de favores. Precisamos e queremos ajudar a construir projetos que venham ao encontro dos interesses da sociedade. Portanto, quero aqui parabenizá-lo, dizer da satisfação de tê-lo nesta Casa e, principalmente, elogiar a juventude e a força de V. Ex^a, ao levar para essa tribuna um tema de extrema importância, inclusive um aconselhamento ao Governo, que, se tiver juízo, vai escutar o pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Muito obrigado. Foi uma honra ouvir o aparte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Siqueira Campos, se me permitir, eu queria apenas registrar, antes que V. Ex^a saia da tribuna, que tenho muito orgulho em dizer que fui Deputado Federal junto com o seu pai. Acompanhei a greve de fome histórica que ele fez. Creio que foi uma das primeiras que ocorreram no Senado da República. Fiz uma outra, mas depois da dele, que ocorreu no Congresso Nacional, por causa do salário mínimo. Tenho orgulho disso. Tenho, na minha casa, o título de Cidadão do Estado de Goiás, porque, na época, votei ao lado do seu pai. Faço este registro com orgulho, porque, com certeza, seu pai deve estar assistindo neste momento ao pronunciamento de V. Ex^a e deve estar muito orgulhoso da história da sua família. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Em nossa família, Senador Paulo Paim, a admiração por V. Ex^a é hereditária.

Muito obrigado a V. Ex^a e a todos os meus Pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

V. Ex^a dispõe da palavra por 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, pediria que marcasse o tempo, porque gostaria de usá-lo por completo.

Muitos são os assuntos de hoje, muita coisa em pauta, recém-votada, ainda não foi concluída e, certamente, outros assuntos de grande importância para o Brasil apontarão no Senado na próxima semana. Antes de mais nada, depois que ouvi o pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos, eu gostaria de dizer que, na minha vida de errante nordestino, viajante em busca de uma vida melhor, nos idos da década de 70, fui para o Estado de São Paulo, depois para a Amazônia e passei por aquele que, hoje, é o Estado do Tocantins.

Lá estive, pela primeira vez, em 1979 e, pela última, em 1982, quando ainda era Estado de Goiás. As imagens que tenho na minha memória são as de Tocantinópolis, cidade muito pequena, com ruas lamacentas ou poeirentas. De lá para cá, o Estado tornou-se próspero.

Relembro isso para dizer que o que mais admiro na vida são as pessoas que nascem a partir de suas próprias condições. Na Biologia, isso é chamado de resiliência, processo em que a natureza, agredida, consegue sobreviver a partir de suas próprias forças. Vejo isso no Estado do Tocantins, região de transição entre o semi-árido e o cerrado. Portanto, eu teria o maior prazer de conhecer o Tocantins, parabenizando o seu povo, o pai de V. Ex^a e todos que lutaram para ter aquele Estado independente.

Senador Alberto Tavares Silva, no início da década de 70, eu era empregado de uma pequena loja encravada na rua Simplício Mendes, em Teresina, entre a praça Rio Branco e a rua Davi Caldas, encostada no Armazém Piauí – fazia parede e meia, como dizíamos lá. O meu empregador, pois não gosto de chamá-lo de patrão, Francisco César de Souza, era o dono da loja e admirador de V. Ex^a, quando Governador do Estado. Passei a admirar V. Ex^a por intermédio dele. Quando V. Ex^a dava entrevistas na televisão, no outro dia ele comentava: “O homem está magro de trabalhar. Meu Deus do céu, esse homem trabalha demais!” Ele tinha um respeito profundo por V. Ex^a e aprendi, a partir dali, a admirá-lo também.

Estou irmanado a V. Ex^a na causa pelo biodiesel, tentando aprender um pouco com seu trabalho. Agora, vendo a sua preocupação com a matriz de transporte brasileiro, quero estudar essa situação também e estar junto de V. Ex^a para o que for possível, porque também acredito muito que é preciso dar uma resposta imediata e ousada para o futuro do Brasil.

Parabéns, Senador!

Com relação aos trabalhos de ontem, Senador Heráclito Fortes, eu queria dizer que admiro muito as convicções das pessoas. Não posso acreditar que três Senadores do PT, por terem votado de acordo com sua própria opinião, sejam tratados como parte de um cálculo matemático. Qual será o seu futuro: estarão no PT? Sairão do Partido? Irão para onde?

O PT é o mesmo; não mudou. É algo complexo para as pessoas que não são do PT compreender sua democracia interna, que permite essas coisas. Pergunta-se: por que saíram do Partido o Deputado João Fontes, o Deputado Babá, a Deputada Luciana Genro e a Senadora Heloísa Helena? Esse momento da história do PT foi muito parecido com outro, vivido pelo Partido no final da década de 80, quando outros membros partidários, de diferentes concepções políticas, também saíram

do Partido. Na época, o PT não governava sequer um Estado, tinha apenas um Senador, o nosso estimado Eduardo Suplicy, 35 Deputados Federais e 30 Prefeitos. Para usar um termo eleitoral, era um partido embrionário, que sofreu uma crise de concepções. Havia diferenças na forma de se enxergar a ideologia partidária, para se compreender o Brasil e se proporem soluções. Naquela época, foi expulsa do Partido uma corrente inteira, cujo nome não me recordo.

Entendo que o PT não traiu, absolutamente, suas concepções e muito menos o fizeram os três Deputados Federais e a Senadora, que mantiveram suas opiniões vivas, respeitadas e compreendidas. No caso do Senador Paulo Paim, da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Flávio Arns o que está ocorrendo? Uma situação plenamente pontual, muito diferente da que ocorreu no ano passado, quando havia um projeto doutrinário concebido. As situações são diferentes e respeitáveis. Chegou-se ao ponto de se conceber que não se trata mais do PT, mas de outro partido, que tem todo o direito de ser organizado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Após finalizar este pensamento, terei prazer em conceder o aparte a V. Ex^a.

No caso da democracia interna, repetirei uma frase da Senadora Lúcia Vânia, que nunca esqueci. S. Ex^a, brincando, disse-nos: “Foram muito rápidos os aprendizados, tanto para o PT ser Governo, como para o PSDB e o PFL serem Oposição”. Hoje, somos Governo e devemos ter prazer e orgulho, mas, no âmbito partidário, muitas idéias vão continuar sendo divergentes em alguns momentos. O Partido orientou uma decisão unitária tanto para a Câmara dos Deputados quanto para o Senado.

Quanto à votação do salário mínimo, jamais poderemos dizer quem ganhou ou perdeu, pois se tratava de cálculos diferentes. Quero respeitá-los e confiar nos cálculos de todos. Quem tem razão: os que propuseram R\$320,00, R\$300,00, R\$280,00, R\$275,00 ou R\$260,00? Todos apresentaram fontes.

Infelizmente, o Senador Paulo Paim saiu, mas eu gostaria de lhe dizer que observasse a trajetória do tratamento do embate político na Câmara dos Deputados e no Senado. S. Ex^a, naquela época, precisou fazer greve de fome, passeatas, vigílias e tomar uma série de outras atitudes para convencer a Casa dos cálculos que tinha feito. Houve uma grande repercussão na imprensa: “Ah, estão tentando o corromper o parlamentar fulano de tal e não sei o quê!” Esses são fatos da vida, da política, quem quiser acreditar que acredite. Não quero tratar o assunto sob essa perspectiva.

Quanto aos R\$275,00, calculados pela Comissão Mista criada pelo Senado e pela Câmara, o que poderemos conceder daqui para a frente? É possível pagar-se esse valor? É claro que sim, mas devemos definir a fonte desse pagamento.

Os números que li em um dos relatórios achei desprezíveis, embora isso pareça uma oposição infantil. Como foi bem lembrado, vir para cá com um saquinho de leite, com um pãozinho na mão seria desprezível e quero parabenizar a Oposição por não ter tratado o assunto nesse nível, mas não nos podemos reduzir a observações como: “Olha, tira do avião, da suplementação financeira e não sei de qual fonte que foi apresentada”. Ora, não é possível esse tratamento.

Sou Relator do PL nº 7, que trata da suplementação financeira para as Forças Armadas, em que está embutido o valor de aquisição do avião presidencial. Então, não podemos aqui tratar do avião do Presidente, mas sim do avião presidencial. Aliás, todos nesta Casa conhecem a real situação do “sucato”, como muitos o denominam, um problema de quase 30 anos, além de ser um avião de segunda mão. Então, não dá para tratarmos disso.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de saber de onde vamos tirar o recurso para complementar os R\$275,00 proposto pelo Senado Federal?

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, para, em seguida, continuar o meu pensamento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Sibá Machado, em primeiro lugar, quero registrar a felicidade de o Piauí ser majoritário no Plenário, nesta manhã. V. Ex^a, que embora represente o Acre, nasceu no Piauí; o Senador Alberto Silva, que preside a sessão, e eu, representante do Piauí, aqui fortalecido pela presença sempre agradável e competente da Senadora Lúcia Vânia. Quero parabenizar V. Ex^a pelo início do seu pronunciamento. V. Ex^a é um andarilho social. Saiu das barrancas do rio Parnaíba, lá de sua querida União, e foi, enfrentando e vendo a dor do nordestino, andando em direção ao sul. Passou, como disse há pouco, pelo Tocantins. Trouxe na bagagem muitos selos e muitas experiências. E, como tantos brasileiros, se desencantou com o sul e voltou para o Norte, para triunfar. Hoje, V. Ex^a é Senador da República, representando o Estado do Acre, substituindo a extraordinária figura que é a Senadora Marina Silva. Quero dizer a V. Ex^a que uma das grandes alegrias e emoções que tive, recém-eleito Senador, foi, no aeroporto do Rio de Janeiro, encontrar-me com um conterrâneo seu – digamos assim, já que V. Ex^a, embora de direito seja do Piauí, de fato é do Acre, e

vice-versa, não importa –, que me perguntou se eu lhe conhecia. Eu disse que não. “Ah, Senador, o senhor vai ter agora um grande Senador da República; embora seja piauiense, o senhor vai ver que homem de fibra.” De que partido ele é? Foi coligação? “Não, ele é PT genuíno” – nenhuma referência ao presidente do Partido; genuíno na maneira de defender. Mas, o que ele defende? “Rompimento com o FMI, salário mínimo justo para os brasileiros e fim do acordo com a Alca. O senhor vai ter muito trabalho com ele lá no Senado.” Nos primeiros dias, quero dizer que fiquei lhe vendo assim com muito cuidado, com muita reserva e profundamente assustado: esta fera vai defender o rompimento com o FMI e vai ter problemas com o próprio Governo; vai defender o salário mínimo e vai criar problemas para o Governo dele; vai defender o rompimento com a Alca e vai tentar isolar o Brasil do resto do mundo, mas é problema dele, que vai ser Governo, mas vai ser coerente com o que pregou ao longo da vida. Tenho certeza de que o discurso de V. Ex^a é aquele vivido em todos os movimentos sociais por que V. Ex^a passou nessa sua brilhante trajetória, quer seja em sindicato, quer seja na Igreja, onde V. Ex^a é uma liderança expressiva nos movimentos que participa. Uma das grandes dificuldades que tivemos em campanha eleitoral recente foi quando a Igreja encampou, junto com o PT, a bandeira do fim do diálogo com a Alca e a defesa do salário mínimo. Quando a gente vem para cá e discute a incoerência, me vem à cabeça o velho Billy Blanco: “O que dá para rir, dá para chorar”. Senador, brilhantemente, V. Ex^a mostra, com todos os números da lógica, que esse salário mínimo é possível, o que foi dado – se bem que a diferença entre R\$270,00 ou R\$260,00 é absorvida. Passamos, Senador, oito anos tentando mostrar ao Partido de V. Ex^a que o salário mínimo possível era aquele que foi dado, e o Partido de V. Ex^a nos acusava de estar reduzindo o salário mínimo do povo brasileiro, porque estávamos vendidos e comprometidos com o FMI, quando, na realidade, é o Governo de V. Ex^a, o Partido de V. Ex^a que tem sido mais dócil com o FMI nos últimos anos. “O que dá para rir, dá para chorar”. A grande diferença, Senador, é que nas nossas discussões de antigamente o que prevalecia no Plenário era a bagunça: jogar dinheiro das galerias; subir para tribuna carregando um caminhãozinho de fruta; lideranças importantes entrando no Plenário com carro de supermercado para fazer comparativos. E o apitão? Quem não se lembra daquela famosa reunião, nobre Senadora Lúcia Vânia, do apitão! Então, V. Ex^a, que é um homem seguidor da Bíblia, sabe que o homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada. O que os senhores estão pagando

é exatamente o preço da irresponsabilidade cometida quando estavam na Oposição, ao tentarem jogar todos nós, que éramos governo naquele momento, na vala comum dos irresponsáveis. Será que quem mudou foi o Malan, ou foi o Palocci, ou foi a realidade internacional? Por que o Palocci não dá o aumento e fincou o pé? Foi por que está comprometido com o FMI ou por que sabe que neste mundo globalizado a única saída que temos é manter as contas ajustadas e, acima de tudo, controladas? Parabenizo V. Ex^a. E tenho certeza de que tem razão. Será um crime, um atentado, o PT punir o Senador Paulo Paim ou os outros dois que votaram contra. Senão, isso vai trazer de volta aquele velho decalque, Senador Paulo Paim, que os partidos de Oposição distribuíam na época da ditadura: “O último que sair, apague a luz”, combatendo o “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Ou o PT é mais flexível com os que são coerentes, ou vai ficar gritando sozinho. Punir os que são coerentes com os 25 anos de luta, de história, é um crime. Não fazer todos eles de vítimas e de heróis daqui a dois anos, nas próximas sucessões estaduais. Escute o que estou dizendo a V. Ex^a. Eu só espero que aquele alerta que me fez o nosso conterrâneo, que hoje mora no Rio de Janeiro, sobre a coerência de V. Ex^a não frustrasse a minha expectativa. No mais, parabenizo V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que profere.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a dispõe de um minuto para concluir o seu pronunciamento, em virtude de a Senadora Vânia Lúcia também estar inscrita. Portanto, conclua o discurso de V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Continuo dizendo que na democracia interna do PT foram duas coisas completamente diferentes, absolutamente diferentes. Aliás, a coisa mais bonita no ser humano é sua capacidade de se adaptar às suas realidades. Havia uma realidade instalada naquela época, e eu considero que o que foi feito estava coerente com a realidade instalada. Atualmente estamos vivendo uma outra realidade, e continuamos coerentes com a realidade instalada neste momento.

Sr. Presidente, agradeço muito o aparte do Senador Heráclito Fortes. Parte do que eu imaginava ainda falar deixo para a semana que vem. No entanto, neste último instante, quero dizer da minha alegria e da minha satisfação de, no dia 28 próximo, no Acre, se Deus quiser, colocarmos para funcionar o primeiro ônibus intermunicipal movido a óleo à

base de buri. Plagiando a idéia de V. Ex^a, também vamos colocar em funcionamento um grupo gerador à base de óleo *diesel* reciclado do plástico e ainda um segundo grupo gerador, que vai funcionar com óleo *diesel* a partir de óleos lubrificantes, também reciclados.

Estarão presentes no evento a Ministra Marina Silva; o Governador do Estado, Jorge Viana; o Presidente Nacional do Incra, Rolf Hackbart; o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, e muitas outras pessoas.

Convido V. Ex^a para estar conosco naquela solenidade, o que é motivo de saudação para aqueles que têm coragem de inovar idéias e colocá-las em prática.

Por último, também comungo da idéia apresentada aqui pelo Senador Eduardo Siqueira Campos quanto à situação da PEC nº 55-A, que trata dos Vereadores. Penso também que o Brasil vive uma situação de equilíbrio de sua democracia. Muitas iniciativas estão sendo feitas, e essa é mais uma sobre a qual gostaria de me pronunciar mais profundamente na próxima semana, se Deus quiser, na terça-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, e Alberto Silva, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Antes de passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia, quero parabenizar V. Ex^a, Senador Sibá Machado, e sua família por tudo o que V. Ex^a representa – e também me refiro ao Senador Heráclito Fortes. Sinto-me muito honrado pelas referências feitas à minha pessoa, quando V. Ex^a morava no Piauí. Cumprimento V. Ex^a pelo êxito do empreendimento do biodiesel. Se Deus quiser, farei todo o possível para estar presente no evento, porque também sou uma pessoa que acredita na inovação. Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após a votação do salário mínimo ontem e a vitória do substitutivo do Senador César Borges, que elevou o salário mínimo para R\$275,00 – e não para R\$260,00, como queria o Governo –, muitas pessoas que acompanharam a votação pela TV Senado têm expressado suas opiniões por *e-mails*, por fax e pela Voz do Cidadão.

A maioria dos que têm enviado suas mensagens mostra-se indignada com o impasse criado pelo Governo para elevar em R\$15,00 a mais do que a proposta original o valor do salário mínimo.

Nada, porém, feriu mais a inteligência do povo brasileiro – segundo as opiniões enviadas – do que o argumento utilizado por alguns Parlamentares da base governista de que o Bolsa-Família cumpriria papel complementar ao salário mínimo. É preciso deixar bem claro o que está acontecendo com o Bolsa-Família, maximizado pelo **marketing** governamental, não tendo seus efeitos – o que é mais grave – sentidos pela população. O que deixa a população indignada é, exatamente, o Governo falar da importância desse salário-família, sem que, ao mesmo tempo, sejam sentidos seus efeitos nas comunidades.

É preciso fazer as contas. São 47 milhões de brasileiros que recebem o salário mínimo, entre pensionistas, inativos e ativos. Dezesete milhões de trabalhadores na ativa recebem um salário mínimo. Desses 17 milhões, 11 milhões têm filhos em idade entre 0 a 15 anos; e, dos 11 milhões com filhos em idade entre 0 a 15 anos, 6,5 milhões já recebiam algum tipo de transferência de renda. Desses 6,5 milhões que já recebiam um tipo de transferência de renda, apenas 3,5 milhões recebem o Bolsa-Família, o que é uma insignificância no universo daqueles que recebem um salário mínimo. Daí por que a indignação da população ao ver o Governo utilizar o argumento de que o Bolsa-Família cumpriria o papel de transferência de renda, de desconcentração de renda, o que representaria o aumento do salário mínimo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a diferença de R\$15,00 aprovada ontem não é, como se vê, tão insignificante assim. O valor do benefício dos programas de transferência de renda, como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, criados pelo Governo anterior e mantidos pelo Governo Lula, é de exatamente R\$15,00 por criança, o que significa algo importante para as famílias de baixa renda, principalmente no que diz respeito à compra de alimentos.

Vou repetir o que muitos dos meus Pares aqui já fizeram. O que causa decepção, indignação, não é o Governo vir aqui e dizer que não pode aumentar o salário mínimo neste ano e se comprometer no futuro. O que causa indignação é a falácia em torno de dados que são apresentados aqui e que não são verdadeiros, são argumentações que ferem a inteligência daqueles que estão aqui, daqueles que têm experiência, daqueles que trabalham.

É muito complicado para o povo brasileiro entender que há um excesso de arrecadação, que há um cumprimento excessivo em relação aos compro-

missos com o FMI e que, no entanto, os programas sociais não possam ser liberados para chegarem à população mais pobre. É isso que causa a maior indignação. Todos os brasileiros sabem que o Governo se instalou há pouco tempo. Todos entendemos que é preciso ajudar e colaborar com o Governo. O que não entendemos é a forma com que o Governo apresenta os seus argumentos.

O que fere não é o fato de o Governo simplesmente defender o seu ponto de vista, mas o conjunto de ações que está mexendo com a vida dos brasileiros, principalmente com a dos mais pobres. Para confirmar o que estou dizendo, relembro a análise feita pelo Tribunal de Contas da União nesta semana, quando aprovou as contas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O relatório traz números desalentadores para um Governo que foi eleito sob a garantia de que iria provocar uma transformação social no País.

O TCU informa que, em 2003, a renda média do trabalhador brasileiro atingiu o nível mais baixo dos últimos dez anos, caindo de R\$1.210,00, em 2002, para R\$910,00 no ano passado.

O relatório constata ainda que o primeiro ano do Governo do Presidente Lula foi trágico para os trabalhadores e bom para o sistema financeiro. O desemprego foi aprofundado, e o Governo falhou enormemente na questão social, deixando de cumprir metas na área de saúde, na área de educação e na reforma agrária.

Por causa disso, o relatório vai propor a aprovação das contas do Governo, mas com ressalvas e recomendações para a correção de rumos. E isso vem, sem dúvida alguma, corroborar o que eu disse aqui. O que choca o povo brasileiro é o fato de o Governo ter essa reação durante esta semana em relação ao aumento de R\$15,00 no salário mínimo, de haver uma contração nunca vista na economia nesses últimos tempos e de, ao mesmo tempo, haver um aumento gradativo do índice de desemprego. Enquanto tudo isso acontece, não há, paralelamente, nenhum programa emergencial funcionando regularmente para minimizar o sofrimento das pessoas mais pobres.

Vale ressaltar, entretanto, que os dados mais importantes do relatório do Tribunal de Contas da União não estão ali divulgados.

O que realmente importa é constatar, mais uma vez, que o Governo não tinha, não tem e possivelmente não terá um projeto social para o País, como tantas vezes temos denunciado desta tribuna.

A falta de rumo e de perspectiva assusta a população. Exemplo disso é a mensagem que recebemos esta manhã. Leitor do jornal **O Estado de S.Paulo**

mostra-se extremamente preocupado com o relatório do Tribunal de Contas da União e indaga: “se subiram tanto assim os impostos, por que, em contrapartida, não se vêem benefícios? Muito pelo contrário, estamos cada vez mais à nossa própria sorte, desamparados pelo que se chama hoje de governo”.

O desalento desse senhor é o mesmo de grande parte da população que assiste, surpresa e assustada, às decisões que o Presidente Lula e seus Ministros tomam diariamente. São decisões que tornam a vida dos brasileiros cada dia mais difícil, como a que levou milhares de aposentados e pensionistas para as filas do INSS, para provar que estavam vivos, ou a dos cortes do Orçamento, reduzindo verbas para programas como o Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, anteontem evidenciado pelo Jornal Nacional.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o Prefeito da cidade de Formosa, Sebastião Guimarães, e sua mulher, Nara, pelo trabalho magnífico que têm feito com as crianças, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, tirando-as do trabalho e mostrando que, quando se tem vontade e sensibilidade, um programa pode dar certo. Felizmente, no meu Estado de Goiás, o Peti é um sucesso.

Mais uma vez, desta tribuna, alerto o Governo para que atente para esse programa e veja o sucesso das crianças que saíram do trabalho e estão na escola, desenvolvendo suas habilidades. Tenho certeza de que elas, amanhã, serão adultos com muito mais capacidade para exercer qualquer função.

Cabe, portanto, ao Governo, no tempo que lhe resta, vencer o maior desafio, que é recobrar a confiança do povo brasileiro, que lhe outorgou poder, acreditando em tantas promessas ainda não-cumpridas e, acima de tudo, na idéia de que um Governo nascido no seio dos trabalhadores lhe devolveria a força e a esperança.

O que se vê hoje é o povo brasileiro não mais acreditando nos políticos, nos homens públicos e nas campanhas políticas carregadas de promessas, já que aqueles que vão para o Governo não assumem os princípios defendidos nos palanques.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Alberto Silva, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alberto Silva.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 788, DE 2004

Tendo sido designado por Vossa Excelência, requerido, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 18 de junho, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar da palestra a ser proferida pelo Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, na Escola Superior de Advocacia do Amapá – SAAP, na cidade de Macapá.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2004. – Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT-RS) – Com referência ao requerimento que acaba de ser lido, em razão de a missão ocorrer hoje, a Presidência defere a solicitação do Senador Papaléo Paes, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – PT-RS) – sobre mesa requerimento que será ido pelo Sr. 1º secretário em exercício, Senador Alberto Silva.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 789, DE 2004

Tendo sido designado por Vossa Excelência, requerido, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 21 de junho, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar da 4ª Feira Nacional do Livro que será realizada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2004. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos requerimentos que acabam de ser lidos, em razão de as missões ocorrerem hoje e no dia 21 próximo, a Presidência defere as solicitações dos Senadores Papaléo Paes e Romeu Tuma, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Paulo Paim, a Srª Senadora Fátima Cleide e os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Leonel Pavan, Alvaro Dias, Teotonio Vilela Filho, Sérgio Guerra e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto do art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, no último mês de março os trabalhadores metroferrovários ligados à CBTU (Companhia brasileira

de Trens Urbanos), iniciaram as mobilizações em torno da campanha salarial. Essas mobilizações envolvem cerca de três mil trabalhadores distribuídos nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Após vários dias de expectativas a Administração Central da CBTU no Rio de Janeiro, marcou o início das negociações para o dia 3 de maio, dois dias após a data base da categoria, porém, para nossa surpresa a data foi adiada de forma unilateral pela empresa para o dia 10 e depois para o dia 17 de maio, após muita pressão dos trabalhadores, que ficaram revoltados com a postura desrespeitosa da direção da CBTU.

A pauta de reivindicações dos trabalhadores é composta por 123 cláusulas, das quais a empresa atendeu apenas 80% (as chamadas cláusulas sociais), ficando de fora as cláusulas econômicas. Além de alterar de forma arbitrária o acordo vigente que garantia aos trabalhadores a estabilidade no emprego.

Na primeira rodada de negociação, a direção da CBTU apresentou a seguinte proposta econômica: um abono único de R\$542,65 (quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), correção de R\$0,53 (cinquenta e três centavos) no valor do tíquete ou um nível salarial para todos os empregados, o que equivale a cerca de 3% de reposição salarial, índice que fica muito abaixo da inflação do período, que chegou a 6,74%.

Diante desse impasse e vendo que a empresa não apresentava qualquer alternativa de avanço, os trabalhadores entraram em greve nos estados de MG, PE, BA, AL, PB e RN no dia 31 de maio por tempo indeterminado. Greve esta que foi suspensa no dia 8 de junho, com exceção do Sindicato dos metroviários de Belo Horizonte (MG).

Em função da greve, a CBTU reformulou sua posição apresentando a seguinte proposta: abono de R\$84,00 (oitenta e quatro reais) e aumento de R\$1,00 (um real), no valor do tíquete. O abono proposto seria aplicado sem nenhuma incidência sobre os salários e incorporado ao salário na próxima data base, ou seja, 1º de maio de 2005.

Também devido às greves desencadeadas nos estados a CBTU entrou com pedido de dissídio coletivo, sendo marcada a primeira audiência pelo TST, no dia 17 de junho de 2004, audiência essa que foi antecipada para ontem, dia 14 de junho, às 15 horas, aqui em Brasília.

Nessa reunião, o juiz indicado para a conciliação propôs a concessão de um abono de R\$80,00, a ser incorporado após 12 meses, um outro abono de

R\$55,00, seco, sem incidir sobre nenhuma vantagem ou rendimento, remetendo para uma nova negociação entre a empresa e os trabalhadores as questões do ticket alimentação e do plano de saúde.

Os trabalhadores concordaram com a proposta do juiz, mas ela ainda será objeto de exame amanhã, quarta-feira, dia 16, na sede da CBTU, no Rio de Janeiro, durante reunião entre representantes da empresa e dos sindicatos.

Se as partes se entenderem, o acordo poderá ser sacramentado em outra audiência de conciliação que já está marcada para sexta-feira, dia 18, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Se não houver acordo, essa mesma reunião servirá para dissídio coletivo.

Diante desse avanço nas negociações, deixo aqui meu apelo para que a CBTU também concorde com a proposta conciliatória que devolve aos trabalhadores metroferroviários um pouco da dignidade que foi lhes subtraída com as políticas de arrocho salarial.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a Comissão Externa do Senado que examina conflitos fundiários em terras indígenas, já apresentou relatórios sobre conflitos em Roraima e Mato Grosso do Sul, agora examina o conflito centrado na disputa pela exploração de diamantes na reserva Roosevelt, do povo Cinta Larga. Em função disso, visita hoje o estado de Rondônia.

Convidada a acompanhar essa visita, lamentavelmente estou pessoalmente impedida de fazê-lo, devido a internamento hospitalar a que tenho de me submeter neste fim de semana, a partir de hoje.

Contudo, além de publicamente justificar minha ausência, quero chamar a atenção para alguns aspectos dessa delicada questão, que referencia toda uma discussão no Executivo e no Congresso Nacional sobre mineração em terras indígenas e, em sentido mais amplo, sobre o relacionamento do Estado e da sociedade brasileira com as comunidades indígenas, seus direitos naturais e constitucionais, e suas práticas e projetos em relação aos recursos em seus territórios.

Nesse sentido, quero ressaltar, em primeiro lugar que, em se tratando de iniciativas que envolvam diretamente os direitos e interesses de comunidades indígenas, temos o dever de contatá-las diretamente, ouvir com atenção e respeito as suas lideranças e organizações.

Para além do contato direto com a comunidade da reserva Roosevelt, recomendo, particularmente,

a devida consideração dessa Comissão e das autoridades rondonienses, ao documento, produzido em assembléia geral indígena, que se deu em 27 e 28 de maio passado, em Porto Velho, sob a coordenação da Cunpir – entidade que articula o conjunto das organizações indígenas de Rondônia e região circunvizinha.

Esse documento dirige-se às autoridades e à sociedade brasileiras para os temas que mais afligem as comunidades indígenas de Rondônia neste momento, sendo o caso Cinta Larga o tema mais demoradamente debatido na e o que mereceu maior destaque em seu documento final.

Ali, os representantes de 47 etnias de nossa região, traçam um breve histórico do que tem sido a relação dos Cinta Larga, desde ao anos 60, sob a violenta ação de empresas seringalistas, dos projetos agropecuários, construção de estradas, e a criação do Polonoeste.

Lembram que uma CPI, de 1960, encheu cinco mil páginas com registros de como fazendeiros e funcionários de governo dizimaram milhares de índios com alimentos envenenados com arsênico, bombas de dinamite e brinquedos contaminados com vírus de gripe, sarampo e varíola que eram lançados de avião sobre as aldeias Cinta Larga. Nos anos 80, foi vez da exploração ilegal de madeiras nobres. A partir de 1999, a garimpagem de diamantes.

Dessa fase mais recente, os Cinta Larga, após três anos de agressões e traições, compreenderam que as parcerias com “brancos” lhes era drasticamente prejudicial – social, cultural, ambiental e economicamente. E, a partir dessa experiência, desistiram decididamente de todas as parcerias até então tentadas. Desde então, passaram a sofrer redobrada campanha de invasões e calúnias: estudantes Cinta Larga tiveram de abandonar a escola, seus líderes são perseguidos, impedidos de circular livremente pelas cidades, acusados injustamente de envolvimento em diversos crimes e vitimados por violenta campanha difamatória – que atinge indistintamente os índios das diferentes etnias de toda a região.

Assim, sob histórico abandono à crueldade da ambição capitalista, invisíveis aos olhos do Estado, da Justiça e da Sociedade brasileira, gestou-se o conflito que culminou no lastimável confronto com garimpeiros em 7 de abril passado.

Como corretamente aponta o documento da Cunpir, as declarações dos garimpeiros – tantas vezes usadas contra os índios nas audiências públicas que se realizam em Brasília – confirmam os crimes organizados por grupos mineradores e contrabandistas, que patrocina o armamento dos garimpeiros, a cor-

rupção e o assédio às lideranças indígenas, a invasão e o confronto direto contra os Cinta Larga em seu próprio território.

Mais que isso, as comunidades indígenas de Rondônia e região circunvizinha consideram criminosa a campanha que tenta convencer a população brasileira de que os diamantes nas terras Cinta Larga possam pagar nossa dívida externa ou suprir a miséria dos famintos – já que, há 500 anos, tem-se transformado em fome, escassez e degradação toda a fartura que herdamos de seus hábitos milenares nos territórios que ocupam.

Na reserva Roosevelt, tenho certeza que os parlamentares encontrarão as lideranças ainda altivas, apesar de todos os problemas que têm vivido nos últimos meses. Aborrecidos com a sucessão de acontecimentos que lhes tolhe a liberdade e lhes ameaça a vida, pessoal e coletivamente, não estão abatidos. Ao contrário, mantêm-se mobilizados, concentrados em definir e implementar as soluções para seus problemas em curto, médio e longo prazos.

Conscientes de sua realidade e de seus direitos, produzem, eles mesmos e a partir de sua própria história, a orientação de sua luta para superar as adversidades do presente e construir um futuro mais tranquilo. Eles acreditam em sua própria capacidade e confiam no Governo Lula – segundo eles mesmos, “o único Governo que se dignou a ouvir os índios”.

Acreditam que, dentro do Governo Federal, há setores sensíveis à participação indígena, e confiam que terão acesso às instâncias centrais das decisões políticas, em Brasília, para encaminhar seu projeto de autogestão para a garimpagem de diamantes. Dispõem-se a servir de experiência-modelo de mineração indígena, com vistas a orientar a regulamentação e o trato formal com essa questão em relação às demais comunidades indígenas igualmente pressionadas pelo extrativismo predatório de recursos naturais implementado pela sociedade envolvente, com graves prejuízos sociais e culturais.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o modelo de desenvolvimento implementado em Rondônia nos últimas décadas, baseado na exploração desordenada e predatória de recursos naturais, atualmente só encontra concentração relevante dessa matéria prima em áreas indígenas.

Do que foi invadido e tomado dos nativos daquela região, como no resto do País, resta muito pouco – o próprio Ibama reconhece esta realidade e a comprova com números e dados irrefutáveis. Mantendo pelos mesmos padrões que adotamos até aqui, em 10 ou 15 anos não restarão recursos, nem índios – apenas

nós, sobre a terra arrasada, amargando nossa triste história.

Os Cinto Larga têm os mais justos motivos para não adotar nossos modos de utilização de recursos e distribuição de riqueza. No entanto, apesar de agredidos, ameaçados e traídos, muitas vezes e de muitas maneiras, exceto em situação extrema de legítima defesa, ainda tratam “os brancos” com cordialidade e respeito, sem medo ou submissão; com cuidado, mas sem preconceito ou agressividade, e têm esperanças no bom senso, no amor à vida e à natureza.

Portanto desejo e pressuponho que a visita da Comissão Externa do Senado ao meu querido estado de Rondônia se dê sob a inspiração da justiça e da solidariedade, de modo a somar, com amorosa honestidade, o movimento da sociedade rondoniense no sentido de corrigir a rota equivocada do desenvolvimento predatório e desordenado que acomete nossa região.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “populismo no ensino superior”: Este é o título do artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 30 de maio do corrente e que é assinado por Paulo Renato Souza, ex-Ministro da Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O autor, em seu artigo, mostra que as medidas recentemente anunciadas pelo Governo na área do ensino superior podem comprometer a qualidade construída ao longo de várias décadas em nossas instituições públicas de ensino. Isso tudo em nome de uma suposta democratização no acesso a esse nível de ensino.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Populismo no ensino superior

O Estado de S. Paulo

30-5-04

Três conjuntos de medidas recentemente anunciadas pelo governo na área do ensino superior ameaçam interromper o processo de expansão com melhoria da

qualidade que se iniciou em 1995 e podem comprometer a qualidade construída ao longo de várias décadas em nossas melhores instituições públicas. Isso tudo em nome de uma suposta democratização no acesso a esse nível de ensino, que já vinha ocorrendo a passos largos sem, contudo, provocar diminuição da qualidade acadêmica. Dois desses conjuntos confirmam os temores que já expressei em artigos publicados neste mesmo espaço:

– Haverá mudanças na realização do Exame Nacional de Cursos, o Provão, agora rebatizado e que passará a ser trienal em cada área e por amostragem, deixando de ser universal para todos os formandos. Desta maneira se compromete gravemente a pertinência de seus resultados para avaliar os cursos superiores e o acesso da sociedade a informações simples e transparentes;

– Anuncia-se que a aprovação de novos cursos dependerá da demanda social em cada cidade ou região. Esta medida restringe a concorrência salutar entre instituições e retrocede a política de ensino superior às velhas práticas do antigo Conselho Federal de Educação, que criaram as reservas de mercado e tantos lucros proporcionaram aos empresários do ensino. Além disso, favorece escandalosamente as antigas universidades privadas, que em função de sua autonomia não necessitam pedir licença a ninguém para abrir novos cursos.

O terceiro, depois de vários balões-de-ensaio lançados, acaba de ser remetido ao Congresso Nacional e define o processo de compra de vagas nas instituições privadas – sob o nome pomposo de Universidade para Todos – e estabelece cotas no acesso às instituições federais. Nas instituições privadas que aderirem ao programa, pretende-se adquirir 10% de suas vagas mediante a isenção de impostos e, nas filantrópicas, pretende-se a ocupação de 20% de suas vagas por alunos oriundos de famílias com até um salário mínimo per capita. As matrículas nas instituições privadas de ensino se expandiram em 116% entre 1994 e 2002, o que significa que estão tendo acesso ao ensino superior segmentos antes excluídos. Os dados do último Provão mostram que cerca de 10% dos alunos das instituições privadas e 20% das públicas são constituídos de pessoas que provêm de famílias que têm uma renda familiar de até três salários mínimos. Estas porcentagens se referem aos formandos, ou seja, aos que ingres-

saram há quatro anos ou mais no ensino superior. Nos atuais ingressantes as proporções já devem ser bem maiores. O problema aqui, portanto, não é garantir o acesso, mas sim garantir o financiamento ao aluno carente.

A opção adotada pelo governo é a mais atrasada possível: a isenção de impostos ou contribuições. Perdeu-se, assim, uma grande oportunidade para que se desse mais transparência e modernidade à concessão de benefícios sociais, vinculando a retribuição dos educacionais aos serviços efetivamente prestados. Criar novas isenções é ampliar um sistema que tem historicamente estimulado a burla da legislação tributária e a falta de transparência.

Nas instituições federais, pretende-se reservar 50% das vagas a alunos oriundos de escolas públicas. Fosse essa a única determinação, o prejuízo do critério de mérito na seleção para ingresso nas instituições de ensino não seria muito grande, pois se estaria ainda fazendo uma seleção entre os melhores alunos das escolas públicas. Há, contudo, dois pontos adicionais que vão distorcer gravemente o processo de seleção para ingresso nessas instituições: a cota deve ser aplicada no ingresso a cada curso e turno e são estabelecidas subcotas por raça autodeclarada, segundo a proporção em relação à população total registrada no censo do Estado em que se situa a instituição.

A combinação de todas essas variáveis haverá de fazer com que o ingresso nas universidades federais se aparte bastante do que seria se fossem aplicados critérios puramente de mérito acadêmico.

Como também já tive oportunidade de destacar neste espaço, o acesso à universidade só será democratizado de fato quando todos os jovens tiverem condições de cursar um ensino médio de boa qualidade, seja público ou privado. Enquanto não chegamos à eliminação dessas diferenças, devem ser adotadas algumas ações afirmativas importantes que não colidem com o critério de mérito na seleção de alunos. O apoio financeiro a cursos pré-vestibulares gratuitos dirigidos aos pobres, afrodescendentes e indígenas me parece, hoje, a mais oportuna. Isso foi iniciado no governo passado e tem sido seguido, diga-se de passagem, no atual. Para aplicar outras medidas paliativas é preciso estar seguro de que seus efeitos negativos não venham a ser maiores do que o alívio que podem eventualmente proporcionar e que não substituam as soluções definitivas.

Uma boa universidade se faz com bons professores e com bons alunos. Nosso país seguiu até agora um modelo seletivo no ingresso às instituições públicas que garantiu a manutenção de sua qualidade acadêmica. Em outros países latino-americanos, como a Argentina, o México e o Peru, o modelo foi outro. Eliminaram-se os exames de ingresso nas universidades públicas e passaram a ser admitidos todos os alunos formalmente qualificados. O resultado foi a expansão enorme das matrículas e a perda total de qualidade nessas instituições. Nesses países, o ensino de qualidade está nas universidades privadas. Quiçá venha a ser esse o resultado das medidas que o atual governo começa a adotar para as instituições públicas. Neste caso, não seria mais eficaz seguir o modelo de alguns de nossos vizinhos? Pelo menos se estaria beneficiando um maior número de pessoas.

Paulo Renato Souza, consultor, foi ministro da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso, gerente de Operações do BID, reitor da Unicamp e secretário de Educação do Estado de São Paulo no governo Franco Montoro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar as matérias publicadas nos jornais **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo** sobre as doações dos laboratórios farmacêuticos para a campanha do presidente Lula, em 2002.

As matérias tratam do vínculo do Partido dos Trabalhadores com os acusados de envolvimento em fraudes do Ministério da Saúde. O Secretário de Finanças do PT, Delúbio Soares, declarou que o Partido dos Trabalhadores jamais se comprometeu com a indústria farmacêutica a retribuir, no Governo, as doações feitas pelo setor à campanha do Presidente Lula. No entanto, as dúvidas, até agora, ainda são maiores que os esclarecimentos.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que as matérias relacionadas em anexo sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 8 sexta-feira, 4 de junho de 2004

BRASIL

FOLHA DE S. PAULO

OPERAÇÃO VAMPIRO Valor declarado por tesoureiro do PT não bate com levantamento da Folha; 'foi de maneira legal', afirma petista

Não importa quanto foi doado, diz Delúbio

RAYMUNDO COSTA
FERNANDO RODRIGUES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O secretário nacional de Finanças e Planejamento do PT, Delúbio Soares, afirmou que vai fazer uma varredura nas contas da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, para determinar precisamente qual foi o valor doado por laboratórios farmacêuticos e se há entre eles empresas da "mafia" que desviava recursos do Ministério da Saúde. O levantamento deve ficar pronto até quarta-feira.

As cifras que teriam sido doadas pelos laboratórios mencionadas até agora não batem. Levantamento feito pela Folha na prestação de contas da campanha contabilizou R\$ 1,075 milhão. Delúbio falou de um valor entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 1,6 milhão. "Mas eu tenho de ver. [...] Não importa quanto foi. O que importa é que doaram de maneira legal", afirmou ontem ele à Folha.

Delúbio também falou sobre as suspeitas de envolvimento do PT com acusados de envolvimento

Empresários, lobistas e servidores do ministério são acusados de integrar esquema de fraudes em licitações para compra de medicamentos da pasta, principalmente de hemoderivados

Segundo o Ministério Público e a PF, a quadrilha do sangue atuava desde o início dos anos 90 na Saúde

O esquema veio à tona em 2003, quando um dos empresários participantes de uma licitação denunciou violação de envelopes

O TCU, após investigação no ano passado, constatou a formação de cartel das empresas que participavam das licitações

em fraudes no Ministério da Saúde. Referiu-se especificamente ao seu relacionamento com Reginaldo Muniz Barreto (ex-diretor executivo do Fundo Nacional de Saúde) e Laerte Corrêa Júnior.

Este último é citado no depoimento prestado à PF, em 25 de

17 pessoas

foram presas, 15 delas já liberadas

R\$ 120 mi

é o prejuízo estimado desde 1997

PACOTE DA SAÚDE

O Ministério da Saúde anunciou anteontem um pacote de 11 medidas para ampliar o controle e a transparência nos processos licitatórios

maio, por Francisco Danúbio Honorato, empresário que, como Laerte, foi detido, mas já liberado.

Ele declara ter ouvido "comentários" de que Laerte teria autorização de Delúbio para solicitar dinheiro das empresas farmacêuticas e intermediar interesses delas

junto ao Ministério da Saúde.

Sobre isso, Delúbio declarou, no começo desta semana: "Não corresponde à verdade. Ninguém está autorizado a falar em nome do PT nem em meu nome. Você acha que sou maluco?"

Ontem, disse: "O Laerte presta consultoria — é assim que ele falava — para os laboratórios. Até então não havia nada que depusesse contra ninguém".

A Folha indagou a Delúbio se durante a eleição de 2002 ocorreu a ele e a outros dirigentes petistas alguma desconfiança de Laerte Corrêa. O tesoureiro respondeu:

"Na época, não. Ele até falava pouco. Estava sempre acompanhado. Quem falava era o representante oficial do laboratório".

Sobre Barreto, Delúbio disse conhecê-lo "há anos" e que espera poder "ter a tranquilidade de ele não estar envolvido nisso".

O tesoureiro também comentou um boato segundo o qual haveria uma foto de Laerte com o presidente Lula: "Que eu saiba, não tem".

Colaborou JURI DANTAS,
da Sucursal de Brasília

Empresa que doou à campanha de Lula é investigada

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma das empresas investigadas pela PF na Operação Vampiro, que apura fraudes em compras governamentais feitas pelo Ministério da Saúde, doou R\$ 100 mil ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na sua quarta tentativa de chegar à Presidência, em 2002.

A Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos é citada no relatório da PF entregue à Justiça em diálogos travados pelos suspeitos. O laboratório faz parte de um conjunto de sete empresas que, juntas, doaram R\$ 700 mil a Lula em 2002.

O valor consta da prestação de contas da campanha entregue à Justiça Eleitoral e representa 3,3% dos cerca de R\$ 21 milhões arrecadados por Lula.

As contas da candidatura petista foram aprovadas pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A cifra alcança R\$ 1,075 milhão, se computados os R\$ 375 mil doados ao comitê nacional do PT. Seis empresas fizeram doações ao órgão, além das sete que fizeram ao candidato. Dos 13 doadores, só a Cristalia está listada na Operação Vampiro.

O levantamento de doações ligadas à área farmacêutica foi feito pela Folha nas prestações de contas de Lula e do comitê nacional. Embora o comitê tenha sido criado para a candidatura do PT à Presidência, não é possível afirmar que o dinheiro doado pelas empresas da área farmacêutica foi gasto.

Do total de R\$ 18,3 milhões arrecadados pelo comitê financeiro, só R\$ 6,7 milhões foram repassados à conta da candidatura Lula. O restante serviu para pagar pessoal e mão-de-obra e para doações a comitês estaduais, para custear comícios do candidato. (JURIDANTAS)

Compras de genéricos são novo alvo da PF

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Polícia Federal começou a investigar a compra de medicamentos genéricos pelo Ministério da Saúde, como mais uma etapa da Operação Vampiro, que identificou fraudes na aquisição de derivados do sangue, insulina e preservativos masculinos.

A compra de genéricos é apenas mais uma ponta da atuação de uma suposta quadrilha, formada por servidores e representantes de laboratórios, localizada em postos-chave da pasta. Agora, os investigadores analisam todos os instrumentos de compra — faturação e compra emergencial — que possam ter o envolvimento dos acusados na Operação Vampiro.

No início da noite de ontem, a assessoria de imprensa do Ministério da Saúde não soube informar o valor gasto na compra de genéricos pela pasta.

Essa investigação faz parte da segunda etapa da Operação Vampiro, que compreende ainda uma devassa em todas as compras da Saúde, o mapeamento da rede de relacionamentos dos suspeitos e uma investigação sobre os representantes das empresas que têm contratos com a pasta.

Ex-diretor se diz vítima do 'jogo político'

DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE

O ex-diretor-executivo do Fundo Nacional de Saúde Reginaldo Muniz Barreto enviou carta a amigos em Recife (PE) negando seu envolvimento com o grupo suspeito de desviar recursos do Ministério da Saúde.

Para ele, "há um jogo bruto e pesado em torno da questão, relacionado à conjuntura eleitoral".

Na carta, de duas páginas, o ex-diretor e ex-secretário das Finanças da Prefeitura de Recife diz que nunca se importou com bens materiais e que sempre teve "uma vida anticorruptiva". Barreto foi exonerado no último dia 24, "preventivamente", pelo ex-companheiro de secretariado, hoje ministro da Saúde, Humberto Costa.

Ele reclama das reportagens publicadas sobre o assunto, da repercussão nacional e considera a acusação mais grave a de que teria recebido um suborno no valor de R\$ 723.800 para beneficiar um laboratório numa concorrência para a compra de insulina.

Ele diz que não mantém ligações com processos de aquisições do Ministério da Saúde desde julho de 2003, quando se desligou da área de compras.

No final da mensagem, declara que reivindicará a "reparação dos danos pessoais, materiais e morais" que afirma sofrer.

(FÁBIO GUIBU)

TERRAS

Mast promete voltar a fazenda onde houve conflito

Sem-terra preparam invasão com 2 mil pessoas em fazenda no Pontal

JOSÉ MARIA TOMAZELA

SOROCABA — O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) anunciou ontem a decisão de invadir a Fazenda Ponte Funda, em Presidente Epitácio, no Pontal do Paranapanema, de onde um grupo de militantes foi rechaçado a tiros, em tentativa de invasão, no dia 26 de maio. Na ocasião, 7 sem-terra ficaram feridos. A fazenda, de 3,3 mil hectares com 4 mil cabeças de gado, pertence à Agropecuária Ju-

bran, do empresário Samir Jubran, e é considerada produtiva pelo Incra. A nova invasão está sendo planejada e será executada "a qualquer momento", segundo o coordenador nacional do Mast, Lino de Macedo. "Desta vez, vamos com umas 2 mil pessoas", afirmou.

No primeiro ataque, foram mobilizados apenas 80 militantes. Segundo ele, a decisão de voltar à fazenda foi tomada em assembleia na terça-feira. O encontro reuniu líderes dos 18 acampamentos do Mast no Pontal e oeste paulista. Todos se dispuseram a ceder militantes para a ação. Segundo Macedo, a volta à fazenda onde os sem-terra foram recebidos à bala atende à pressão que os militantes vêm fazendo sobre os li-

deres por não aceitarem a impunidade dos agressores. "Até agora, o que temos são 7 sem-terra feridos. Ninguém foi preso, nenhuma arma foi apreendida e nada está sendo feito."

O líder disse que os sem-terra tomaram como uma humilhação a forma como foram colocados para fora da fazenda invadida. "Tornou-se uma questão de honra entrar naquelas terras, que já foram julgadas devolutas em primeira instância."

Ordem judicial — Com base nas ameaças do líder do Mast, advogados da União Democrática Ruralista (UDR) entraram com pedido de interdito proibitório em favor da Fazenda Ponte Funda, no Fórum de

Presidente Epitácio. O juiz Fernando Vianna acatou o pedido. A ordem judicial determina que os sem-terra se abstenham de entrar na fazenda.

Macedo disse que a ordem não será acatada e a ocupação vai ocorrer. "É uma decisão já tomada, só não vamos dizer o dia, nem a hora, por uma questão estratégica."

Sobre o risco de um novo conflito, alegou que a responsabilidade será das Polícias Civil e Militar e do próprio governo. "Os policiais foram lá e disseram que não há arma nenhuma, apesar dos fe-

ridos e apesar de terem apreendido um grande número de cartuchos usados." Ele se referia ao cumprimento de um mandado de busca de armas na fazenda, executado pela PM. Os policiais vistoriaram a propriedade e nada encontraram.

Segundo Macedo, a caminhonete usada na fuga pelos atiradores foi reconhecida como sendo da fazenda, mas nem chegou a ser apreendida ou vistoriada. "Se tiver arma, não vamos recuar, vai ter morte e vamos responsabilizar quem deveria estar agindo e não fez nada." Ma-

cedo disse que pelo menos cinco dos militantes que foram feridos vão participar da nova invasão. "Eles nos procuraram e estão loucos para voltar lá. Ninguém está com medo."

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que a ameaça do Mast é uma afronta à racionalidade. "Esse sujeito está anunciando que vai, deliberadamente, colocar em risco a vida de pessoas, tanto de um lado como do outro. Ele deveria ser preso." Nabhan afirmou ter pedido proteção policial à fazenda. "Tem famílias e trabalhadores morando lá, não há dúvida de que a integridade dessas pessoas está ameaçada."

UDR VAI À JUSTIÇA PARA EVITAR INVASÃO

A10 - O ESTADO DE SÃO PAULO

NACIONAL
INVESTIGAÇÃO

SEXTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2004

'Não vamos encobrir nada', diz tesoureiro do PT

Delúbio afirma que governo não prometeu retribuir doações feitas por laboratórios em 2002

VANILDO MENDES

BRASÍLIA - O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, afirmou ontem que jamais o partido se comprometeu com a indústria farmacêutica a retribuir, no governo, as doações feitas pelo setor para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência. Ele disse que o governo deveria ser cumprimentado por acabar com a máfia que fraudava licitações no Ministério da Saúde e por combater a corrupção. "Não vamos encobrir nada. Levamos 20 anos para ganhar a eleição. Queremos um País sem corrupção e sem desperdício de dinheiro público", enfatizou.

Segundo Delúbio, a direção do partido participou de um debate e de pelo menos três reuniões com os representantes de laboratórios para discutir a arrecadação de fundos para a campanha. Ele negou que o empresário Laerte de Arruda Correia Júnior, presidente do Sindicato da Indústria Farmacêutica à época, tivesse permissão do PT para intermediar ou negociar as contribuições com empresários. "As doações eram de responsabilidade individual de cada laboratório", explicou.

Laerte, também conhecido como *Gordo*, está preso na Polícia Federal como integrante da quadrilha que fraudava licitações de hemoderivados da Saúde, desbaratada pela Operação Vampiro. O golpe teria causado prejuízo de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos, em dez anos. O Ministério Público e a PF apuraram que Laerte comandava um caixa 2 para campanhas eleitorais semelhante ao que Paulo César Farias, o PC, montou no governo Collor. O inquérito constatou que ele jogava duro e recorria a chantagens e ameaças.

ELE PROMETE
REVELAR
VALOR DAS
DOAÇÕES

Mesmo preso, Laerte usou a sócia Maria Tereza de Arruda Correia para tentar sacar na boca do caixa do banco R\$ 4,5 milhões de uma conta bloqueada pela Justiça. Pela ousadia, ele foi teve prisão preventiva decretada na terça-feira, depois de ter sido libertado da prisão temporária que havia cumprido.

O total arrecadado, pelos cálculos do tesoureiro, ficou em cerca de R\$ 1,5 milhão. Delúbio negou que seja amigo de Laerte, o qual alega ter conhecido na campanha, como representante do setor farmacêutico. O tesoureiro disse que vai levantar o número exato de empresas e o valor da doação de cada uma e disponibilizar os dados.

Compensação - O tesoureiro assegurou que, em todos encontros com a indústria farmacêutica, o partido deixou claro que não haveria retribuição após as eleições. "Dissemos com todas as letras: não imaginem que terão qualquer tipo de compensação."

Segundo Delúbio, o ministro da Saúde, Humberto Costa, agiu bem, em abril de 2003, ao perceber os primeiros sintomas de irregularidades na compra de hemoderivados. "Ele acionou imediatamente a Polícia Federal e o governo está apurando tudo a fundo. Não estamos protegendo ninguém, nem preocupados se há amigos envolvidos."

Delúbio comentou o envolvimento de um amigo pessoal com os fraudadores. Reginaldo Muniz Barreto, diretor afastado do Fundo Nacional da Saúde (FNS). "Não posso dizer se estou decepcionado porque o que há são suposições, que estão sendo apuradas. Aguardo o final da investigação para me manifestar." Os dois se conheceram há mais de 20 anos e militaram juntos na CUT. As investigações constataram que Reginaldo recebeu R\$ 723 mil para ratear com os servidores envolvidos em uma licitação.

Ex-diretor da Funasa nega suborno em e-mail a amigos

ANGELA LACERDA

RECIFE - O ex-diretor da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Reginaldo Muniz Barreto, afastado no dia 24 do Ministério da Saúde, por meio de exoneração preventiva, negou ter recebido suborno da máfia do sangue, e prometeu entrar na Justiça em busca de reparação por danos pessoais, materiais e morais provocados, segundo ele, por informações falsas noticiadas a seu respeito, que mancham sua honra e reputação e o colocam "inclusive, em perigo pessoal".

Sem dar entrevistas por orientação dos seus advogados, ele fez as afirmações em uma carta a amigos enviada por correio eletrônico, em que avalia que "há um jogo bruto e pesado em torno dessa questão, relacionado à conjuntura eleitoral".

"Tudo leva a crer que eu fui sacrificado em função desse jogo", diz ele no e-mail. Também considera "leviana e irresponsável a matéria da *Época*" em que aparece como suspeito, "com base em relatos da Polícia Federal, de ter recebido R\$ 723.800 a título de suborno para garantir que um determinado laboratório fosse beneficiado numa concorrência para compra de insulina".

"Não tenho nenhuma relação com esse ou qualquer outro processo de compras do Ministério da Saúde desde julho do ano passado", afirmou. "Aliás a denúncia de possível fraude na licitação de hemoderivados foi encaminhada à Polícia Federal, Ministério Público e Tribunal de Contas da

União justamente no período em que estive à frente da área de compras do ministério (março a julho de 2003)".

Perguntas - Muniz, que antes de ir para o Ministério da Saúde, foi secretário municipal de Finanças do Recife, frisou no e-mail que três perguntas devem ser feitas acerca da acusação de suborno feita a ele, com repercussão nacional e divulgação de sua imagem pela mídia. "1) Se a PF filiou, registrou a remessa e afirma que recebi o dinheiro, por que eu não fui preso ou sequer chamado a depor? 2) Por que a *Época*, TV Globo e toda a mídia não se fizeram essa pergunta antes de entrarem

E
QUESTIONA
ATUAÇÃO
DA PF

meu nome? 3) Por que eu não fui procurado?" Ele disse ter procurado, por iniciativa própria, na quinta-feira da semana passada, o juiz da 10.^a Vara da Justiça Federal, Cloves Barbosa

Siqueira, para saber por que sua conta bancária havia sido bloqueada.

"Disse a ele e aqui reafirmo que a minha conta bancária é conta salário e que meu patrimônio material é írisório. Meu Imposto de Renda reflete exatamente isso", defende-se. "Eu mesmo teria autorizado a quebra do meu sigilo bancário, fiscal e patrimonial. Ele disse que eu encaminhasse um pedido de revisão da decisão que ele examinaria, uma vez que o bloqueio de todas as contas foi o de evitar escape de dinheiro relacionado ao processo." De acordo com o e-mail, o juiz não informou o que havia contra ele porque não estava com o processo em mãos.

PF suspeita que acusado mexe em conta bancária

EDSON LUIZ

BRASÍLIA — Os principais envolvidos nas fraudes em concorrências no Ministério da Saúde podem estar realizando operações financeiras e com imóveis. A suspeita foi levantada depois de, horas antes de ter sua prisão preventiva decretada, na terça-feira, o empresário Laerte de Arruda Corrêa Júnior, acusado de ser um dos principais líderes da máfia do sangue, tentar sacar R\$ 840 mil de uma agência bancária de São Paulo.

Esta é a segunda vez que Arruda tenta fazer este tipo de operação. A primeira aconteceu há duas semanas, quando ele ainda estava preso provisoriamente na superintendência da Polícia Federal em Brasília e tentou retirar, em três transações no mesmo dia, R\$ 4,5 milhões. A PF descobriu mais uma empresa de Laerte, que continua foragido, apesar de seus advogados garantirem que ele se entregaria ontem.

Uma das principais preocupações da Polícia Federal é em localizar imóveis dos acusados, principalmente porque muitos estão em poder de taranjas. "Temos os bens que poderemos dizer que são visuais, mas não temos relações dos que ainda estão ocul-

tos", afirmou um investigador ligado à Operação Vampiro, que prendeu 17 pessoas envolvidas nas fraudes.

O caso mais recente é do próprio Laerte Arruda, que, apesar de estar com sua conta bancária pessoal e seus bens indisponíveis, tentou movimentar dinheiro em um banco de São Paulo, por meio da empresa MMV Consultoria e Participação, que está em nome de Maria Tereza Leonar-
da Morgoia de Arruda

A operação foi descoberta pelo Departamento de Recuperação de Ativos Ilícitos do Ministério da Justiça (DR-CI), que rastreou a transação, depois de avisado pelo gerente da agência, já que o montante ultrapassou R\$ 100 mil. No saque que iria fazer

nesta semana, o empresário utilizou-se de meio eletrônico, que também foi localizado pelas autoridades. A Polícia Federal suspeita de que Laerte pretendia sair do País, pelo fato de os recursos que estavam serem retirados é muito alto.

Um dos motivos da decretação da prisão preventiva do empresário foi justamente o fato de ele ter tentado sacar dinheiro quando estava preso e por não ter declarado seus bens na PF. "Este foi o principal exemplo de que temos que continuar fazendo um rastreamento minucioso nos bens de todos os acusados. Se o governo não detectasse a transação de duas semanas, com certeza não saberíamos que a empresa MMV era de Laerte", afirma o investigador.

ELIO GASPARÍ

Os laboratórios deram veneno ao PT

A Shell desiste

A Shell está planejando sua saída do negócio de distribuição de derivados de petróleo no Brasil. É o fim de um empreendimento de 91 anos, que se estende por 4.000 postos de gasolina. A providência faz parte de uma estratégia da multinacional, que decidiu enxugar seus negócios na América Latina. No caso brasileiro, a concha amarela continuará com seus empreendimentos de exploração e produção de petróleo na bacia de Campos.

Ela já vendeu 285 postos para a Agip, mas, se a Petrobras der bom preço, ficará com os demais.

Maravilha da globalização nacional. Anunciou-se a quebra do monopólio estatal e a liberalização do mercado de combustíveis. Tudo isso atrairia investidores estrangeiros. Conseguiu-se produzir o aparelhamento da Petrobras e a proliferação de bibocas predadoras na comercialização da gasolina.

Visão viperina

Previsão de uma víbora para a campanha pela Prefeitura de São Paulo:

"O comitê da campanha pela reeleição de Marta Suplicy é presidido pelo José Serra (com sua pontualidade). O comitê pela eleição de Serra é presidido pela Marta (com sua serenidade). O comportamento da Marta decidirá a eleição do Serra, e o do Serra, a da Marta".

O comissário-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, informou que, ao cabo de uma articulação conduzida pelo lobbista Laerte de Arruda Corrêa Jr. (o "Gordo", para os íntimos), os laboratórios farmacêuticos doaram cerca de R\$ 1,5 milhão à campanha de Lula. Isso é o que o companheiro diz e não há por que duvidar dele. A lista dos doadores entregue pelo PT ao Tribunal Superior Eleitoral soma R\$ 1 milhão em mimos dos laboratórios. Também não há por que deixar de acreditar nela. Está assinada por Delúbio. As duas cifras não batem, e o companheiro anunciou que vai explicar a discrepância.

Acreditando-se no que diz o comissário, os laboratórios farmacêuticos pingaram o equivalente a mais de 20% do custo da campanha de Lula na televisão. Segundo a prestação de contas do PT, todo o serviço de vídeo de Duda Mendonça saiu por R\$ 7 milhões.

Fica por conta do comissário Delúbio e do ministro Humberto Costa especular os motivos pelos quais Laerte/"Gordo" e os laboratórios depositaram suas doações à porta do comitê de Lula.

Começando pelo lobbista.

Ele foi mandado para a cadeia por estar metido nas fraudes de licitações feitas no Ministério da Saúde. Foi solto. A Justiça mandou prendê-lo de novo quando sua sócia tentou sacar R\$ 3,5 milhões de uma conta bancária. É o tesoureiro Delúbio quem conta: "Eu o conheci na campanha. Ele ia lá com vários empresários da área. Depois da eleição, veio várias vezes aqui no PT. Disse que queria ficar perto do PT, que queria filiar pessoas ao partido".

Eremildo é um idiota e há dias se perguntá se há uma semelhança entre Sérgio Buarque de Holanda e o "Gordo". Ambos decidiram "ficar perto" do PT. O idiota teme que haja uma enorme distância entre as duas proximidades. Tem muito petista que não sabe quem são seus atuais companheiros no esforço de recrutamento de novos militantes.

Pode-se admitir que cifras não batam e que os prontuários dos intermediários deixem a desejar. Sobram os doadores, os laboratórios.

Eles nunca revelaram os motivos e as políticas públicas que os estimularam a dar dinheiro à campanha de Lula. Eles financiaram o PT para

não terem José Serra no caminho. O candidato tucano encrencará com eles ao tempo em que foi ministro da Saúde. Uma briga na qual Serra defendeu publicamente o interesse da patuléia.

Um dos doadores de Lula, o laboratório Schering — não confundir com Schering Plough — é figurinha carimbada. É aquele do qual em 1998 saíram alguns milhares de cartelas do anticoncepcional Microvlar com farinha dentro. Quando souberam da anomalia, seus diretores calaram. Disso resultou que centenas de consumidoras engravidaram. O Schering deu R\$ 100 mil à campanha de Lula. É mais do que pagará a cada uma das vítimas de sua farinha, com as quais combate valentemente na Justiça.

Serra também brigou com o laboratório Novartis, multinacional suíça. Acusou-o de marretar o preço do remédio Glivec, usado contra um tipo de leucemia. Conseguiu baixar a conta de US\$ 2.400 por paciente/mês para US\$ 1.620. Gente boa essa. Baixaram em um terço o preço da ciclosporina (Sandimmun) logo que o governo liberou a produção do genérico. Serra atacou o

Novartis porque ele aumentou o preço do Cataflan em 35% em apenas 18 meses. Quando se encontrou com o presidente mundial da empresa, disse-lhe, em boas palavras, que sua filial andava metida em maracutaias no Brasil. O Novartis deu outros R\$ 100 mil à campanha de Lula.

O "Gordo" facilitou para o comissário Delúbio um suplemento alimentar para bombá-lo a campanha do PT. Era veneno para Lula.

Falta de educação

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro pode en-

tender de números, mas parece dar pouco valor aos direitos individuais de seus associados.

A um deles, Fernando Alberto Lopes Meza, aconteceu o seguinte:

Em 1979 escreveu ao conselho pedindo que o desligassem da instituição. Passados 25 anos, descobriu que sua carta valia nada e que o CRE conseguira a penhora ou arresto dos seus bens se não pagasse mensalidades atrasadas que somavam algo como R\$ 2 mil. Os doutores devem ter gasto mais do que isso com as despesas do processo.

Meza descobriu que, de acordo com a resolução nº 1.638 do CRE,

um pobre mortal só pode livrar-se dele se fizer um requerimento e devolver a carteirinha do conselho. Precisa mandar o diploma, para que seja anotado. Até aí, tudo bem. O CRE desrespeita os direitos dos cidadãos quando exige que suas vítimas comprovem que não exercem a profissão, apresentando cópias das três últimas declarações de Imposto de Renda, "mesmo nos casos de isento".

A exigência é autoritária, deslegante e ilegal. Num clube que aceita gente capaz de mostrar sua declaração de Imposto de Renda aos outros, nem Groucho Marx seria capaz de se sentir confortável.

A imperial bagunça da Casa Branca

Incentivo à cultura

O mercado editorial brasileiro (inclusive as editoras universitárias) vem pagando um magnífico preço. Até hoje o professor Frank McCann, da Universidade de New Hampshire, não achou quem queira publicar seu livro "Soldiers of the Patria" ("Soldados da Pátria"), uma história do Exército brasileiro entre 1889 e 1937. O livro saiu nos Estados Unidos no ano passado. Há poucos trabalhos sobre o assunto, e esse é, disparado, o melhor. É de McCann um clássico sobre a aliança militar Brasil-Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, também inédito em português.

É natural e benfazejo que pesquisadores estrangeiros estudem a vida nacional. Chato é ter que aprender inglês para ler uma boa história do Exército.

Saiu um bom livro, bálsamo para quem acredita que a esculhambação nacional é inigualável e irremediável. É "Contra Todos os Inimigos", de Richard Clarke, o czar da máquina antiterrorista do governo americano entre 1992 e 2003. Ele conta o que aconteceu dentro da Casa Branca no dia 11 de setembro de 2001 com um estilo capaz de dar ao leitor a sensação de que estava lá. Lendo-o, aprende-se o seguinte:

- George Bush estava na Flórida na hora do atentado. Passou algumas horas protegido numa base aérea. O vice-presidente, Richard Cheney, assumiu o comando do Centro de Operações de Emergência da Casa Branca e ligou para ele para colocá-lo a par das últimas providências tomadas em Washington. Pffff. As chamadas caíam. Quando Bush chegou à Casa Branca tentou falar com Cheney em outro aparelho. Os sistemas eram incompatíveis.

- Por volta das 12h30, Clarke pediu a um de seus assessores que telefonasse para o Departamento do Tesouro. Era pre-

ciso começar a pensar no funcionamento do mercado financeiro no dia seguinte. Pfff. A turma das comunicações da ekipekonômica já se escafedera.

- Em junho de 1993, o presidente Bill Clinton decidiu bombardear a sede do serviço de inteligência do Iraque. Logo que as bombas caíssem em Bagdá, ele pretendia anunciar o ataque, em cadeia nacional de televisão. Perguntou quanto tempo seria necessário para confirmar a destruição do prédio, e os militares responderam: 12 horas. Pediu pressa. Mobilizaram-se agentes, redirecionaram-se satélites e pfff. Clinton foi para o estúdio da Casa Branca e anunciou o bombardeio. Gozou seus assessores, contando como soube do êxito da missão: "Liguei para a CNN. Eles não tinham gente em Bagdá naquela noite, mas um câmera que estava na Jordânia tinha um primo, ou um parente, que vivia perto do prédio e ligou para ele. O sujeito informou que o prédio explodira".

Ave, BNDES

Para um balanço da privatização: a Brasil Ferrovias, que comprou a Novoeste, informou ao BNDES que não tem como pagar os R\$ 100 milhões que deve à Viúva pelo arrendamento da estrada que liga Bauru a Corumbá. Também não tem como pagar os R\$ 18 milhões anuais contratados em 1996. Em nome da eficiência, mandaram embora cerca de 400 trabalhadores, quase um terço da mão-de-obra privatizada. Demitiram metade dos maquinistas e manobreadores. Esses desempregados, como todos os demais, pagam suas dívidas e ninguém lhes vende fiado.

Para um balanço do privatismo petista: vão bem as conversações entre a Brasil Ferrovias e o bondoso BNDES, com seus 43 novos grupos de trabalho.

A empresa quer reestruturar seus débitos, que somam R\$ 1,5 bilhão, avisando que não tem como pagar o que deve nem o que vence. Se a choldra bobear, os direitos dos empregados da falecida Rede Ferroviária levam um tranco.

Os camelôs do Largo da Carioca farão estátuas para o doutor Carlos Lessa, seus antecessores e seus sucessores, quando se descobrir uma fórmula capaz de reestruturar dívidas de trabalhador demitido.

O americano tem proposta. Lula não

Antropofagia

O chanceler Celso Amorim deve lembrar a alguns de seus principais colaboradores que não fica bem para a diplomacia brasileira ter embaixadores que se dedicam a espinaftrar, grosseiramente, as pessoas que formulavam e conduziam a política externa do governo anterior.

Comportamentos desse tipo dão a impressão de que o embaixador do Brasil em Paris, Carlos Alves de Souza, estava certo ao dizer, em 1962, que o Brasil não era um país sério. (Essa frase é equivocadamente atribuída ao general Charles De Gaulle.)

Os interlocutores estrangeiros acabam suspeitando de que os diplomatas brasileiros sejam antropófagos, o que também não é verdade.

O companheiro Lula ainda não sabe o que fazer para facilitar as remessas de dinheiro dos trabalhadores brasileiros que vivem no exterior. Coisa de presidente de país rico.

Preocupado com as tungas dos bancos sobre as economias dos emigrantes latino-americanos, companheiro John Kerry, candidato a presidente dos Estados Unidos, anunciou que tornará obrigatória a divulgação das taxas cobradas aos trabalhadores. Também pretende reduzir os controles do governo federal sobre as remessas.

O plano de Kerry não distingue dinheiro remetido por trabalhadores que cumprem

(ou não) as exigências da imigração americana.

Um mundo de cabeça para baixo:

O candidato democrata a presidente dos Estados Unidos quer facilitar as remessas de dinheiro para fora de seu país.

O presidente do Brasil não consegue criar mecanismos formais para que a economia do seu país receba a poupança de trabalhadores que emigraram para conseguir salários e trabalho.

A proposta de Kerry pode ser consultada no seguinte endereço: <http://www.johnkerry.com/esp/noticias/comunicados/pr--2003--0630.html>

Chão de dólares

Bem que o governo poderia tentar descobrir a origem dos US\$ 3 milhões encontrados no chão do cofre forte da agência do Citibank de Salvador em setembro passado.

Eles foram deixados pela quadri-lha que saqueou os cofres individuais e fugiu às pressas. Ninguém reclamou a falta do ervanário. Suspeita-se que o cafofo tinha poucos donos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesse momento para comentar a decisão do Governo de aplicar um redutor de R\$100,00 na base de cálculo do Imposto de Renda. A decisão mostra que o Governo, pressionado pela oposição e pelas centrais sindicais, optou por uma medida política que passa longe do necessário para zerar as defasagens na correção da tabela do IR.

Para que constem dos Anais do Senado, requieiro, Sr. Presidente, que as matérias em anexo, publicadas nos principais jornais do último dia 2 de junho, sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dólar livre..... R\$ 3,143/3,145
 Dólar paralelo..... R\$ 3,08/3,17
 Dólar turístico..... R\$ 3,04/3,16
 Pousaça..... 0,6916%
 Euro em Londres..... 1,2217 dólar
 Dólar em Tóquio..... 110,64 ienes

FOLHA DINHEIRO

Tel: 011/3277-7373
 E-mail: dinheiro@oi.com.br
 Fax: 011/3276-2287

Serviço de atendimento ao assinante:
 Grande São Paulo: 011/3224-3096
 Demais localidades: 0800-703-8080

PÁGINA B 1 * SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2004 * CONCLUÍDO ÀS 23H10

PROPOSTA QUE PROPÕE O GOVERNO NA MUDANÇA NO PAGAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA



CREAÇÃO DE UM REDUTOR

Se o tributo em questão for de R\$ 100 a ser pagado, no salário após o desconto da contribuição previdenciária e outros descontos por lei (dependentes, pensão previdenciária e previdência privada), a diferença decorrerá de uma taxa salarial do trabalhador.

O valor do redutor será o mesmo para todos os contribuintes, não importando que a alíquota de IR ele paga hoje (15% ou 27,5%)

EXEMPLO

Quem tem renda tributável de R\$ 1.500 paga hoje R\$ 86,30; a partir de agosto passará a pagar R\$ 51,30 (ganho de R\$ 35) a renda tributável de R\$ 3.000 paga hoje R\$ 401,92; a partir de agosto pagará R\$ 374,42 (ganho de R\$ 27,50)

INÍCIO

A proposta será aplicada de agosto até dezembro deste ano. Deverá ser enviada ao Congresso Nacional nos próximos dias na forma de projeto de lei ou de medida provisória

PERDA DO GOVERNO

A proposta gera uma perda de arrecadação de R\$ 500 milhões neste ano, que será compensada com novos cortes nas despesas de custeio (manutenção) do governo



TRIBUTOS Projeto vai propor redutor de R\$ 100 sobre salários; mecanismo traz vantagem menor a trabalhador de maior renda

Governo adia correção do IR e oferece 'alívio'

GUSTAVO PATU

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os contribuintes do Imposto de Renda serão beneficiados, de agosto a dezembro deste ano, incluindo o 13º salário, com um redutor a ser aplicado no cálculo do tributo devido.

A regra, que ainda precisa passar pela aprovação do Congresso, foi acertada ontem em reunião do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) com representantes das centrais sindicais, mediada pelo presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP).

Será adotado um redutor de R\$ 100 sobre a chamada renda tributável líquida, ou seja, o salário mensal menos as deduções permitidas pela legislação. A medida faz com que o benefício seja proporcionalmente maior para os assalariados de menor renda.

Por exemplo: um trabalhador com renda mensal de R\$ 1.800 e dois dependentes tem hoje renda tributável líquida de R\$ 1.390, pois pode deduzir os R\$ 231 da contribuição previdenciária e mais R\$ 100 por dependente.

Pelo mecanismo atual, esse trabalhador paga todo mês um IR de R\$ 49,80, resultante da aplicação da alíquota de 15% menos a dedução básica de R\$ 158,70 prevista na tabela do imposto.

Com a nova regra, a renda tributável líquida cai para R\$ 1.290, e o imposto devido, para R\$ 34,80 —um ganho de 30,1%.

Aplicando a mesma fórmula para um salário de R\$ 4.000, o imposto devido cai de R\$ 542,74 para R\$ 515,24 (5,1%). E assim por

FRASE

Não vamos cortar investimentos, vamos cortar no custeio. Já temos um know-how de ajustes

ANTONIO PALOCCI FILHO
 ministro da Fazenda

diante: quanto maior a renda, menor o ganho proporcional.

Se a tabela do IR fosse corrigida por um índice de preços, os benefícios seriam uniformemente distribuídos entre as faixas de renda. A Fazenda, porém, argumenta que o IR hoje é pago por um número pequeno de contribuintes, quase todos pertencentes à camada mais rica da população.

Segundo Palocci, o benefício aos contribuintes significará uma perda de arrecadação de R\$ 500 milhões para o governo, que será bancada com cortes em despesas correntes. "Não vamos cortar investimentos, vamos cortar no custeio. Já temos um know-how de ajustes", disse.

A medida deverá ser encaminhada ao Congresso na forma de projeto de lei —outra opção é uma medida provisória, que entra

em vigor imediatamente.

Correção da tabela

O redutor foi a alternativa encontrada pela Fazenda para responder à pressão política em favor da correção imediata pela inflação da tabela do IR, liderada por líderes sindicais e com forte apoio do Congresso.

Em resposta aos apelos, Palocci viu no alívio que a correção da tabela era uma possibilidade a ser discutida para ser adotada no próximo ano. Ontem, essa possibilidade foi transformada em compromisso do governo.

Será enviado ao Congresso um projeto criando uma nova tabela em 2005, provavelmente com novas faixas de tributação —hoje, só existem três: de isenção, de 15% e de 27,5%. "Será uma tabela mais progressiva, que pode ter mais alíquotas", disse Palocci.

Em estudos anteriores, a Receita Federal já cogitou a criação de uma alíquota de 35% para as rendas mais altas e uma de 5% para as mais baixas. Em nota, a Fazenda afirmou que a nova tabela manterá a arrecadação atual. Os sindicalistas arrancaram de Palocci, porém, a promessa de que a atual faixa de isenção —salários até R\$ 1.058— será mantida.

"O ministro resistiu, mas nos bastidores as negociações vinham avançando", disse Luiz Marinho, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores). "Arrancar qual quer coisa do Palocci é uma vitória", segundo Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical.

→ LEIA MAIS às págs. B2 e B3

IMPOSTO DE RENDA

ECONOMIA

Brasileiros vão pagar menos tributo entre agosto e dezembro de 2004. Governo deixará de recolher entre R\$ 90 e R\$ 165 por contribuinte

Um desconto de R\$ 100

THEO SAAD
DA FOLHA DO CORREIO

O governo disse não para a correção ainda este ano da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (leia texto ao lado), mas concordou em dar descontos aos contribuintes nos salários de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro e também no 13º salário, anunciou ontem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

O acordo anunciado ontem por Palocci, pelo presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), e pelos representantes das centrais sindicais de trabalhadores prevê um redutor de R\$ 100,00 na base de cálculo do IRPF de todos os salários dos cinco últimos meses do ano mais o 13º salário. Com isso, quem paga a alíquota de 15% (salários entre R\$ 1.058,00 e R\$ 2.115,00) pagará R\$ 15,00 a menos a cada salário, e quem recolhe pela alíquota de 27,5% (rendas acima de R\$ 2.115,00) terá uma redução de imposto de R\$ 27,50 por salário.

O desconto total, válido para todos os contribuintes que hoje recolhem imposto, será de até R\$ 90,00 para os que pagam 15% de IRPF e de até R\$ 165,00 para os que pagam 27,5%. O governo deixará de arrecadar cerca de R\$ 500 milhões no período com esse acordo, que ainda depende de aprovação do Congresso.

Para Palocci, a proposta "dá uma redução efetiva do imposto a ser pago pelas classes mais baixas bastante significativa e menos significativa para as faixas mais altas". Como o desconto efetivo se dará sempre sobre o redutor de R\$ 100,00, os trabalhadores que ganham menos terão economia proporcionalmente maior do que aqueles que possuem maior renda.

Palocci esclareceu que não há mudança no limite de isenção do IRPF (que continua em R\$ 1.058,00) e que o governo não deixará de fazer investimentos para cobrir as perdas de cerca de R\$ 500 milhões na arrecadação. Para João Paulo Cu-

na, o acordo permitirá "a abertura de um diálogo melhor para a discussão da tabela do IRPF de 2005".

"Conseguimos uma reforço na renda do trabalhador ainda em 2004", disse Luiz Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), resumin-

do o sentimento dos demais sindicalistas. No fim das contas, os dois lados cederam. Os sindicalistas queriam correção da tabela neste ano e saíram com um desconto sobre seis salários. Palocci ofereceu um redutor menor, de R\$ 400,00, mas concedeu um de R\$ 600,00.

O QUE MUDA NO PAGAMENTO DO IR

● Será criado um redutor de R\$ 100 a ser aplicado no salário após o desconto da contribuição previdenciária

● Por exemplo: quem ganha R\$ 1.100 após o desconto da contribuição previdenciária ficará isento porque, com o redutor, o IR seria cobrado sobre R\$ 1.000, dentro da faixa de isenção

● O valor do redutor será o mesmo para todos os contribuintes, não importando que alíquota de IR ele paga hoje (15% ou 27,5%)

● A proposta será aplicada nos salários de agosto até

dezembro, além do décimo terceiro salário. Deverá ser enviada ao Congresso Nacional nos próximos dias na forma de projeto de lei ou de medida provisória

● A perda de R\$ 500 milhões neste ano será compensada com novos cortes nas despesas de custeio (manutenção) do governo

● Até agosto deveria ser enviada ao Congresso Nacional proposta com outras alterações na cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Física. A intenção do governo é criar uma alíquota menor que a atual de 15%. Deverão ser criadas novas alíquotas

Mudança de alíquotas

O governo prometeu ontem a correção da tabela do IRPF para 2005, que terá de ser aprovada pelo Congresso neste ano. De acordo com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, novas alíquotas serão criadas e poderá haver ainda correção dos descontos permitidos sem, contudo, mudança no limite de isenção, de R\$ 1.058,00. Mas a correção só sairá, segundo nota da Secretaria da Receita Federal, se não houver perda de arrecadação.

Trocando em miúdos: para compensar a perda de arrecadação nas faixas inferiores, de contribuintes com salários menores, a arrecadação com os trabalhadores com maiores salários terá de crescer. O governo já adiantou que poderá criar alíquotas menores, por exemplo de 5% (hoje são duas, a menor de 15%), para os salários mais baixos, o que fará cair a arrecadação, mas deverá criar alíquotas maiores, de até 35%, para os rendimentos mais elevados.

Apesar disso, Palocci garantiu ontem que a nova tabela terá uma progressividade maior. "A idéia dessa nova tabela é de que ela seja mais progressiva. Ela pode ter mais alíquotas", adiantou o ministro. (TS)

SUAS CONTAS

Alguns exemplos de quanto o contribuinte economizará

RENDA BRUTA MENSAL	IR DEVIDO HOJE	IR DEVIDO COM O REDUTOR DE R\$ 100	REDUÇÃO DO IR DEVIDO*
R\$ 1.500	R\$ 9,75	—	-100% (-R\$ 9,75)
R\$ 1.800	R\$ 49,80	R\$ 34,80	-64,9% (-R\$ 15,00)
R\$ 2.100	R\$ 89,85	R\$ 74,85	-16,7% (-R\$ 15,00)
R\$ 3.250	R\$ 336,49	R\$ 303,99	-8,2% (-R\$ 27,50)
R\$ 4.000	R\$ 542,74	R\$ 515,24	-5,1% (-R\$ 27,50)

* Os cálculos feitos consideram a contribuição de 11% ao INSS e as deduções permitidas para dois dependentes

Fones: Secretaria de Receita Federal



por Antônio Machado
cidadebiz@correioeweb.com.br

Lasquinha poderosa

Precisaram passar dez anos corridos, entremeados por três idas ao Fundo Monetário Internacional, para que as exportações brasileiras voltassem a representar parcela superior a 1% do comércio mundial. O número absoluto não é pequeno e mesmo como proporção dos fluxos de comércio poucos países estão nessa posição.

De acordo com projeções do World Economic Outlook, do FMI, de abril, as vendas mundiais de bens devem totalizar US\$ 8,35 trilhões neste ano, cabendo às exportações brasileiras, segundo previsões da Tendências, uma participação de 1,02% sobre o total. Em grande parte foi o aumento do volume exportado que garantiu este desempenho, embora também tenha havido o benefício da recuperação de preços, especialmente de commodities.

Por dois anos, 1993 e 1994, o Brasil chegou a ostentar tal participação de mercado, o chamado *market share*. Se não tivesse aberto mão dessa conquista, dificilmente o país teria caído nos braços do FMI, o que fez por três vezes no governo Fernando Henrique, sendo que o último acordo, de 2002, foi consensual ao então candidato Lula da Silva, sendo depois prorrogado.

Se, ao contrário, a primeira gestão FHC tivesse feito do *market share* do comércio mundial uma das âncoras nominais da economia, o processo de redução da dependência externa seria continuado, porque vinha forte do governo Itamar Franco, e não é improvável que já estivessemos girando exportações mundiais da ordem de US\$ 120 bilhões, ou 1,4% de mercado. E o fluxo de comércio estaria em torno de US\$ 220 bilhões. Sempre se dirá que é fácil criticar o passado, porque difícil seria um governo recém chegado definir a rota, dar as coordenadas de navegação e não cometer nenhum erro. No caso de FHC, foi barbearagem mesmo.

Fernando Henrique já estava no governo Itamar como ministro das Relações Exteriores e depois da Fazenda, quando, em junho de 2002, aconteceu o Plano Real. Foi um sucesso instantâneo sobre a inflação, mas valorizou-se demais o papel das importações até porque, naqueles tempos, ainda prevalecia a idéia de que a empresa instalada no Brasil precisava ser exposta a choques de concorrência. Desde que fosse para ela aprender a ser mais competitiva, tudo bem. Da maneira como se deu, porém, as mais frágeis fecharam as portas. As que resolveram resistir fizeram um duro ajuste de produção, que enxugou empregos e tornou a economia menor do que era.

A FATIA DAS EXPORTAÇÕES NO BOLO MUNDIAL VOLTARÁ A SER MAIOR QUE 1%, COMO ERA EM 1994, ANCORANDO O CRESCIMENTO

Verdades simples como estas o governo FHC somente veio a admitir em seu segundo mandato, quando liberou o câmbio, implantou o regime de metas de inflação, insti-

tuiu a Lei de Responsabilidade Fiscal e de 2001 para frente constatou que países também sofrem de overdose de dívidas. É quando as exportações voltam à ordem do dia. A política econômica de Lula é a continuidade disso tudo, com uma ou outra inovação.

Lula viu mais longe

Se houvesse uma declaração de efeito de Lula candidato que pudesse voltar-se contra o país com maior risco de introduzir sérios problemas econômicos e financeiros, caso a repetisse depois de eleito, esta foi a de que "não vou exportar à custa da fome do nosso povo". Ele a pronunciou várias vezes, até que emudeceu e nunca mais voltou ao tema até para se desculpar. Melhor assim.

Graças também a decisões sábias como essa, a produção de soja, por exemplo, mais que dobrou de 1994 a 2003 e é o produto que liderou a expansão das exportações por volume. Vem atrás, mas começando a chegar junto, as vendas de bens industriais e de maior valor agregado. É se agarrar nesta bandeira e não soltá-la nunca mais, só mexendo no que existe se for para melhorar. O risco, que seria o BC voltar a usar o câmbio para segurar a inflação, parece ter ficado amenizado com a forte desvalorização do real sem provocar nenhuma apologia da moeda forte na autoridade monetária.

Aliás, como a atual equipe econômica é pouco criativa e recatada quanto a novidades, a recente desvalorização do real é a solução de um problema que começava a se avizinhar sobre o desempenho da balança comercial: a perda de rentabilidade das exportações. Para o economista Julio Callegari, o câmbio a R\$ 3,15 está mais depreciado que à época de lançamento do Plano Real (10%), tomando-se como deflator tanto o IPCA como o IGP-DI. Um problema a menos.

Problema a mais

Problema a mais é a proposta do ministro Palocci para deixar para 2005 a correção da tabela do IRPF. Propôs abater R\$ 100 no IR devido entre agosto e dezembro e no 13º. Se em assunto fiscal o governo pode propor o que quiser, deveria poupar-se de desgastes, mandando abrir a totalidade dos gastos pagos no país com dinheiro federal. Quem sabe assim motive uma verdadeira revolução: a libertação do Estado das forças que, sempre as mesmas, há séculos fazem da Burra o instrumento de enriquecimento pessoal e privado.

BRIGA PELA CORREÇÃO

Os fatos que definiram a mudança na tabela do Imposto de Renda

19 de abril de 2004

Manifestação pela correção da tabela do Imposto de Renda reúne cerca de 2.000 trabalhadores no centro de São Paulo.

26 de abril

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva diz esperar dar uma "boa notícia" sobre a tabela do IR em poucos dias

7 de maio

Metahírgicos paralisam a produção na fábrica da Cartec, em São Paulo, durante manifestação pela correção da tabela do Imposto de Renda

11 de maio

O presidente da CUT, Luiz Marinho, afirma que o ministro Palocci admite fazer alguma correção na tabela do Imposto de Renda em 2005, desde que fosse compensada com alíquotas mais altas para quem ganha mais

13 de maio

O ministro Palocci afirma que será muito "difícil" corrigir a tabela do Imposto de Renda ainda neste ano. Segundo ele, para fazer algum ajuste o Orçamento de 2004 teria que sofrer cortes

19 de maio

Sindicalistas da CUT afirmam que alguma mudança acontecerá, porque o presidente Lula prometeu.

23 de maio

Palocci diz que o governo vai enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para a correção da tabela do IR em 2005.

1 de junho

Ministério da Fazenda divulga que tabela do IR terá redutor de R\$ 100 (leia texto acima)

TRIBUTOS *Fórmula utilizada proporciona alívio para faixas salariais mais baixas*

Mudança no IR gera ganho mensal máximo de R\$ 27,50

MARCOS CÉZARI

DA REPORTAGEM LOCAL

Ganho máximo de R\$ 27,50 por mês, ou R\$ 165 no ano. Esse é o resultado prático, na ponta do lápis, da solução encontrada ontem pelo governo para “aliviar” a mordida do leão nos salários.

Esse será o benefício que terão os trabalhadores que têm renda líquida tributável de R\$ 2.115 ou mais, ou seja, aqueles que estão na faixa de 27,5%. Renda líquida tributável é o salário bruto menos os abatimentos permitidos pela legislação —contribuição ao INSS, dependentes, pensão alimentícia judicial e previdência privada (os três últimos, se houver).

Quem está na faixa de 15% (acima de R\$ 1.058 e até R\$ 2.115) terá ganho mensal máximo de R\$ 15 (ou R\$ 90 no ano —seis meses, incluindo o 13º salário). Para quem ganha mais de R\$ 1.058 e até R\$ 1.158, o ganho será proporcional (de centavos de real até R\$ 15, ou seja eles passarão a ficar isentos).

Ao optar pelo uso de um redutor de R\$ 100 —em vez de simplesmente atualizar a tabela do IR—, o governo dá um pequeno alívio aos contribuintes com faixas salariais mais baixas sem repassar esse alívio de forma proporcional às faixas superiores.

Como todos terão menos R\$ 100 tributados a cada mês, o resultado será R\$ 15 ou R\$ 27,50 (no caso dos que ganham entre R\$ 1.058 e R\$ 1.158, o ganho é variável até o máximo de R\$ 15 por mês).

O abatimento de R\$ 100 na base de cálculo do IR significa reajustar a tabela em 9,45% (R\$ 1.158 sobre R\$ 1.058), mas apenas na faixa de isenção. Só que esse percentual não foi aplicado de forma linear.

Significa o seguinte: a fórmula encontrada não reajusta o valor máximo dos que pagam 15% (R\$ 2.115) nem o valor inicial para os que são tributados em 27,5%.

Se fosse seguido esse critério de linearidade, o valor de isenção subiria R\$ 100, e os demais, R\$ 200. Significa que o teto da faixa de 15% teria de subir para R\$ 2.316 (o dobro de R\$ 1.158). Da mesma forma, o valor inicial para a faixa de 27,5% teria de ser aplicado para ganhos acima de R\$ 2.316.

Perda para ganho maior

O método proposto pelo governo reduz as vantagens para pessoas que ganham acima de R\$ 2.316. Se houvesse a correção como das outras vezes (aplicação de um mesmo percentual para todas as faixas da tabela), aqueles trabalhadores teriam um ganho um pouco maior, mas nada expressi-

vo (ver tabela abaixo, à esquerda).

O ganho máximo seria de R\$ 40,12 por mês, ou R\$ 240,72 no ano. O R\$ 0,12 mensal ou R\$ 0,72 no ano ocorre por uma distorção na tabela atual (o certo seria apenas R\$ 40 por mês, ou R\$ 240 no ano).

Essa distorção teve origem na última correção da tabela, em janeiro de 2002. Aplicado o índice de 17,5% sobre o limite de isenção antigo (R\$ 900), o resultado seria R\$ 1.057,50, mas foi arredondado para R\$ 1.058. Só que o valor de R\$ 1.058 não foi multiplicado por dois, como seria o correto. Foram aplicados os mesmos 17,5% sobre R\$ 1.800 (antigo limite da faixa de 15% para a de 27,5%), gerando R\$ 2.115 (ou o dobro de R\$ 1.057,50).

Na tabela abaixo, à esquerda, o leitor tem uma idéia da diferença entre as duas formas: a usada pelo governo (redutor de R\$ 100) e correção linear de 9,45%.

Ontem, a Receita divulgou alguns exemplos de cálculos mostrando os efeitos do redutor de R\$ 100 sobre algumas faixas salariais. Todos os cálculos do governo tomam por base a renda bruta e os respectivos descontos (contribuição ao INSS e dois dependentes). O resultado final é o mesmo constatado pela Folha: o desconto do IR na fonte a partir de agosto ficará R\$ 27,50 menor —no máximo.

LUIS NASSIF

Cuidados com o software livre

A FINAL, qual o espaço destinado ao software livre (SL)? Como exportação, não serve. Não há um modelo de negócios adequado para permitir fazer divisas com ele.

Na área pública, há um grande potencial de economia, mas há que agir com cautela. No governo FHC, o Ministério da Ciência e Tecnologia começou a trabalhar o tema. Mas sua estratégia foi mais cuidadosa e consistia em solicitar a desenvolvedores sistemas alternativos, sem desmontar os sistemas proprietários em vigor. Só depois de devidamente testados os novos sistemas seriam utilizados.

Doutor em computação, Gilberto Câmara é coordenador-geral de Observação da Terra (OBT) no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que utiliza tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento para conhecer o território brasileiro. O produto mais recente é a TerraLib, uma biblioteca de software livre que tem servido de base para projetos como o TerraCrime (software para segurança pública desenvolvido para o Ministério da Justiça), o Sigmun (software para cadastro municipal), o InfoPAE, (sistema de controle de emergências para oleodutos e refinarias da Petrobras).

Segundo ele, há dois grandes fatores que condicionam os projetos de SL: a previa existência de modelos a copiar (o "potencial de engenharia reversa") e a arquitetura inerente do produto (o "potencial de desenvolvimento compartilhado").

É muito mais fácil desenvolver um produto a partir de uma especificação conhecida do que começar do zero. Por exemplo, o Linux segue um padrão definido (Posix), e o OpenOffice

parte do um conjunto de produtos já conhecido do mercado (o Microsoft Office).

O segundo fator ("potencial de desenvolvimento compartilhado") é decorrente do fato que cada tipo de software tem uma arquitetura diferente. Numa visão simplificada, cada software tem uma base (o "núcleo") e funções adicionais que usam essa base (a "periferia"). Um sistema operacional como o Linux tem um núcleo bem definido que cuida de controlar processos e uma "periferia" de inúmeros programas que fazem atividades como controle de discos rígidos, comunicação em rede etc.

O núcleo do software tem que ser conduzido por uma equipe pequena, como o próprio Linux. Quanto maior a relação "periferia/núcleo", maior o potencial de estabelecimento de uma ampla comunidade de desenvolvedores. Mas há muitos tipos de software em que essa relação incremental é reduzida, como os gerenciadores de bancos de dados.

A preocupação de Câmara é que, segundo ele, a maior parte da comunidade brasileira de SL ainda não entendeu essa questão e acha que o exemplo do Linux é reproduzível em todas as situações. Existem inúmeros casos nos quais haverá pouco "potencial de engenharia reversa" e pouco "potencial de desenvolvimento compartilhado". A única saída, segundo ele, seria usar o poder de compra do Estado e contratar esses desenvolvimentos, com base na Lei de Inovação.

Segunda conclusão: a necessidade de ampliar o debate em torno da questão do SL.

@ → E-mail -
Luisnassif@uol.com.br

ECONOMIA

Alívio a conta-gotas no IR

Governo cede a pressões de sindicalistas e decide aplicar redutor de R\$ 100

Martha Beck e Valdez Caetano

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, cedeu às pressões das centrais sindicais e decidiu dar ainda este ano um pequeno alívio no Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas. A fórmula encontrada pela Receita Federal para beneficiar os contribuintes foi aplicar um redutor de R\$ 100 na base de cálculo do IR. Na prática, a medida significa um desconto de R\$ 27,50 por mês para quem paga o IR pela alíquota de 27,5% e de R\$ 15 para quem paga pela alíquota de 15%. Já o limite de isenção sobe de R\$ 1.058 para R\$ 1.158. A nova regra vai valer entre agosto e dezembro e também poderá ser aplicada sobre o valor do 13º salário.

Segundo Palocci, um projeto de lei deve ser enviado ao Congresso em breve para regulamentar a medida. O pedido dos sindicalistas era de uma correção imediata da tabela do IR em até 55,3% para repor uma defasagem acumulada nos governos Fernando Henrique e Lula, mas, de acordo com o ministro, o benefício já representa um avanço.

— Temos uma proposta que não é tudo aquilo que os sindicatos pediam, mas é um ajuste bem razoável. A proposta dá uma redução efetiva para os salários mais baixos e menor para os salários mais altos — disse Palocci, após uma reunião com os sindicalistas e com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha.

Correção da tabela fica para 2005

• A correção da tabela ficou para 2005, como queria o governo. O ministro afirmou que a idéia é tornar a cobrança do IR mais justa, o que pode significar a criação de novas alíquotas:

— Vamos propor uma nova tabela do IR no ano que vem. O governo fará uma proposta mais progressiva. Ela pode ter mais alíquotas, pode ser uma tabela mais progressiva com correções em relação aos ajustes e aos descontos que são feitos.

Com a fórmula da Receita de aplicar um redutor de R\$ 100 na base de cálculo do IR, quem tem uma renda tributável de R\$ 1.657 (bruta de R\$ 2.100), por exemplo, vai ter o IR calculado sobre R\$ 1.557,00. E como a alíquota desse contribuinte é de 15%, o IR pago passa de R\$ 89,85 para R\$ 74,85, ou seja, uma redução de R\$ 15.

EXEMPLO 1		EXEMPLO 2		EXEMPLO 3	
RENDIA MENSAL BRUTA	R\$ 1.500,00	RENDIA MENSAL BRUTA	R\$ 2.100,00	RENDIA MENSAL BRUTA	R\$ 4.000,00
DESCONTOS		DESCONTOS		DESCONTOS	
INSS	R\$ 165,00	INSS	R\$ 231,00	INSS	R\$ 275,95
Dedução com 2 dependentes	R\$ 212,00	Dedução com 2 dependentes	R\$ 212,00	Dedução com 2 dependentes	R\$ 212,00
RENDIA TRIBUTÁVEL LÍQUIDA	R\$ 1.123,00	RENDIA TRIBUTÁVEL LÍQUIDA	R\$ 1.657,00	RENDIA TRIBUTÁVEL LÍQUIDA	R\$ 3.512,05
IR com redutor	Zero	IR com redutor	R\$ 14,85	IR com redutor	R\$ 519,21
Diferença/mês	R\$ 9,75	Diferença/mês	R\$ 15,00	Diferença/mês	R\$ 27,50

FORNTE: Receita Federal

Segundo o Fisco, os cinco milhões de contribuintes que pagam imposto serão beneficiados pela medida.

Palocci explicou que a decisão representa uma queda de R\$ 500 milhões na arrecadação. Para compensar a perda, o governo vai reduzir gastos com custeio.

— Isso (o redutor) nos dá uma perda de arrecadação, mas achamos justo que o governo corte um pouco de seu custeio para que os trabalhadores possam ser beneficiados ainda este ano — disse o ministro, ressaltando que não deve haver corte nos investimentos.

Ao ser perguntado sobre a decisão de ceder às pressões das cen-

trais depois de resistir em modificar o IR, Palocci respondeu:

— Achamos que um ajuste dessa magnitude representa bastante para o trabalhador e exige um esforço que o governo pode fazer. Está ao alcance do equilíbrio orçamentário desse ano e vamos ter que apertar o cinto, mas como já temos um know-how de apertar de cinto bastante avançado, podemos apertar um pouquinho para dar um benefício importante para o trabalhador.

João Paulo Cunha, por sua vez, disse que a medida melhora as discussões.

— Isso possibilita a abertura de um diálogo melhor para a discussão da

tabela do IR no ano que vem. Para este semestre, teremos de fato um reajuste significativo que vai possibilitar que os trabalhadores que pagam IR tenham um pouco mais de recursos para aumentar seu consumo e com isso ajudar nossa economia.

Os sindicalistas que participaram da reunião comemoraram o acordo e consideraram um passo na direção de aumentar a progressividade da tabela do IR. Segundo o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, o formato para corrigir a tabela vai beneficiar de forma diferenciada o conjunto dos trabalhadores do país, com ganhos para os salários mais baixos.

Ele reconheceu que a proposta está longe do que os sindicalistas exigiam que era, pelo menos, uma correção linear de 11,32% na tabela. Esse percentual representa a inflação acumulada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Eu, sinceramente, esperava mais, mas é um benefício que conseguimos negociar para o contribuinte do país que, afinal, terá mais R\$ 650 milhões para gastar — disse.

No Congresso, o deputado Walter Feldman (PSDB-SP) reconheceu que a proposta do governo vai na direção de aumentar a progressividade do IR, mas ele já alertou que os parlamentares certamente vão tentar modificar a proposta.

— Vamos continuar perseguindo a correção da tabela — disse o líder do PFL, José Carlos Aleluia. ■

OPINIÃO DO ANALISTA

Tributaristas: mudança a quem da necessária

Flávia Oliveira

• Os tributaristas receberão com ressalvas a mudança na base de cálculo do Imposto de Renda (IR), anunciada ontem pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Reconhecem que o redutor de cem reais, que a partir de agosto incidirá na parte da renda sujeita à cobrança de IR, representará

um alívio no bolso dos contribuintes, especialmente dos que têm os menores salários. Mas assinalam que a redução do imposto será muito inferior ao nível necessário para zerar as perdas com o congelamento da tabela progressiva.

— A medida foi muito mais política do que técnica, já que o valor da redução é pequeno. Mas é interessante observar que, com a mudança, o governo está reconhecendo que há uma defasagem na correção da tabela que está penalizando os trabalhadores, que sofrem a incidência do IR na fonte e não têm como sonegar. Mais cedo ou mais tarde, o governo terá que negociar uma nova tabela — diz o tributarista Jorge Lobão, diretor do Centro de

Orientação Fiscal (Cenofisco)

O tributarista Ilan Gorin calcula que, desde janeiro de 1996, a tabela progressiva do IR acumula uma defasagem de 55,29%. O valor se refere à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nestes mais de oito anos, de 82,47%, descontados os 17,5% da correção da tabela em janeiro de 2002.

— O alívio na incidência de Imposto de Renda na fonte é muito pequeno. Num cálculo preliminar estimo que, com essa mudança, os contribuintes não estarão recuperando mais de 15% das perdas acumuladas desde 1996. Ou seja, a mudança é claramente insuficiente para o tamanho da defasagem — diz Gorin.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Desafio do emprego”, de autoria da jornalista Miriam Leitão, publicado na coluna Panorama Econômico do jornal **O GLOBO**, de 26 de maio do corrente.

O referido artigo mostra que pesquisa realizada pelo IBGE registrou que o número de desocupados aumentou e que a cada mês aumenta o percentual de emprego informal no país. Além disso, a pesquisa apontou que o rendimento real caiu, tanto com relação ao mês de março quanto ao ano de 2003.

Sr. Presidente, solicito que o artigo da jornalista Miriam Leitão seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Globo, 26 de maio de 2004
Panorama Econômico

(Miriam Leitão)

Desafio do emprego

A taxa de desemprego em abril foi pior do que se esperava. E para completar a má notícia: o rendimento real caiu em relação ao mês anterior e ao ano anterior. Aumentou o número de pessoas trabalhando, mas aumentou ainda mais o número de desocupados. José Pastore analisou os dados de melhora no emprego formal e descobriu que o que aumentou em São Paulo foi o emprego público. O economista José Márcio Camargo lembra que esta pesquisa, a PME, é muito “jovem”. É que houve uma mudança de metodologia há apenas dois anos e ele acha que isso torna difícil a análise do que está acontecendo:

– Está havendo um aumento da ocupação mais ou menos sustentável nos últimos meses e já há por volta de 500 mil pessoas trabalhando a mais do que no ano passado. Ainda assim, a taxa de desemprego está alta e o rendimento voltou a cair. Com a queda da inflação, o rendimento deveria subir e ele voltou a cair.

O Governo vinha comemorando o aumento do emprego registrado pelo Caged, uma estatística do Ministério do Trabalho sobre emprego de empresas formais. Mas está longe de haver qualquer motivo para comemoração. Pelo contrário, a cada mês aumenta o percentual de emprego informal no país. Hoje apenas 39% dos trabalhadores têm carteira assinada.

José Pastore analisou os dados do Caged em São Paulo para verificar onde é que estava havendo melhora:

– Em São Paulo, é principalmente emprego público. Depois, mas muito atrás, está o emprego da indústria ligada à exportação. Na indústria de alimentos, por exemplo, o emprego caiu – conta ele.

Algumas coisas estão claras neste pantanoso terreno do emprego. O desemprego estrutural aumentou na economia durante os anos 90 e voltou a aumentar agora. O mercado de trabalho está reduzindo numa velocidade assustadora a participação dos empregos formais no total dos empregos oferecidos na economia. Uma das claras razões do problema é o excesso de peso sobre a folha salarial, que faz com que empresas prefiram adotar todos os mecanismos que contornem as leis trabalhistas.

É preciso pensar em formas mais duradouras e efetivas de começar a mudar o quadro do desemprego no Brasil. Hoje, este problema desafia governantes pelo mundo afora. A reforma trabalhista foi atropelada pela reforma sindical e agora está sendo protelada. Remédios tópicos não vão resolver o problema.

A queda da renda ocorre depois de três meses de recuperação e enfraquece a retomada do consumo que estava começando a aparecer em algumas estatísticas.

José Márcio acha que em junho o desemprego deve cair.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para comentar o artigo intitulado “Será que agora vai mesmo? Como?”, de autoria do jornalista Marco Antônio Rocha, publicado no jornal “O Estado de S. Paulo” de 31 de maio do corrente.

O artigo, que solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, mostra que o otimismo do governo com relação ao crescimento da economia tem que ser reservado, já que esse crescimento se deve, fundamentalmente, ao aumento da demanda externa.

Nas palavras do autor, enquanto o consumo e o investimento puxaram o PIB para baixo, o comércio externo puxava o PIB para cima. Isto porquê a queda da massa salarial e a perda de poder aquisitivo dos salários reduziram o consumo interno, enquanto que as incertezas políticas e administrativas do País inibiam os investimentos.

Portanto, apesar desse “relativo” crescimento, o povo continua pobre e o mercado interno, estagnado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Será que agora vai mesmo? Como?

O QUE IMPORTA É QUANTO ESTÃO CRESCENDO A DEMANDA E OS INVESTIMENTOS

MARCO ANTONIO ROCHA

“Foooooçoaa, cambada... que agora vai!”

A exortação era inspiradora, mas o efeito, decepcionante. O Ford-V8-1941, prelo e pesadão, ensaiava sair do atoleiro, mas tinha recalças. A “cambada” descansava um pouco e... nova tentativa, com nova frustração. Até hoje não sei por que meu pai cismou de alugar aquele carro “de praça” – como se dizia na época – para irmos de Araraquara a Rincão, quando tínhamos o trem da Paulista, muitíssimo mais confortável e rápido, para a mesma viagem.

A reminiscência veio à tona apenas por causa do noticiário da semana passada, sobre a economia brasileira, que parece o “V-Oitão” da década de 40. Teremos tido mais um espasmo cíclico positivo numa economia que tantas vezes tem-nos frustrado, ou seja, quase saindo do atoleiro? Bom, pelo menos a “cambada” de jornalistas, economistas, autoridades, empresários recobrou algum ânimo, à luz de vários indicadores de atividades – a começar pela divulgação do PIB trimestral – embora quase ninguém tenha arfado o triunfante “agora vai!”. Com razão, porque o “fordão” da nossa economia há mais de dez anos é muitíssimo mais pesado do que o de 1941... Ainda mais se levarmos em conta a inércia de sucessivos motoristas (estamos falando dos nossos governos, é claro).

“Há muito tempo o governo não tem dúvidas de que o País está crescendo e agora a prioridade é tornar esse crescimento sustentável e elevar o PIB potencial do País” – resumizou o ministro Antônio Palocci, comentando a onda de otimismo, refletido até mesmo onde menos se pode encontrá-lo seja qual for o cenário: na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Deixemos de lado o detestável vício de linguagem, dos muitos que pululam na imprensa, e que ela incenti-

va, de que “o País está crescendo” – pois o País jamais crescerá, a não ser que resolva tomar territórios da Argentina ou do Paraguai. O que pode “crescer” – e precisamos que cresça, no sentido de que aumente – é a economia, mais especificamente o conjunto das atividades econômicas. Digamos apenas que não se entende bem se, ao falar em “elevar o PIB potencial”, o ministro também está pensando em aumentar o PIB propriamente dito, ou seja, a quantidade de mercadorias e serviços que a economia brasileira produz e, conseqüentemente, a quantidade de empregos e de atividades remuneradas, que é o que realmente interessa.

O ritmo de aumento do PIB, na aferição mais recente feita pelo IBGE, que foi a do trimestre janeiro-março deste ano, é de fato animador, a ponto de justificar o entusiasmo do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, ao chamar nossa atenção para o fato de que, nesse ritmo, teremos computado, no final do ano, um crescimento de 6% no PIB – superando em muito os previstos 3,5%.

Mas o que é que faz crescer o PIB? Se se trata de um “bolo” de produtos e serviços, qual o fermento? A demanda, a demanda, a demanda... Desculpem repetir, mas é isto: o consumo de bens e serviços é que faz crescer o PIB. Se o consumo está aumentando, e há condições para que continue aumentando, o PIB cresce, a economia se expande, há mais e melhores empregos para todo mundo, as atividades se desdobram, o País fica mais rico e as pessoas, também. E esse crescimento será sustentável se, *pari passu* com o aumento do consumo, for havendo aumento de investimentos que propiciem adicionais aumentos da produção de bens e serviços, que, por sua vez, alimentem o aumento do consumo.

É útil repetir esse bê-á-bá da Economia porque às vezes as pessoas não se lembram, ou, em meio às charadas abstratas de economistas e autoridades, se confundem.

Deixemos de lado as dúvidas sobre a medição do PIB: será que está crescendo mesmo? Quem é que mede esse crescimento e como é feita a medição? Certa ou errada, ou mais ou menos certa-e-errada, a medição tem sido feita sempre pelo IBGE, da mesma maneira, portanto, os resultados de um trimestre para o outro são de fato comparáveis. E, se os resultados têm sido maiores a cada trimestre, é claro que o PIB está aumentando, mesmo que a medição não seja perfeita.

Então, se o PIB está de fato aumentando, é porque a demanda está “puxando”

Mas, que demanda? Interna ou externa? Do povo ou dos empresários? Do povo mais

pobre ou do povo mais rico?

Para que a demanda do povo mais pobre estivesse puxando o PIB seria

preciso, principalmente, que a massa de salá-

rios estivesse aumentando e que o poder aquisitivo do salário real estivesse aumentando, além de o emprego estar aumentando. Pode ser

que estejam começando a aumentar, agora, Mas os indicadores mais recentes mostram que nenhuma dessas coisas estava acontecendo. E, para que essa demanda fosse crescentemente sustentável, seria preciso que os investimentos estivessem propiciando aumento da produtividade na economia. O que também os indicadores não vinham comprovando, pelo menos até recentemente.

Se o PIB vem crescendo há nove meses consecutivos e o ritmo de crescimento se acelerou, isso se deve, fundamentalmente, ao aumento da demanda externa, ou seja, das exportações. O que garantiu, aliás, o expressivo desempenho do agronegócio e de muitas indústrias exportadoras. Isso é importante.

Mas, mais relevante para o futuro próximo, é uma questão que foi abordada, recentemente, em artigo para o Estado (11/5), pelo economista Ilan Goldfajn: qual o padrão de crescimento da economia brasileira? Em 2002, mostrava ele, o PIB cresceu 1,9%, sendo que a contribuição das exportações líquidas foi positiva em 2,7%, enquanto as do consumo e do investimento foram negativas em 0,25% e 0,88%. Em 2003, o padrão se repetiu: a contribuição das exportações líquidas foi positiva em 2,65%, ao passo que consumo e investimento contribuíram negativamente com 1,2% e 1,8%. Em suma, consumo e investimento puxaram o PIB para baixo nos dois períodos, enquanto o comércio externo puxava o PIB para cima. E por quê?

Porque a depreciação do real, a relativa queda da massa salarial e a perda de poder aquisitivo dos salários reduziam o consumo interno, enquanto as incertezas políticas e administrativas do País inibiam os investimentos.

Neste ano, ao que parece, o padrão assinalado está se repetindo, ou seja, o festejado crescimento do PIB ainda é mais puxado “de fora”,

embora haja sinais de reativação do consumo interno e de aumento de investimentos para atender à demanda interna. Como não nos interessa ter um PIB imenso

com um povo pobre e um mercado interno estagnado, caímos no imperativo de buscar “um maior dinamismo dos componentes domésticos da demanda”, como diz Goldfajn no seu *economês*, que na prática significa

que a renda do povo precisa melhorar e os empresários precisam ser estimulados a investir mais. O que não é

nenhuma novidade, mas que no Brasil os governos têm feito o que podem para que não aconteça – seja por meio da sua habitual confusão regulatória, seja com auxílio da sua insensata voracidade fiscal.

que não é nenhuma novidade, mas que no Brasil os governos têm feito o que podem para que não aconteça – seja por meio da sua habitual confusão regulatória, seja com auxílio da sua insensata voracidade fiscal.

que não é nenhuma novidade, mas que no Brasil os governos têm feito o que podem para que não aconteça – seja por meio da sua habitual confusão regulatória, seja com auxílio da sua insensata voracidade fiscal.

que não é nenhuma novidade, mas que no Brasil os governos têm feito o que podem para que não aconteça – seja por meio da sua habitual confusão regulatória, seja com auxílio da sua insensata voracidade fiscal.

Marco Antonio Rocha é jornalista (marocha@estado.com.br)

Não nos interessa ter um PIB imenso com um povo pobre

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna desta Casa para aplaudir as comemorações do Dia da Imigração Japonesa em nosso País, que é festejado neste 18 de junho.

A chegada dos japoneses ao Brasil tem como marco o porto de Santos, no Estado de São Paulo.

A primeira leva de imigrantes chegou no dia 18 de junho de 1908, após 52 dias de viagem, no navio **Kasato Maru**, vindo do porto de **Kobe**, no Japão. Eram 781 pessoas e mais 12 passageiros independentes. O acordo imigratório então assinado entre o nosso Governo e o Governo Japonês permitiu, sem muita formalidade, o desembarque dos viajantes em nossas terras.

Embora os registros oficiais se refiram à data de 18 de junho de 1908 como o ano da chegada dos primeiros trabalhadores japoneses, outros documentos históricos atestam que os pioneiros daquele país foram quatro tripulantes do barco chamado, **Wakamiya Maru**, que afundou na costa do Japão, no início de 1803.

Segundo essas fontes, quatro marinheiros nipônicos estavam à deriva e foram resgatados por um navio de guerra russo que continuou em sua rota inicial e terminou por atracar para conserto no Porto de Desterro, hoje Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, no dia 20 de dezembro de 1803.

Quanto aos 793 japoneses que desembarcaram do navio **Kasato Maru**, eles foram imediatamente distribuídos em seis fazendas paulistas. Entre todos aqueles cidadãos existia uma grande esperança de conquista de prosperidade, apesar de terem escolhido um país americano, ocidental, de costumes, língua, clima e tradições completamente diferentes dos seus.

É importante destacar que os primeiros resultados da integração foram bastante negativos. Não tardou, e o preconceito contra os novos trabalhadores, de pele diferente, olhos puxados e costumes exóticos, logo se manifestou de maneira transparente. Tal rejeição prejudicou durante anos a produtividade do trabalho desses imigrantes, retardou significativamente o processo de inserção social desses novos atores e prejudicou igualmente as expectativas do rendimento agrícola esperado.

Apesar dessas dificuldades, uma segunda leva de japoneses estava a caminho do Brasil em 1910. No dia 28 de junho daquele ano, o navio **Ryojun Maru** aportou no porto de Santos e trouxe mais 906 trabalhadores que vieram se juntar aos seus contemporâneos já instalados. Como os primeiros, foram distribuídos em diversas fazendas, enfrentaram os mesmos preconceitos e as mesmas dificuldades de adaptação.

Em 1912, novas famílias são assentadas em terras doadas pelo Governo de São Paulo, na região de Iguape, onde foram desenvolvidos com sucesso alguns projetos de colonização. Naquela ocasião, vários japoneses já marcavam presença no Estado do Paraná.

Em agosto de 1913, um novo grupo de 107 pessoas chegou para trabalhar em uma mina de ouro, no Estado de Minas Gerais. Segundo o órgão nacional encarregado do controle migratório dos japoneses, esse contingente de mineiros foi o único, em toda a história da imigração japonesa voltada para o Brasil, que veio com esse objetivo. Em 1914, o número de trabalhadores japoneses no Estado de São Paulo já era de cerca de 10 mil pessoas. Anos mais tarde, em 1932, segundo informações do Consulado Geral do Japão em São Paulo, a comunidade japonesa já era composta por cerca de 133 mil pessoas.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a colônia japonesa no Brasil passou a enfrentar uma nova onda de preconceito e de perseguição. Dessa vez, por determinação governamental, suas manifestações culturais foram proibidas e duramente reprimidas, suas escolas foram fechadas, sua prática religiosa proibida e seus bens confiscados. Só após o conflito mundial e com a redemocratização do País, os residentes japoneses recuperaram seus bens e seus direitos políticos, culturais e religiosos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o final do Século XIX até o momento atual, diversas missões japonesas visitaram constantemente o nosso País com o objetivo de ampliar relações em vários campos e estreitar laços econômicos que são fundamentais para as duas nações.

Recebemos a primeira visita oficial em 1880. No dia 16 de novembro daquele ano, o Vice-Almirante brasileiro, Artur Silveira da Mota, mais tarde agraciado com o título de Barão de Jaceguai, iniciou, em Tóquio, as primeiras conversações para o estabelecimento de um Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre o Brasil e o Japão. Todavia tal acordo só foi concretizado 15 anos mais tarde, ou seja, em 5 de novembro de 1895.

Em 1988, por ocasião da comemoração do octogésimo aniversário da imigração japonesa em nosso País, a festa teve como convidado de honra o Príncipe Aya, filho do Imperador Akihito.

Segundo dados do Censo 2000, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1,25 milhão de brasileiros são descendentes de japoneses. Por sua vez, as estatísticas do Ministério das Relações Exteriores, referentes ao mesmo período, mostram que cerca de 225 mil brasileiros, os chamados *decasséguis*, trabalham no Japão e vivem notadamente nas cidades de Tóquio e Nagóia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao terminar este pronunciamento, não poderia deixar de repetir que a história da imigração japonesa em nosso País é cheia de obstáculos e de grandes dificuldades. Os que vieram em busca de um sonho e de uma vida melhor em nossa terra, sofreram na pele, durante anos a fio, a exclusão, a rejeição, o preconceito e a indiferença. Mesmo assim, com tenacidade, disciplina, dedicação, competência, responsabilidade, paciência, perseverança

ança e muito trabalho, a maioria conseguiu vencer, fincou raízes profundas, absorveu a nossa cultura e contribuiu efetivamente para a construção do Brasil moderno.

Por tudo isso que acabamos de dizer, nesta data em que se comemora o Dia da Imigração Japonesa no Brasil, somos gratos a todos os membros dessa respeitável comunidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 5 minutos.)

(OS 14319/04)

ATO DO DIRETOR-GERAL

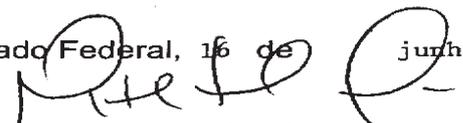
Nº 1042 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **EDISSON DA SILVA ALVES**, matrícula **3363**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Impressão Offset, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **segundo turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **1º de junho de 2004**.

Senado Federal, 16 de junho

de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1043 , DE 2004

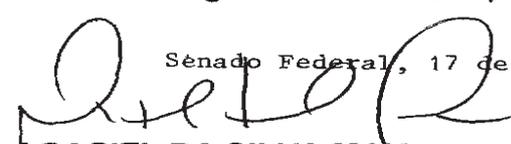
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere, e tendo em vista o disposto no art. 3º, do Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2004, **RESOLVE**:

Art. 1º – Ficam elevados, na forma do Anexo deste Ato, os valores fixados para emissão de empenhos e movimentação financeira, do Grupo de Natureza de Despesa - 4 - Investimentos, constantes da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 – LOA, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 – LRF, e art. 70, da Lei nº 10.707, de 30.07.2003 - LDO.

Parágrafo único - O cronograma anual de desembolso mensal do Senado Federal com gastos dos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e de Capital, aprovado por intermédio do Ato do Presidente do Senado Federal nº 002/2004, passa a ser o constante do Anexo.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

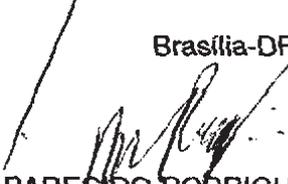
ANEXO
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL
 (Art. 69 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003)
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2004
 (Atualização)

ORGÃO 02.000 – SENADO FEDERAL

Em R\$ 1,00

MESES	1 - PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	3 e 4 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES e de CAPITAL	TOTAL MENSAL
JANEIRO	180.000.000,00	21.947.235,88	201.947.235,88
FEVEREIRO	110.000.000,00	56.000.000,00	166.000.000,00
MARÇO	110.000.000,00	11.314.924,87	121.314.924,87
ABRIL	119.000.000,00	24.068.268,00	143.068.268,00
MAIO	110.000.000,00	25.000.000,00	135.000.000,00
JUNHO	160.000.000,00	25.000.000,00	185.000.000,00
JULHO	120.000.000,00	25.323.000,00	145.323.000,00
AGOSTO	120.000.000,00	25.323.000,00	145.323.000,00
SETEMBRO	120.000.000,00	25.323.000,00	145.323.000,00
OUTUBRO	120.000.000,00	25.323.000,00	145.323.000,00
NOVEMBRO	120.000.000,00	25.323.000,00	145.323.000,00
DEZEMBRO	64.837.820,46	27.049.920,43	91.887.740,89
TOTAL GERAL : LEI Nº 10.837/04	1.453.837.820,46	316.995.349,18	1.770.833.169,64

Brasília-DF, em 16 de junho de 2004.


 CELSO APARECIDO RODRIGUES
 DIRETOR FINANCEIRO


 AGACIEL DA SILVA MAIA
 DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º1044 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008377/04-9,

RESOLVE exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LIZEU MAZZIONI**, matrícula n.º 33.556, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 30/06/2004.

Senado Federal, em 17 de junho de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº1045 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997, da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 008582/03-3,

RESOLVE:

Art. 1º - designar o servidor LUIS CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 3379 como gestor titular do processo nº 008582/03-3, em substituição ao servidor JORGE MARTINS VILLAS BOAS, matrícula nº 4213, designado por meio do Ato do Diretor-Geral nº 917/2004.

Art. 2º - Fica mantido o atual gestor substituto do mencionado contrato.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de junho de 2004.



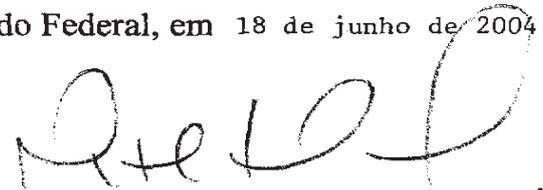
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1046, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008817/04-9,

RESOLVE exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DARCI JOSÉ LERMAN** matrícula n.º 34064, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa, a partir de 01/06/04.

Senado Federal, em 18 de junho de 2004.



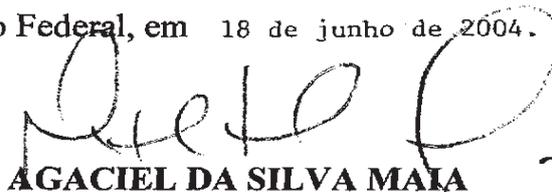
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1047, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008784/04-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ GUSTAVO BAMBINI DE ASSIS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 18 de junho de 2004.



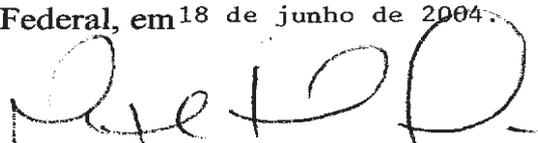
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1048 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008827/04-4,

R E S O L V E exonerar **LUIZ ANTÔNIO PINHEIRO DE LACERDA**, matrícula n.º 34271, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2 do Gabinete do Senador Arthur Virgílio e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 18 de junho de 2004.



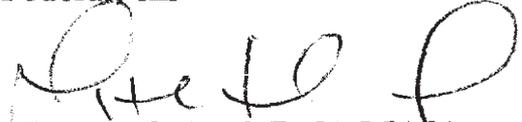
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1049 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008828/04-0,

R E S O L V E exonerar **MARIA JUSCIMAR ORANY CAMARGO**, matrícula n.º 33329, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2 do Gabinete do Senador Arthur Virgílio e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 18 de junho de 2004.



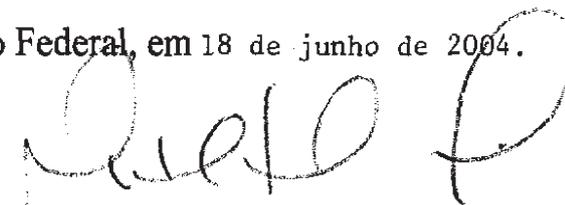
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1050 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008861/04-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DO CARMO CORREIA DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 18 de junho de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscmcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscmccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e
311-5256
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Randes (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Atendimento Econômico-Financeiro/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 124 PÁGINAS